

# GRAMSCI E O “MODERNO PRÍNCIPE”

A TEORIA DO PARTIDO NOS  
*CADERNOS DO CÁRCERE*

**GERALDO MAGELLA NERES**

# GRAMSCI E O “MODERNO PRÍNCIPE”

A TEORIA DO PARTIDO NOS  
*CADERNOS DO CÁRCERE*

**GERALDO MAGELLA NERES**

GRAMSCI E O  
“MODERNO PRÍNCIPE”

**Conselho Editorial Acadêmico**  
Responsável pela publicação desta obra

Prof. Dr. Marcos Tadeu Del Roio  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Claude Lepine  
Dr<sup>ª</sup> Célia Aparecida Ferreira Tolentino  
Dr. Francisco Luiz Corsi

GERALDO MAGELLA NERES

GRAMSCI E O  
“MODERNO PRÍNCIPE”  
A TEORIA DO PARTIDO NOS  
*CADERNOS DO CÁRCERE*

CULTURA  
ACADÊMICA   

---

Editora

© 2012 Editora UNESP

**Cultura Acadêmica**

Praça da Sé, 108

01001-900 – São Paulo – SP

Tel.: (0xx11) 3242-7171

Fax: (0xx11) 3242-7172

www.editoraunesp.com.br

feu@editora.unesp.br

CIP – Brasil. Catalogação na fonte  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

---

N363g

Neres, Geraldo Magella

Gramsci e o “moderno Príncipe”: a teoria do partido nos *Cadernos do cárcere* / Geraldo Magella Neres. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.  
216p.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7983-302-1

1. Gramsci, Antonio, 1891-1937. 2. Ciência política. I. Título.

12-7623

CDD: 320

CDU: 32

---

Este livro é publicado pelo Programa de Publicações Digitais da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)



Asociación de Editoriales Universitarias  
de América Latina y el Caribe



Associação Brasileira de  
Editoras Universitárias

*Dedico este trabalho à minha esposa Marcela  
e aos meus filhos Lucca e Letícia, que, por meio do carinho  
e do apoio demonstrados, tornaram possível a sua realização.*





# SUMÁRIO

Introdução	9
1. A questão do partido político: diversidade de abordagens	13
2. A evolução da teoria gramsciana do partido	61
3. Gramsci e o “moderno Príncipe”: A conformação definitiva da teoria do partido nos <i>Cadernos do cárcere</i>	117
Conclusão: A teoria do “moderno Príncipe” nos <i>Cadernos do cárcere</i>	199
Referências bibliográficas	207



# INTRODUÇÃO

O objetivo central deste estudo é a apreensão da teoria do partido presente nos *Cadernos do cárcere*, de Antonio Gramsci. Apesar da ausência de uma exposição sistemática, tentamos mostrar que é somente ali, através da proposição da forma política do “moderno Príncipe”, que a elaboração de sua teoria do partido revolucionário, iniciada por volta de 1923, quando de sua primeira estada na Rússia, atinge sua conformação definitiva. Porém, como partimos do pressuposto de que não há nenhuma ruptura epistemológica entre os escritos gramscianos pré-carcerários e aqueles produzidos no cárcere, mas sim superação dialética, a investigação da teoria do “moderno Príncipe” exige a reconstrução preliminar dos fundamentos teóricos e práticos de sua reflexão de maturidade. Sobre tudo porque, como já assinalamos, em função do caráter tácito da teoria do “moderno Príncipe” nos escritos carcerários, a sua apreensão só pode ser feita a partir da recuperação da linha evolutiva da elaboração política gramsciana.

Todavia, antes de passarmos à defesa de nossa tese, é preciso explicar sinteticamente o complexo fenômeno do partido político. Como mostraremos, a constituição do partido político representa uma conquista fundamental da modernidade ocidental, criando mecanismos organizativos específicos capazes de expressar os

antagonismos latentes na estrutura da sociedade burguesa. Por causa disso, o partido político é visto de modo distinto pelas diferentes classes sociais. Enquanto as classes dominantes veem o partido político como um mecanismo de legitimação e de manutenção da ordem social estabelecida, as classes subalternas concebem o partido sobretudo como um instrumento de transformação social que, no limite, apontaria para a própria superação do *statu quo* e a construção de uma nova forma de organização da sociedade. Os esclarecimentos sobre o fenômeno do partido político são fornecidos no capítulo 1, que tem uma função introdutória, providenciando os subsídios teóricos e conceituais que serão utilizados nas etapas posteriores do trabalho. Depois de abordarmos como a tradição liberal e a tradição marxista concebem a questão do partido, resgatando as contribuições teóricas fundamentais dessas duas perspectivas, concluímos com nossa proposição metodológica de leitura da teoria do partido presente nos *Cadernos do cárcere*.

Os fundamentos da teoria do partido presente nos *Cadernos do cárcere* são apresentados no capítulo 2. Ali, mesmo reconhecendo a distinção na *forma* e no *conteúdo* de seus escritos entre o período pré-carcerário e aqueles do período do cárcere, que deixam de se vincular diretamente ao combate político imediato para adquirir a forma de notas fragmentárias voltadas a uma intervenção mais universal e mediada na luta política revolucionária, destacamos que, apesar dos desenvolvimentos teóricos, das reformulações táticas e estratégicas, não percebemos qualquer ruptura substantiva na linha evolutiva da elaboração política de Gramsci. Além do mais, mostramos que o que se verifica nos *Cadernos do cárcere* é muito mais o aprofundamento teórico da elaboração política que vinha sendo desenvolvida até o momento de sua prisão em novembro de 1926, com a retomada do núcleo dos problemas postos pela sua militância política prática e com o acerto de contas com suas fontes formadoras, procurando aperfeiçoar os instrumentos conceituais marxistas necessários para a retomada da revolução socialista nas novas condições da conjuntura internacional da luta de classes que se abria no princípio dos anos 30 do século XX, caracterizada pelo isolamento

da revolução socialista no Oriente e pela difusão tendencial do americanismo no Ocidente.

Assim, visando compreender a teoria do “moderno Príncipe” e a consequente reformulação estratégica desenvolvida nos *Cadernos do cárcere*, indicamos os três períodos principais de inflexão na vida de Antonio Gramsci antes de seu encarceramento. Salientamos que esses períodos formativos estão diretamente vinculados ao seu desenvolvimento político-filosófico e à maturação de sua elaboração política, cujo momento mais elevado cristaliza-se nos escritos carcerários: 1) o período inicial de sua formação política (1913-1921), que transforma o jovem estudante universitário de Linguística num dos mais importantes polemistas da imprensa socialista italiana e um dos principais ideólogos do movimento dos conselhos de fábrica; 2) o período conclusivo de sua absorção da herança bolchevique e de sua confluência rumo ao movimento de fundação comunista (1922-1924), que abarca a fase inicial de construção do Partido Comunista Italiano (PCI) até a escolha de Gramsci para o cargo de secretário-geral do partido em agosto de 1924, e, finalmente; 3) o período de elaboração das primeiras formulações sistemáticas da nova síntese teórica gramsciana, antes dos escritos de maturidade, abordando o papel do partido na estratégia da revolução socialista na Itália (1925-1926), que coincide com os seus dois últimos anos de luta contra o fascismo à frente do PCI. Essa reconstrução dos fundamentos da elaboração política de maturidade, além de fundamental para apreender sua teoria do “moderno Príncipe”, é importante também para demonstrar que em Gramsci não existe segmentação ou descontinuidade entre atividade política prática e reflexão teórica; aliás, é precisamente o momento prático-político pré-carcerário que fundamenta toda a sua reflexão teórica posterior.

Contudo, em virtude da especificidade da escrita carcerária, marcada pela fragmentação e pela intertextualidade, a teoria do “moderno Príncipe” só pode ser adequadamente apreendida no contexto do novo léxico conceitual forjado por Gramsci em sua reflexão carcerária. Nesse sentido, o capítulo 3 estabelece que a

conformação final da teoria gramsciana do partido revolucionário só se firma definitivamente nos *Cadernos do cárcere*, procurando instituir o modo mais adequado de abordar analiticamente a configuração dessa teoria. Como já amplamente conhecido, o desfecho da reflexão gramsciana de maturidade resulta na elaboração de um amplo conjunto de novas categorias conceituais que lhe permitem apreender a complexa distinção do processo revolucionário no Ocidente. Como resultado disso, a teoria do “moderno Príncipe” aparece inextricavelmente articulada a esse novo sistema conceitual, fazendo com que essa teoria só possa ser minimamente sistematizada se apreendida no contexto do campo teórico-conceitual desenvolvido nos *Cadernos do cárcere*. A teoria do “moderno Príncipe”, apesar de não inteiramente explicitada na materialidade da escrita gramsciana, está lá, conectada aos novos desenvolvimentos conceituais e indelevelmente fundamentada nas aquisições políticas do período pré-carcerário.

# 1

## A QUESTÃO DO PARTIDO POLÍTICO: DIVERSIDADE DE ABORDAGENS

### 1.1 O fenômeno do partido político

A constituição dos partidos políticos demarca uma conquista fundamental da modernidade ocidental, inaugurando uma época em que o dissenso social passa a ser reconhecido e canalizado para formas organizacionais específicas. O processo histórico que levou à constituição dos partidos políticos pode ser vinculado às transformações sociais, econômicas e políticas de longa duração, que, ao consolidarem a modernidade capitalista no fim do século XVIII, produziram em seu bojo a conformação de antagonismos sociais que se expressaram nos movimentos de democratização do liberalismo e na crítica socialista do século XIX (Del Roio, 1998a). Porém, mesmo se caracterizando como instituições próprias da maturidade da modernidade capitalista, momento no qual o desenvolvimento da democracia representativa e das instituições parlamentares burguesas atingem seus contornos gerais definitivos, suas origens mais remotas podem ser buscadas no dinamismo social engendrado pelo desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Contudo, por mais paradoxal e estranho que hoje nos possa parecer, em virtude da disseminação universal do fenômeno par-

tidário ao longo do século XX, prevaleceu por muito tempo uma verdadeira política sem partidos. Nesse período, cujo limite histórico localiza-se no fim do século XVIII, caracterizado pela gestão elitista da política, não existiam instituições especializadas na expressão do dissenso social. A nobreza e a alta burguesia dividiam entre si as tarefas necessárias ao exercício do poder político e à direção do Estado. É somente a partir do início do século XIX que o partido político moderno começa a se desenvolver. Os primeiros partidos políticos surgem nos Estados Unidos e na Europa ainda na primeira metade do século XIX. Nos Estados Unidos, país que criou o primeiro sistema partidário do mundo, o nascimento dos partidos remonta a 1828. Já na Inglaterra, através de um processo mais fracionado, os primeiros partidos políticos surgiram após as reformas eleitorais de 1832 e 1867, que, ao ampliarem o direito de voto, permitiram a participação popular na vida política da nação, exigindo o aperfeiçoamento dos mecanismos eleitorais e representativos. Por outro lado, na França e na Alemanha, os primeiros partidos surgirão após as revoluções de 1848. Na Itália, país que, assim como a Alemanha, surgiu de um processo de unificação tardia, a formação dos primeiros partidos só ocorrerá nas últimas décadas do século XIX, como decorrência do processo de constituição da nação italiana (Ostrogorski, 1982, 2009; Duverger, 1980; Della Porta, 2009).

No entanto, é necessário frisar que esses primeiros partidos que surgiram nos Estados Unidos e na Europa ainda na primeira metade do século XIX são bastante embrionários e rudimentares quando comparados com os partidos socialistas que surgem na virada do século XIX para o século XX, que já apresentam grande desenvolvimento organizacional e doutrinário. Esses primeiros partidos surgem como decorrência da progressiva expansão do sufrágio popular e da conseqüente complexificação da vida política, carregando consigo as marcas organizacionais de sua referência social. Assim, são denominados “partidos de notáveis” (Weber, 2000), “partidos de comitês” (Duverger, 1980) ou ainda de “partidos de representação individual” (Neumann, 1956), representando



a primeira forma organizacional do partido político criado pela burguesia. Nesse sentido, segundo Maurice Duverger (1980, p.19-33), existiriam duas origens possíveis do partido político moderno. Uma origem eleitoral e parlamentar (institucional), que levou à constituição dos partidos burgueses. E outra externa ao Parlamento (extrainstitucional), responsável pela formação dos diversos partidos criados por setores externos à vida parlamentar, como os sindicatos, cooperativas, etc. que estariam na origem dos partidos operários. Essa origem externa ao Parlamento deixaria importantes marcas nesses partidos, como seu relativo desinteresse pela atuação parlamentar, sua estrutura organizativa mais articulada e a exigência da subordinação dos eleitos à burocracia partidária que caracterizam os partidos operários (Duverger, 1980).

O problema é saber se os partidos de comitês – isto é, se os primeiros partidos de origem parlamentar criados pela burguesia na primeira metade do século XIX – podem ser efetivamente considerados partidos políticos modernos. O que é o partido político moderno? O que caracteriza e distingue o partido político moderno diante dos demais agrupamentos políticos anteriores? Os “partidos de comitês” ou “partidos de notáveis” que aparecem na Europa e nos Estados Unidos ao longo do século XIX podem ser considerados partidos modernos? Ou o partido político moderno só se constitui de fato com os primeiros partidos socialistas que surgem na Europa entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX?

Recusando a concepção institucionalista de Maurice Duverger, que vê o nascimento do partido político moderno nos primeiros comitês eleitorais organizados em torno de candidatos nos Estados Unidos e na Inglaterra da primeira metade do século XIX, Cerroni reivindica que a distinção da forma moderna de partido é dada pela unificação entre uma estrutura organizacional difusa e um programa político:

[...] a característica diferencial disto que chamamos de partido político moderno nos aparece de imediato como aquele conjunto que

podemos definir como uma máquina organizativa mais um programa político. Uma máquina organizativa e um programa político estruturado e articulado constituem o elemento verdadeiramente diferencial do partido político moderno. (Cerroni, 1982, p.13)

Assim, se o que caracteriza o partido político moderno é a combinação entre uma organização de base tendencialmente nacional e um programa estabelecido num documento específico (o programa de partido), decorre que os primeiros partidos efetivamente modernos foram os pioneiros partidos socialistas europeus da virada do século XIX para o século XX e não os “partidos de comitês” que os precederam no tempo. Pois foi somente com a constituição dos primeiros partidos operários europeus – na Alemanha (1875), na Itália (1892), na Inglaterra (1900) e na França (1905) – que organização e programa se tornam os elementos distintivos dessas novas instituições políticas. No máximo, os “partidos de comitês” ou “partidos de notáveis” podem ser classificados como protopartidos, mas não como partidos efetivamente modernos. No entanto, logo em seguida ao aparecimento dos partidos operários, até para se contrapor a estes, os partidos burgueses de comitês também começam a introduzir modificações organizativas que copiam a estrutura dos partidos operários de massa. Esse mimetismo organizacional duraria até meados dos anos 1970, quando este se inverte, com a transformação dos partidos operários de massa em partidos eleitorais. A partir desse momento, os partidos operários, acompanhando o processo de integração social das massas trabalhadoras na sociedade de consumo, cada vez mais tendem a copiar a estratégia dos partidos burgueses (Kirchheimer, 1966; Della Porta, 2009).

Consequentemente, em termos gerais, o desenvolvimento dos partidos políticos modernos é posterior à democratização do liberalismo e à consolidação da hegemonia burguesa, coincidindo com as últimas transformações sociais que marcaram o estabelecimento definitivo da modernidade política ocidental: a emergência da classe operária na cena política europeia defendendo um projeto próprio

de sociedade e a constituição do consenso social em torno da necessidade de garantia da expressão política do antagonismo presente na estrutura da sociedade capitalista desenvolvida. Esse duplo acontecimento histórico, cujos desdobramentos imediatos se traduziram no aumento da participação popular nas decisões políticas e na constituição de formas próprias de organização da classe trabalhadora, está na origem do partido político moderno.

Embora os partidos políticos possam expressar outras distinções identitárias, incluindo aquelas de caráter étnico ou religioso, em sua conformação moderna eles são fundamentalmente expressão direta ou indireta dos interesses divergentes das classes sociais, de frações de classe, de grupos sociais mais restritos, etc. Eles se constituem como instituições voluntárias e estáveis, vinculadas aos diversos grupos sociais que aspiram ao exercício do poder e ao desenvolvimento de um projeto hegemônico, que buscam influenciar, modificar ou revolucionar a vida política pelo controle do Estado e pela edificação de um consenso ativo no seio da sociedade civil. Ou seja, representam a emergência de um complexo organismo social, produzido pelo processo histórico dos últimos duzentos anos de lutas políticas e sociais, que é legitimamente reconhecido pela sociedade como um portador potencial de mudança ou inclusive (no caso do partido revolucionário) de reformulação radical de toda a estrutura da sociedade e do Estado, desde que funde a sua ação na conquista do apoio popular, seja por meio de eleições ou de outros meios possíveis de legitimação social.

É por isso que, nos *Cadernos do cárcere*, ao definir o partido político, Gramsci equipara-o ao príncipe teorizado por Maquiavel. O partido político seria o “moderno Príncipe” porque se consolidara como a instituição reconhecida e legitimada pelo processo histórico recente como o criador de novos Estados e de novos ordenamentos: em suma, o suscitador de uma nova vontade coletiva que aspira a se transformar em sociedade integral. Ou pelo menos era, até recentemente, quando os partidos políticos de massa anti-*establishment* começaram a entrar em crise, sendo progressiva-

mente transformados em partidos eleitorais ou partidos pega-tudo (*catch-all party*), esvaziando momentaneamente o seu papel de portadores da mudança histórica.

Contudo, o estudo do partido político não é apanágio do pensamento marxista. Como todo fenômeno das Ciências Sociais, também o estudo do partido político é objeto de disputa entre concepções de mundo distintas, que se traduz em abordagens teóricas radicalmente diversas. Porém, por trás dessas diferentes abordagens, fica evidente a centralidade do fenômeno do partido político na sociedade contemporânea, mesmo quando o objetivo é reduzir a importância do partido diante de outras instituições, até indicando a sua falência definitiva, como é evidente na tônica recente dos estudos do partido político.<sup>1</sup> Em primeiro lugar, porque, mesmo considerando o partido na perspectiva das classes dominantes, a sua presença ainda é fundamental para a sobrevivência das democracias liberais contemporâneas (é ainda consensual, no interior da tradição liberal, a tese da impossibilidade da democracia representativa sem a atuação de partidos políticos consolidados); em segundo lugar, porque, na perspectiva das classes subalternas, como veremos mais adiante, a sua existência nunca foi tão necessária quanto hoje, neste momento de fragmentação da identidade subjetiva do novo proletariado e de retração da cultura comunista decorrente do esgotamento de um ciclo histórico iniciado com a revolução bolchevique de outubro de 1917.

*Grosso modo*, podemos reduzir o estudo do partido político, mesmo que simplificadamente, a duas perspectivas teóricas prin-

---

1. A partir do fim dos anos 1970, mas principalmente ao longo da década de 1980, proliferou dentro da Ciência Política uma série de análises bastante pessimistas sobre o futuro do partido político: Berger, 1979; Offe, 1984; Lawson & Merkl, 1988. Hans Daalder (2007, p.49-66) explora, com riqueza de detalhes, estas diversas posições teóricas catastróficas, agrupando-as em três perspectivas principais: a) negação seletiva do partido, sinalizando o desaparecimento de um tipo específico de partido; b) rejeição seletiva dos sistemas de partido; e, c) redundância dos partidos, sugerindo uma superação da representação partidária e sua substituição por formas alternativas de gestão do dissenso.

cipais: a liberal e a marxista. A primeira perspectiva apreende a existência do partido político como fundamento da democracia liberal representativa; a segunda concebe o partido político como instrumento de transformação social, como veículo privilegiado de constituição da identidade e da emancipação das classes subalternas, apontando para a própria superação do ordenamento burguês. Excluindo-se a perspectiva da crítica antipartido, curiosamente presente tanto em alguns setores minoritários das classes subalternas (como é o caso da crítica anarquista) quanto em setores mais amplos da classe burguesa (como é o caso do liberalismo radical), os partidos políticos sempre foram objeto de um vivo interesse de pesquisa, cujos trabalhos iniciais aparecem já na virada do século XIX para o século XX.

Como é de se esperar, é enorme a quantidade de informações produzidas sobre o partido político nestes mais de cem anos de seu estudo.<sup>2</sup> Nosso objetivo não é fazer uma revisão crítica de toda a bibliografia disponível, seja na perspectiva liberal, seja na perspectiva marxista, tarefa tão árdua como inócua, em vista da especificidade de nosso problema de pesquisa, mas simplesmente construir um quadro introdutório geral da abordagem do fenômeno do partido político. Sendo assim, neste primeiro capítulo indicamos sucintamente como o fenômeno do partido político foi abordado pela tradição liberal e pela tradição marxista, centrando o foco em suas vertentes clássicas, apresentando cronologicamente as principais contribuições que estabeleceram os fundamentos teóricos das duas perspectivas. Essa delimitação da bibliografia utilizada justifica-se pelo interesse específico de nossa investigação, cujo objetivo principal é apreender a constituição histórica das duas tradições, destacando os seus contornos genéticos essenciais. O confronto entre as duas abordagens teóricas, profundamente contrastantes entre si,

---

2. Só na perspectiva liberal, que, sem sombra de dúvidas, é a dominante, conforme Caramani & Hug (1998), entre 1945 e 1994, foram publicados cerca de 11.500 trabalhos sobre os partidos políticos (entre livros, monografias, artigos, etc.), apenas na Europa ocidental.

visa evidenciar as distinções fundamentais na apreensão do partido político, destacando que cada classe social desenvolve um modo específico de conceber a questão da organização partidária.

Consequentemente, essa distinção entre as duas tradições visa, sobretudo, realçar a dimensão teórico-estratégica da questão do partido político no contexto do pensamento marxista, explicitando as concepções fundacionais da teoria do partido revolucionário desenvolvidas a partir das indicações iniciais de Marx e Engels. Por outro lado, algumas contribuições teóricas da tradição liberal podem também ajudar a entender melhor o complexo fenômeno do partido político, colaborando para a compreensão da esclerose burocrática dos partidos operários ao longo do século XX e de sua inusitada mudança de referencial social com a transformação recente dos partidos de massa em partidos eleitorais (*catch-all party*). É importante realçar que este primeiro capítulo tem uma função estritamente introdutória, abordando a bibliografia selecionada de modo apenas sintético, sem nenhuma pretensão de apresentar uma revisão bibliográfica exaustiva do tema. Ou seja, somente pretende fornecer subsídios teóricos e conceituais que serão empregados nas etapas seguintes do trabalho. A conclusão lógica deste primeiro capítulo, depois de estabelecidos os marcos gerais da questão do partido, é a proposição metodológica de releitura da teoria do partido presente nos *Cadernos do cárcere*, de Antonio Gramsci, que constitui efetivamente o problema de pesquisa a ser investigado.

## 1.2 A perspectiva liberal

O subcampo de estudo dos partidos políticos começa a se delinear dentro da Ciência Política ainda durante a transição do século XIX para o século XX, com a pesquisa pioneira realizada por Moisei Ostrogorski sobre a organização dos partidos políticos nos Estados Unidos e na Inglaterra. Os resultados dessa pesquisa fundadora da perspectiva liberal foram reunidos numa extensa monografia

intitulada *Democracy and the organization of political parties*, escrita em francês, mas publicada primeiro em inglês, no início do século XX<sup>3</sup> (a edição inglesa é de 1902, já a edição francesa sai um ano depois, em 1903). Nesse trabalho de fôlego, dividido em dois grossos volumes (o primeiro dedicado à Inglaterra e o segundo aos Estados Unidos), Ostrogorski apresenta os resultados de sua análise comparativa entre o sistema partidário inglês e americano. Posteriormente, quase uma década depois, em 1912, é publicada a segunda edição de sua obra (em francês), agora com o título de *La démocratie et les partis politiques*, acrescida de uma “Conclusão” (Ostrogorski, 2008), na qual ele avalia criticamente – à luz dos últimos acontecimentos políticos que presenciara, inclusive de sua experiência como deputado pelo Partido Democrático Constitucional (Cadete), de tendência liberal, na Duma, após a revolução russa de 1905 – as análises políticas desenvolvidas anteriormente.

Segundo ele, o partido político moderno seria o resultado imediato da expansão do direito de voto. Ou seja, com a ampliação maciça do sufrágio, primeiro nos Estados Unidos e depois na Inglaterra, a organização do processo eleitoral se tornara tão complexa que “a sociedade pública deve exigir ou aceitar os serviços de intermediários eleitorais” (Ostrogorski, 2008, p.25). Assim, os primeiros partidos políticos são constituídos exatamente para viabilizar as eleições nesses sistemas políticos de sufrágio ampliado, ajudando a organizar e coordenar os eleitores, visando garantir o direito de voto. No entanto, essa interposição de terceiros (os partidos políticos) entre o povo e seus mandatários cobrara um altíssimo preço, na medida em que reduzira a responsabilidade dos eleitos, “colocando o poder efetivo nas mãos das agências eleitorais e de seus diretores, os quais, com o pretexto de servir a uma opi-

---

3. Conferir a “Introdução” (p.IX-LXVIII), escrita por Seymour Martin Lipset, em que, além de informações biográficas sobre Moisei Ostrogorski, são fornecidas importantes chaves analíticas de sua obra (Ostrogorski, 2009). Para o volume I, conferir Ostrogorski, 1982.

nião pública desorientada, se converteram em seus senhores” (Ostrogorski, 2008, p.26). Encontramos aqui, já no início do desenvolvimento da tradição liberal de estudo dos partidos políticos, a crítica clássica do liberalismo aos partidos, que será ampliada e aprofundada por seus estudiosos subsequentes: isto é, o partido político tende a se tornar autônomo em relação aos interesses de seus associados, convertendo-se de meio em fim.

Além disso, de associações provisórias, voltadas para um único fim, aquele de organização do processo eleitoral, os partidos políticos se transformaram em organizações permanentes e de fins gerais, dotadas de um programa sistemático a ser aplicado a toda a sociedade, exigindo adesão integral de seus filiados. Este seria o grande problema do partido político: a organização partidária exerceria um controle simbólico sobre a massa de associados, transformando-a em brinquedo dos interesses da burocracia organizacional e instaurando uma divisão artificial entre os cidadãos. Transparece em seu estudo uma percepção negativa do partido político fundada, sobretudo, na crítica da manipulação feita pelo *boss* sobre a massa partidária, instrumentalizada e dirigida para a consecução dos fins estipulados pela organização. É preciso acrescentar que o tipo de partido estudado por Ostrogorski é aquele construído originalmente pela burguesia e não o partido operário de massa, que começava a se constituir em sua época, mas não despertou o seu interesse.

É por isso que Ostrogorski acaba por propor a superação dos partidos políticos, mesmo reconhecendo-os como necessários ao período inicial de desenvolvimento da democracia:

Os agrupamentos de cidadãos com um fim político que denominamos de *partidos* são indispensáveis, sobretudo onde o cidadão tem o direito e o dever de expressar seu pensamento e de agir; porém, é necessário que o partido deixe de ser um instrumento de tirania e de corrupção. (Ostrogorski, 2008, p.61)



Mas como fazer isso? Como extirpar os males identificados por Ostrogorski nos partidos políticos que estudou em sua época?

Simplesmente pela transformação dos partidos permanentes e de interesses gerais, dos partidos que se colocam como finalidade a conquista do poder, em agrupamentos políticos provisórios, formados especificamente para a defesa de uma única causa. O que ele propõe, com mais de cem anos de antecedência em relação à teoria neoliberal contemporânea, é a substituição dos partidos políticos por organizações provisórias, monotemáticas, cujo objetivo principal não é a conquista do poder, mas a persuasão das consciências. Essas novas associações, denominadas por Ostrogorski de *ligas*, substituiriam progressivamente os partidos políticos como organizações fixas e de interesses gerais. Todavia, a importância do trabalho de Ostrogorski não reside somente em sua análise dos primeiros sistemas partidários mundiais, da época de vigência do *spoil system*, no qual a eleição assegurava também a posse dos inúmeros cargos públicos do aparato estatal, mas especialmente na criação de uma verdadeira tradição epistemológica de investigação do fenômeno partidário que seria desenvolvida pela tradição liberal nas décadas seguintes.

De certa forma, podemos identificar essa influência metodológica nos estudos posteriores de Robert Michels e de Max Weber, que adotam o modelo de Ostrogorski em suas pesquisas sobre o partido político. Como mostra Seymour M. Lipset,<sup>4</sup> ambos foram bastante influenciados pelo estudo pioneiro de Ostrogorski, aceitando várias de suas conclusões, notadamente a ideia da inevitabilidade do controle oligárquico dentro dos partidos, da manipulação do eleitorado pela organização e de uma homogeneização tendencial das diferenças ideológicas dos diversos partidos, decorrente da disputa pelos eleitores nos sistemas políticos de sufrágio universal.

Essa crítica liberal ao caráter “antidemocrático” do partido político encontrará o seu desenvolvimento consequente no trabalho

---

4. Lipset, Seymour Martin. “Introduction” (p.IX-LXVIII). In: Ostrogorski, 2009.

de Robert Michels (1982 [1911]),<sup>5</sup> através da proposição da “lei de bronze da oligarquia”, que estabeleceria com rigor determinista a inevitabilidade da cisão antagônica entre os interesses de reprodução da organização e os interesses próprios de sua referência social. Ao analisar o funcionamento do Partido Social-Democrata da Alemanha do início do século XX, Michels propõe a tese da inextinguibilidade da oligarquização de toda organização complexa, em particular dos partidos políticos, mesmo em sua forma mais desenvolvida e democrática, representada pelo partido socialista.

O partido dos trabalhadores é a organização constituída exatamente para viabilizar um programa de democratização radical da sociedade, permitindo a emancipação social das massas trabalhadoras. Com efeito, o partido proletário nasce motivado ideologicamente pela instauração do autogoverno das massas. No entanto, a própria constituição formal do partido proletário representa o passo inicial do processo de oligarquização de sua organização, pelo qual os objetivos democráticos originais vão sendo progressivamente substituídos pela salvaguarda dos interesses de uma minoria de seus representantes, criando uma nova elite proletária, cujos interesses estariam em contradição com os interesses de sua base de apoio. Se, sem organização, a luta política dos trabalhadores se torna impossível pela dispersão de forças, tão logo tenha início a constituição de sua organização partidária, com a delegação de poderes pelas massas a seus representantes, instala-se a tendência ineliminável de oligarquização, com o crescente divórcio entre dirigentes e dirigidos, entre chefes e seguidores.

No entanto, retomando a discussão que nos interessa realçar, é importante apresentar a concepção de Michels do partido político. Como já adiantado, ele apreende o partido político – isto é, no âmbito específico, o partido proletário, que é o seu objeto de pesquisa imediato, mas, ampliando o foco, o partido político moderno de modo geral – como uma organização de combate político:

---

5. A data entre colchetes refere-se à publicação original da obra.

O partido moderno é uma organização de combate, no sentido político da palavra, e, como tal, deve adequar-se às leis da tática. Esta exige, antes de mais nada, facilidade de mobilização.

Só um certo grau de cesarismo assegura a rápida transmissão e a precisa execução de ordens na luta do dia a dia. (Michels, 1982, p.27)

Consequentemente, como toda organização de combate vinculada aos interesses de uma classe fundamental, as exigências primordiais recaem na eficácia de suas ações e na rapidez de mobilização exigidas pela luta política. Por conseguinte, essas organizações, forçosamente, deverão se reger pelas leis da tática e da estratégia (como reconhece Michels, as metáforas militares não são gratuitas), exigindo a instituição de formas centralizadas e oligárquicas de direção que permitam assegurar a racionalidade operacional na tomada de decisões e a rapidez de mobilização exigida pela luta política.

Um novo patamar qualitativo no estudo do partido político, no contexto da perspectiva liberal, é alcançado pelas pesquisas de Max Weber. Apesar de não escrever uma obra específica sobre os partidos, é possível extrair de alguns de seus textos, incidentalmente nos trechos finais de *A política como vocação* (palestra proferida originalmente em 1918, e publicada pela primeira vez em 1919)<sup>6</sup> e mais sistematicamente em *Economia e sociedade* (publicada postumamente em 1922),<sup>7</sup> importantes *insights* teóricos sobre a dinâmica de funcionamento dos partidos políticos na democracia moderna. No entanto, a característica mais importante de sua contribuição é o reconhecimento realista da importância dos partidos para o exer-

---

6. Existem algumas controvérsias sobre as datas atribuídas às duas palestras famosas de Weber (*A ciência como vocação* e *A política como vocação*). Para maiores detalhes, consultar Schluchter, 2000, p.104.

7. A abordagem do fenômeno do partido político é feita no capítulo III, “Os tipos de dominação”, do volume 1, e nos capítulos VIII, “Comunidades políticas”, e IX, “Sociologia da dominação”, do volume 2 de *Economia e sociedade*. Para maiores detalhes, conferir a bibliografia no fim do trabalho.

cício do poder nas sociedades racionalizadas do mundo moderno, mostrando que a perspectiva liberal de estudo do partido político superara grande parte de seu elitismo congênito, iniciando a partir de então a trilhar o caminho da maturidade teórica.

O primeiro ponto a ser destacado é que a compreensão weberiana dos partidos políticos é uma decorrência direta de sua tese principal de racionalização e secularização da conduta social no Ocidente, especialmente do exercício do poder político, por meio da institucionalização da dominação legal. A dominação legal, em contraposição à dominação tradicional e carismática, funda-se na administração burocrática do conflito político, introduzindo a separação entre os funcionários do Estado e os meios materiais de gestão, equiparando a administração pública estatal a uma empresa capitalista.

Com o desenvolvimento progressivo da dominação legal, os partidos de notáveis, criados pela burguesia em seu processo histórico de ascensão política, são também forçados a se transformar em “máquinas” burocráticas racionalizadas:

Esse novo estado de coisas é filho da democracia, do sufrágio universal, da necessidade de recrutar e organizar as massas, da evolução dos partidos no sentido de uma unificação cada vez mais rígida no topo e no sentido de uma disciplina cada vez mais severa nos diversos escalões. (Weber, 2000, p.88)

Retomando explicitamente as indicações de Ostrogorski (1982, 2009), aliás, sumarizando-as de modo inequívoco, nos trechos que antecedem a conclusão de sua palestra sobre *A política como vocação*, Weber procura revelar o longo processo histórico que levou à transformação da estrutura organizativa plutocrática do partido de notáveis na nova estrutura democrática dos partidos de massa que começavam a se tornar hegemônicos em sua época.

Entretanto, é em sua obra principal (*Economia e sociedade*) que Max Weber aborda de forma mais sistemática e orgânica o fenômeno do partido político. A definição weberiana do partido polí-

tico se tornou famosa, aparecendo em grande parte dos tratados contemporâneos de Ciência Política, logrando assim um reconhecimento generalizado. No entanto, a sua definição, se comparada com as definições mais técnicas que surgiriam algumas décadas depois,<sup>8</sup> após o amplo desenvolvimento da Ciência Política no fim da Segunda Guerra Mundial, se caracteriza pela generalidade e pela abstração (como de costume) na conceituação do partido político: “Denominamos ‘partidos’ relações associativas baseadas em recrutamento (formalmente) livre com o fim de proporcionar poder a seus dirigentes dentro de uma associação [...]” (Weber, 1991, p.188).

Dessa forma, o conceito de partido político abarca uma gama diversa de instituições, organizadas de modo permanente ou temporário, incluindo desde os agrupamentos políticos pré-modernos próprios da Antiguidade e da Idade Média, até a conformação moderna de partido político, adaptada para as condições burocráticas e constitucionais exigidas pela dominação legal:

No sentido conceitual geral que aqui estabelecemos, os partidos não são produtos de formas de dominação especificamente modernas: também aos partidos da Antiguidade e da Idade Média reservamos essa denominação, apesar de sua estrutura ser fundamentalmente diferente daquela dos partidos modernos. (Weber, 1999, p.186)

O que distingue o partido político moderno das demais formas históricas que o antecederam no tempo é, sobretudo, a sua organização em bases burocráticas exigidas pela vigência da dominação legal. Mas as suas características essenciais – isto é, os elementos que conformam o próprio conceito de partido político – são atemporais e continuam presentes em sua estruturação moderna. Esses elementos se constituem na seleção voluntária dos associados, “em

---

8. Por exemplo, a partir da publicação da obra de Duverger, em 1951.

oposição a todas as corporações fixamente delimitadas pela lei ou por contrato” (Weber, 1999, p.544) e na consequente distinção interna entre um núcleo ativo (direção) e uma maioria passiva (seguidores). É interessante observar que a maioria das críticas, antigas ou modernas, dirigidas ao fenômeno partidário se origina exatamente dessas duas características intrínsecas ao fenômeno partidário apontadas por Weber. A consequência imediata disso é a possibilidade de mudança da referência social dos partidos políticos (já que o ingresso nos partidos não é dado por mecanismos corporativos, abrindo espaço para o ingresso de membros oriundos de classes sociais diversas) e para a cristalização de interesses antagônicos entre a direção e a base partidária (é inegável a existência nos grandes partidos de massa, em alguns momentos especiais, da cisão entre os interesses dos filiados e os interesses da direção).

A obra de Maurice Duverger, denominada *Os partidos políticos*, publicada pela primeira vez na França em 1951, representa o reconhecimento definitivo por parte da tradição liberal da legitimidade do partido como sujeito político privilegiado da gestão do dissenso social nos sistemas democráticos modernos. Consequentemente, representa também a maturidade teórica dessa tradição de estudo, não só estabelecendo critérios metodológicos comparativos consistentes de investigação, mas, sobretudo, legitimando o partido político como objeto de pesquisa importante, consolidando assim esse subcampo da Ciência Política dentro da academia.

A sua exposição é feita de modo sistemático, tomando como fio condutor a evolução da organização dos partidos políticos, esmiuçando as suas estruturas organizativas, os seus componentes principais (elementos de base, articulação geral, etc.), os mecanismos de aderência, de formação das direções, etc. Finalmente, na segunda parte da obra, culminando a sua análise do fenômeno partidário, são apresentadas as relações dos partidos entre si e com o Estado, desenvolvendo pela primeira vez na literatura especializada uma classificação sistemática dos diversos sistemas de partidos.

Em função disso, tentando aprofundar a compreensão do fenômeno partidário, Duverger estabelece uma tipologia geral dos par-

tidos políticos. O ponto de partida dessa tipologia é a distinção entre “partidos de quadros” e “partidos de massas”:<sup>9</sup> a diferença entre ambos não é uma questão de dimensão, da quantidade de membros, como aparentemente poderia parecer, mas de estrutura organizativa. Além disso, Duverger reitera que a diferença entre esses dois tipos de partidos “repousa numa infraestrutura social e política” (1980, p.101). Ou seja, o primeiro tipo é próprio do período de vigência do voto censitário, apesar de sobreviver a este; o segundo tipo desenvolve-se com a introdução do sufrágio universal e com a modernização das relações políticas nas sociedades europeias de meados do século XX.

O “partido de quadros” organiza-se em torno de pessoas influentes, quer pelo seu prestígio social, financeiro ou profissional, que cumprem a função de atrair os eleitores: “Aqui a qualidade importa mais que tudo: amplitude do prestígio, habilidade da técnica, importância da fortuna” (Duverger, 1980, p.100). Portanto, esse tipo de partido não está preocupado com a ampliação de seus filiados, nem com sua educação política, mas visa somente à disputa eleitoral. Ele representa a forma de organização partidária típica da direita, fundada em critérios plutocráticos de exercício da política: tanto a seleção da direção partidária como a indicação de candidatos ao Parlamento não estão sujeitos a mecanismos democráticos de decisão. E muito menos o financiamento das campanhas eleitorais, que cabe aos grandes empresários capitalistas, diretamente interessados no resultado dos pleitos. Porém, isso não impede que em determinadas conjunturas específicas, marcadas pela brutal

---

9. Embora reconheça que alguns tipos de partidos existentes possam fugir ao seu esquema geral, a partir dessa distinção básica entre “partidos de quadros” e “partidos de massas”, Duverger estabelece quatro grandes tipos de partidos, cada um deles caracterizado por um elemento de base específico: a) “partido de quadros”, com base nos comitês; b) “partido de massas especializado”, organizado em torno das seções; c) “partido de massas totalitário comunista” (em sua forma stalinista), organizado com base nas células; e, d) “partido de massas totalitário fascista”, organizado com base nas milícias (Duverger, 1980, p.99-107).

repressão das classes dominantes, as classes subalternas não utilizem essa forma de organização como estratégia de sobrevivência política.

O “partido de massas” é a forma de organização partidária criada inicialmente pela esquerda, mas que em alguns casos, com especificidades próprias (partidos nazifascistas), acabou também sendo apropriada pela direita. O que distingue o “partido de massas” é a busca constante de recrutamento de adeptos e o compromisso com a educação política da classe operária. A finalidade fundamental do “partido de massas” é permitir a introdução de critérios democráticos no exercício da política, estabelecendo um sistema de cotização entre os seus membros, capaz de financiar as atividades partidárias (campanhas, imprensa partidária, funcionários, etc.) e garantir a sua independência ideológica: “A técnica do partido de massas tem por efeito substituir o financiamento capitalista das eleições por um financiamento democrático” (Duverger, 1980, p.99). Esse conjunto de inovações na estrutura organizativa visa produzir uma nova elite governante, formada no seio da classe operária, capaz de assumir a condução do Estado. Tal configuração só se tornou possível graças ao avanço da cultura política geral, decorrente do desenvolvimento do movimento operário europeu e da crescente legitimação social de suas reivindicações.

Apesar de não se livrar completamente da herança teórica que marca a abordagem liberal de estudo dos partidos políticos, cujo núcleo é a adesão incondicional às teses da inevitabilidade da oligarquização e da cisão antagonica entre os interesses de reprodução da organização partidária e os interesses de sua base social de apoio, a obra de Duverger constitui-se no desenvolvimento teórico clássico dessa tradição. A partir de então, proliferam os estudos sobre os partidos políticos, não somente na Europa e nos Estados Unidos, mas em grande parte dos países do mundo: o partido político passa a ser reconhecido e legitimado, não só como ator social, mas também como um objeto de estudo privilegiado dentro da Ciência Política, dando início à “era de ouro” do partido político, que duraria dos



anos 1950 até meados dos anos 1980,<sup>10</sup> quando aparecem na literatura especializada os primeiros indícios do que se convencionou denominar de “crise dos partidos políticos”.

Aliás, para sermos mais exatos, os primeiros indícios da crise dos partidos já se anunciavam, se bem que de modo um pouco vago e ainda premonitório, no ensaio de Otto Kirchheimer (1966, p.177-200), que introduziu o conceito de *catch-all party* (partido pegatudo ou de reunião) para indicar a transformação, iniciada a partir da década de 1960, dos partidos de integração de massa em partidos eleitorais. Essa transformação, que se iniciara na primeira década do pós-Segunda Guerra, só se completa efetivamente a partir da década de 1980. A tese de Kirchheimer baseia-se na observação empírica do comportamento dos partidos de massa europeus, identificando uma transformação progressiva em suas estratégias de ação e objetivos visados. O partido de integração de massa, considerado por Duverger como o exemplo típico de partido da democracia moderna, que tinha como estratégia principal a educação política das massas, visando à transformação profunda das estruturas sociais, começa agora a mostrar indícios de uma nova evolução: isto é, o partido de massas tende a se transformar em partido eleitoral de massa (ou *catch-all party*), afastando-se de sua referência social inicial e ampliando sua base de apoio.

A análise de Kirchheimer sugere que essa tendência é resultante do aumento da mobilidade social, da diminuição das rígidas fronteiras ideológicas entre as classes sociais ocorridas nesse momento e, conseqüentemente, da introdução de uma nova estratégia política pelos partidos, pautada na mobilização dos eleitores mais do que no trabalho de agitação desenvolvido pelos militantes. Como corolário, os programas políticos desses partidos, anterior-

---

10. Os trabalhos fundamentais que estabeleceram as bases conceituais e metodológicas de estudo dos partidos políticos dentro da tradição liberal foram publicados nesse período: Duverger (1980 [1951]), Neumann [1956], LaPalombara & Weiner [com o essencial ensaio de Kirchheimer, 1966], Sartori [1976] e Panbianco (2005 [1982]).

mente bem definidos e vinculados a uma classe social específica, passam agora a se caracterizar como plataformas generalistas e flexíveis, capazes de atrair eleitores dos mais diversos estratos sociais. Em resumo, essa despolitização do partido de massas, com sua transformação progressiva em partido eleitoral, é o resultado de um processo mais amplo de integração, tanto social como política, das massas trabalhadoras na sociedade de consumo, impulsionada pela participação desses partidos na vida política estatal e na conquista de algumas de suas exigências políticas parciais via Estado do Bem-Estar Social. O que alteraria toda a dinâmica política anterior.

No entanto, Kirchheimer reconhece algumas exceções a essa transformação em curso, decorrente de princípios ideológicos mais rígidos ou da vinculação a bases sociais exclusivistas, que impediria que alguns partidos específicos – no caso, a Democracia-Cristã italiana, o Partido Social-Democrata da Alemanha, o Partido Trabalhista inglês e, de forma mais efetiva, o Partido Comunista Italiano (PCI) e o Partido Comunista Francês (PCF) – ampliassem em demasia a sua clientela política, permanecendo, de alguma forma, fiéis às suas referências sociais originais. Ironicamente, vistos hoje, percebemos que nem mesmo esses partidos mencionados por Kirchheimer se constituíram em exceções à regra, já que todos eles, mesmo que de forma mais lenta, sucumbiram à tentação de se voltar para o “mercado eleitoral”, abandonando a sua base social de apoio original. O caso mais trágico foi o do PCI, que, após todos os reveses decorrentes da mudança de sua referência social, acabou decretando a sua própria autodissolução na fatídica *svolta* de 12 de novembro de 1989.

Não obstante o viés ideológico explícito da abordagem liberal – e, talvez, exatamente por privilegiar uma determinada perspectiva de análise própria das classes dominantes –, seus estudos destacaram algumas características dos partidos políticos que devem ser consideradas se quisermos fazer uma avaliação crítica do fenômeno partidário. A crítica liberal revela, mesmo que de modo distorcido ou tendencioso (sobretudo em suas análises mais ideológicas), aspectos do funcionamento da organização partidária que passaram desperce-

bidas pela tradição marxista de estudo do partido político. Mesmo discordando das conclusões de Robert Michels, é preciso reconhecer que sua investigação coloca uma série de questões importantes para a reflexão sobre o partido político no século XXI. Eliminando-se os pressupostos ideológicos presentes na análise de Michels, ao mesmo tempo ultrademocráticos e elitistas, pois se fundamentam numa concepção utópica de democracia direta perfeita e numa visão preconceituosa da capacidade de discernimento político das massas (Porcaro, 2000), muitas de suas observações podem ser úteis para a compreensão da dinâmica dos partidos políticos, em especial do partido político das classes subalternas.

### 1.3 A perspectiva marxista

Vimos, antes, que a perspectiva liberal de estudo do partido político possui características bastante definidas. A primeira delas é que o seu objeto de estudo é o fenômeno partidário em geral, considerado em suas diversas conformações organizativas e manifestações ideológicas, apreendendo o partido sobretudo como um fenômeno sociológico. A segunda, e mais importante, é que o partido político é circunscrito ao contexto de funcionamento da democracia liberal, delimitando as esferas de atuação e o conteúdo programático dos partidos aos limites estabelecidos pelo jogo democrático burguês. Em linhas gerais, foram esses dois pressupostos que estabeleceram os fundamentos ideológicos genéticos da tradição liberal, válidos desde seu período clássico de constituição até a conformação contemporânea da tradição.

Em oposição, a perspectiva marxista de estudo do partido político segue uma abordagem radicalmente distinta.<sup>11</sup> A primeira di-

---

11. A bibliografia marxista sobre o partido, apesar de não ser tão vasta quanto aquela da abordagem liberal, é bastante significativa. O livro de John Molyneux (1978), apesar de ter sido publicado ainda no fim dos anos 1970, continua sendo a tentativa mais bem-sucedida de sistematização das contribuições dos princi-

ferença aparece já na delimitação de seu objeto de estudo: o partido revolucionário, e não o fenômeno partidário em geral. Essa delimitação específica altera radicalmente os contornos da reflexão sobre o partido, introduzindo questionamentos exclusivos e reivindicando uma função estratégica para a organização partidária que transcende os limites ideológicos estabelecidos pela concepção liberal. Além disso, fica evidente que, na concepção marxista, o partido é muito mais do que uma mera associação contingente de indivíduos com interesses comuns (concepção sociológica), adquirindo o estatuto de um sujeito político coletivo, unificado pela práxis fornecida pelo conhecimento teórico das condições gerais do desenvolvimento da luta de classes (a teoria marxista).

A função estratégica privilegiada do partido dentro da tradição marxista é facilmente explicável. Para as classes subalternas, que não dispõem da posse dos meios de produção nem do controle do Estado – e que, exatamente por isso, são subalternas –, o partido aparece como a instância mais importante na afirmação de sua identidade antagonica. Nesse sentido, a reflexão marxista sobre a organização partidária procura responder a questões teóricas e políticas bastante precisas. Fundamentalmente, dada a situação concreta de exploração e de dominação de classe vigentes na sociedade capitalista, a questão central colocada pela teoria marxista do partido é a seguinte: como a organização política das classes subalternas deve ser estruturada para que uma nova vontade coletiva possa ser construída?

---

pais autores marxistas para o desenvolvimento da teoria do partido revolucionário. Seu estudo pioneiro destaca-se sobretudo pelo caráter sintético e objetivo na apresentação das contribuições de autores clássicos como Marx, Lênin, Rosa Luxemburgo, Trótski e Gramsci. Os estudos mais importantes e aprofundados sobre a contribuição essencial de Lênin podem ser conferidos nos trabalhos seminiais de Pierre Broue (s. d.) (cuja edição original francesa é de 1962) e de Paul Le Blanc (1993). Numa perspectiva mais filosófica, o escrito de Lukács (2003, p.523-94) sobre a organização política do proletariado, presente em *História e consciência de classe*, ainda que polêmico, também se constitui numa referência obrigatória. Para uma relação mais exaustiva sobre a teoria marxista do partido político, conferir a bibliografia no fim deste trabalho.

Em decorrência de sua complexidade, essa indagação fundamental não pode ser respondida diretamente. Para respondê-la, torna-se necessário proceder a uma investigação teórica mais pormenorizada, abordando uma série de questões paralelas que ocupam o centro da reflexão marxista sobre o partido desde seus primórdios, definindo o próprio enfoque de sua abordagem: a) a questão da consciência de classe, que busca explicar o desenvolvimento da consciência socialista entre as massas trabalhadoras; b) a relação entre a classe e sua organização política, procurando esclarecer as semelhanças e distinções entre o ser empírico da classe e sua representação organizativa formal; e, finalmente, c) a definição da estrutura do partido, estabelecendo os paradigmas organizativos apropriados para as diferentes conjunturas nas quais se desenvolve a luta concreta das classes subalternas.

As diversas elaborações teóricas que responderam aos problemas levantados por essas questões ao longo do tempo – e que, individualmente, constituem as diferentes concepções de organização – formam a herança clássica da teoria marxista do partido político. É evidente que, apesar de comportar elementos universais, alguns dos quais destacaremos mais adiante, a maioria das respostas a essas questões é transitória e conjuntural. Consequentemente, as diversas teorias do partido concebidas pelos autores marxistas são concepções que traduzem as condições concretas da luta de classes de suas épocas, mais do que modelos canonizados e válidos para todas as situações históricas. De modo que não existe nenhum modelo marxista universal de partido, pois a sua estrutura organizativa é determinada não só pelo contexto histórico internacional da luta de classes (que reflete as diferentes fases de desenvolvimento do capitalismo e a correspondente composição das classes fundamentais), mas também pelo quadro das relações de força existente entre as classes no interior de cada formação social particular: em suma, os modelos organizativos são fluidos, historicamente determinados e destinados a transformações constantes. Isto não impede, porém, que algumas aquisições teóricas, selecionadas pelo crivo histórico da eficácia tática, sejam incorporadas

permanentemente ao núcleo vivo da teoria marxista do partido político.

A primeira elaboração teórica sobre o partido revolucionário aparece já no *Manifesto do Partido Comunista*, de 1848. No entanto, podemos dizer que o modelo de organização ali sugerido fornece somente os traços gerais – que serão afirmados, negados ou desenvolvidos pela elaboração teórica e pela experiência prática do movimento operário posterior – do que viria a se constituir na teoria marxista do partido político. Contudo, algumas indicações teóricas do *Manifesto comunista*, principalmente a sua abordagem metodológica da questão da organização, foram integralmente absorvidas pela tradição, constituindo-se nos fundamentos do enfoque marxista de investigação da questão do partido. É claro que nessa obra ainda não existe, nem poderia existir, uma concepção global do partido revolucionário – exigir isso seria um anacronismo grosseiro –, pois a sua necessidade somente surgiria numa etapa posterior da luta de classes. O que, entretanto, não significa negar que no *Manifesto comunista* existam indicações gerais de uma teoria embrionária do partido revolucionário: se não de sua estrutura organizativa, pelo menos do processo de desenvolvimento da consciência de classe e da relação da classe com a sua organização formal. Examinemos como o *Manifesto comunista* aborda essas três questões fundamentais que caracterizam a tradição marxista de estudo do partido político, matriz estabelecida exatamente a partir dessa obra fundadora.

No *Manifesto comunista*, o desenvolvimento da consciência de classe do proletariado é visto como o resultado imediato das próprias condições de vida sob o capitalismo. Ao simplificar os antagonismos de classe, dividindo a sociedade em duas classes fundamentais em confronto direto, o capitalismo acirraria as condições sociais a um nível tão drástico que faria que o proletariado, por suas experiências de exploração cotidiana na fábrica e de suas lutas sindicais, desenvolvesse um nível crescente de consciência até atingir a plena identidade política antagonica. Assim, em decor-

rência de suas contradições objetivas, o capitalismo produziria de forma espontânea a educação política do proletariado. Ou seja, o capitalismo produziria não somente as condições materiais necessárias à transição socialista, ao favorecer a centralização dos meios de produção e a potencialização da produtividade do trabalho, como plasmaria o próprio sujeito político dessa transição.

No entanto, se o desenvolvimento da consciência de classe do proletariado aparece como um fenômeno espontâneo, a superação do capitalismo impõe a intervenção da subjetividade: a derrubada do capitalismo exige a constituição do proletariado em partido e a conquista do poder, o que só pode ser alcançado por meio da organização política. Todavia, por mais paradoxal que possa parecer, no *Manifesto comunista* não existe nenhuma indicação precisa da forma política da organização partidária necessária ao proletariado, sugerindo implicitamente a homologia entre classe e partido. Apesar de já reivindicar uma posição de vanguarda para os comunistas,<sup>12</sup> assegurada principalmente pelo conhecimento teórico superior dos comunistas diante dos demais estratos proletários, não existe uma distinção clara entre a classe operária e o partido dos comunistas. Tanto é assim, que a função endereçada aos comunistas é sobretudo aquela de impulsionar a educação política do proletariado por sua participação ativa nos diversos partidos proletários existentes.

Nesse sentido, a identificação entre o partido e a classe, com o reconhecimento tácito do “pluralismo proletário”,<sup>13</sup> reflete exatamente o contexto histórico de produção do *Manifesto comunista*.

---

12. “Na prática, os comunistas constituem a fração mais resoluta dos partidos operários de cada país, a fração que impulsiona as demais; teoricamente têm sobre o resto do proletariado a vantagem de uma compreensão nítida das condições, do curso e dos fins gerais do movimento proletário” (Marx & Engels, 1998, p.51).

13. “O objetivo imediato dos comunistas é o mesmo de todos os demais partidos proletários: constituição do proletariado em classe, derrubada da supremacia burguesa, conquista do poder político pelo proletariado” (Marx & Engels, 1998, p.51).

A explicação para isso é que naquele momento, dado o desenvolvimento incipiente tanto do fenômeno partidário como do próprio movimento operário, não existiam as condições históricas que posteriormente tornariam necessária a distinção formal entre a classe e o partido: não nos esqueçamos de que os únicos partidos políticos existentes naquele período eram os “partidos de comitês”, criados pela burguesia, e que o movimento proletário se encontrava numa fase inicial de desenvolvimento político, ainda marcado pela estrutura sectária e conspiratória de suas organizações. Além do mais, uma das questões estratégicas mais importantes da época era a unificação das diversas frações do movimento operário, dispersas em torno de doutrinas conspiratórias antagônicas entre si, e o conseqüente combate ao sectarismo presente mesmo nos setores mais avançados do proletariado, o que exigia uma concepção bastante ampla de organização (até o ponto da reivindicação do pluralismo de partidos proletários). Ou seja, os próprios limites históricos do momento impediram que a relação entre classe e partido pudesse ser colocada de modo preciso, indicando a necessária distinção entre o ser empírico da classe e a sua representação formal ou política.

De modo que o *Manifesto comunista* não fornece nenhum modelo de partido ou de estrutura organizativa formal, apesar de indicar uma noção original do partido como parte da classe: o “partido comunista” é visto sobretudo como uma “vanguarda teórica”, capaz de impulsionar os vários “partidos” proletários no processo de educação política da classe operária. Conseqüentemente, a principal contribuição do *Manifesto comunista* para o movimento operário foi a superação das formas conspirativas de organização predominantes no movimento proletário europeu da primeira metade do século XIX, elevando a discussão da questão organizativa a um nível teórico de elaboração que rompia definitivamente com a herança blanquista, concebendo o partido como expressão da classe e inserindo os comunistas na luta política aberta: “Os comunistas se recusam a dissimular suas opiniões e seus fins. Proclamam abertamente que seus objetivos



só podem ser alcançados pela derrubada violenta de toda ordem social existente” (Marx & Engels, 1998, p.69). A elaboração de uma teoria sistemática do partido revolucionário teria que esperar até o início do século XX.

A teoria moderna do partido revolucionário começa efetivamente com Lênin. Entretanto, afirmar isso não significa negar a existência anterior de uma rica tradição marxista de investigação da organização política proletária. Como já indicado, a origem dessa tradição remonta ao próprio *Manifesto comunista*, de Marx & Engels, sendo enriquecida posteriormente pela experiência teórica e prática do movimento social-democrata vinculado à Segunda Internacional. Quando afirmamos que Lênin é o fundador da teoria marxista moderna do partido revolucionário queremos indicar que, além de perceber a necessidade do partido como instrumento fundamental para a transformação do proletariado em sujeito político autônomo (algo que de certa forma a tradição marxista anterior já havia reconhecido), ele foi o primeiro a propor e construir efetivamente os instrumentos táticos e organizativos necessários para isso, em função de sua percepção profunda da atualidade da revolução socialista na época do imperialismo. É nesse sentido que ele foi além de todos os seus antecessores, colocando a questão do partido de forma concreta e vinculando a teoria do partido a uma efetiva estratégia revolucionária.

A teoria leniniana do partido revolucionário foi apresentada pela primeira vez em seu livro *Que fazer?*, publicado em março de 1902, fora da Rússia, em decorrência da brutal repressão tsarista. Nessa obra, ao dialogar polemicamente com a social-democracia russa sobre problemas organizativos, Lênin retoma algumas das questões fundamentais colocadas pela tradição marxista anterior, reelaborando-as à luz de seu contexto histórico. Sendo assim, devemos sinalizar dois fatores conjunturais fundamentais que estão na base da instauração teórica leniniana: 1) a questão do partido é considerada a partir da luta contra o economicismo reformista da Segunda Internacional, recuperando e reafirmando o caráter revo-

lucionário do marxismo; 2) a teoria leniniana do partido é concebida com base na análise de uma formação social concreta (a Rússia semifeudal submetida à autocracia tsarista), exigindo a conformação de uma estrutura organizativa distinta daquela estabelecida na Europa ocidental pelo modelo amplo dos partidos social-democratas. Veremos como a conjunção desses dois fatores, aparentemente fortuitos, introduziu um salto qualitativo na teoria marxista do partido revolucionário, transformando a organização num problema efetivamente político e universalizando os princípios tático-organizativos bolcheviques para o conjunto do movimento proletário internacional.

A primeira modificação significativa introduzida por Lênin no esquema clássico da teoria marxista do partido refere-se à correção da tese presente no *Manifesto comunista* de que a consciência política antagonica do proletariado surgiria espontaneamente de suas lutas sindicais. No início do século XX já era mais do que evidente que os ganhos salariais e a regulamentação das condições de trabalho conquistados pela luta sindical, ao invés de aguçarem o desenvolvimento da consciência de classe, funcionavam como estímulos de integração dos operários na dinâmica de funcionamento da sociedade capitalista. Além do mais, o prognóstico otimista adiantado no *Manifesto comunista* ignorava a eficiente campanha ideológica orquestrada pela classe burguesa, incipiente ou mesmo inexistente na época de Marx, que disseminava o consenso ativo entre parcelas significativas do movimento proletário, atraindo os trabalhadores para o campo de influência cultural das classes dominantes. Por conseguinte, a conclusão de Lênin é de que a consciência política antagonica ou socialista não se desenvolve de forma espontânea, devendo ser introduzida no movimento proletário pela ação de seus intelectuais (Lênin, 2006, p.133-62).

Se o desenvolvimento da consciência socialista não ocorre espontaneamente, exigindo a intervenção da teoria revolucionária na educação política do proletariado, torna-se necessária uma distinção entre o *partido real* (o conjunto da classe) e o *partido formal* (a estrutura organizativa, ou seja, a *vanguarda comunista*), modifi-

cando a compreensão anterior da relação da classe com o partido. Esse vínculo entre classe e partido, que no *Manifesto comunista* aparece como sendo direto, é agora mediado pela *vanguarda da classe operária* constituída como organização formal de revolucionários. Nesse momento, completa-se o movimento iniciado por Marx e Engels no *Manifesto comunista*: os comunistas, de vanguarda teórica, metamorfoseiam-se agora em vanguarda política, responsável pela transformação da luta sindical em luta política revolucionária (Lênin, 2006, p.163-214).

O passo seguinte de Lênin, imposto pelo contexto da ausência de liberdade política e da repressão brutal da polícia tsarista às organizações operárias na Rússia, foi a proposição de uma estrutura partidária formada por revolucionários profissionais, organizada de modo centralizado e preparada para liderar a classe trabalhadora no levante revolucionário (Lênin, 2006, p.215-79). É evidente que esse tipo de estrutura organizativa visou atender a um momento especial da luta política na Rússia, marcado pela ausência da participação do movimento de massas. Em seus escritos posteriores, mas sobretudo em suas ações práticas à frente do partido bolchevique, fica claro que, assim que as condições se alteram, Lênin modifica as indicações fornecidas em *Que fazer?*, combinando o caráter de vanguarda do partido revolucionário com as ações espontâneas do movimento de massas (Johnstone, 1977; Molyneux, 1978; Le Blanc, 1993).

No entanto, mesmo reconhecendo a determinação histórica contingente da fórmula leniniana de 1902 – do partido marxista de quadros, organizado com base no centralismo democrático – não podemos negar que ela representou um grande avanço na concepção do partido revolucionário. Os desenvolvimentos teóricos introduzidos por Lênin adaptaram a teoria marxista do partido às necessidades da luta de classes na fase do capitalismo monopolista e de primórdios do imperialismo: a) nessa fase, em virtude da modificação da composição da classe operária – formada agora não mais pela classe operária qualificada da fase anterior do capitalismo concorrencial, mas constituída majoritariamente pelo traba-

lhador parcelizado e incapaz da compreensão global do processo de trabalho –, o modelo leniniano de partido era o único capaz de resolver o problema do desenvolvimento da consciência política do proletariado e de romper com o reformismo social-democrata; e b) o imperialismo colocava a necessidade da ruptura com o capitalismo na ordem do dia, exigindo a construção de um partido de vanguarda capaz de impulsionar e dirigir a revolução proletária. É aqui que reside o alcance universal da concepção leniniana de partido, que mesmo teorizada para o contexto da situação concreta da Rússia tsarista, difundiu para o conjunto do movimento operário internacional a necessidade da distinção formal entre classe/partido e da direção consciente na condução do processo revolucionário.

Não obstante, no exato momento histórico de definição do modelo leniniano de partido, mas num contexto político e social diferente, Rosa Luxemburgo destaca-se pela proposição de uma visão distinta e profundamente crítica daquela desenvolvida por Lênin. Apesar de ambos se posicionarem nas fileiras do marxismo revolucionário, combatendo arduamente os desvios do oportunismo reformista dentro do movimento operário social-democrata internacional, os contextos históricos extremamente distintos nos quais operaram fez surgir uma divergência significativa na concepção organizativa entre os dois grandes revolucionários socialistas.

A diferença de fundo, responsável pela visão alternativa de Rosa Luxemburgo, decorre em especial do fato de que ela concebe a sua teoria do partido com base no contexto histórico da Alemanha (apesar de ter os olhos voltados para a Rússia), marcado pela profunda burocratização do Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD) e pela crescente hegemonia dos reformistas em seu interior. Ao contrário de Lênin, que se propunha construir um partido revolucionário a partir de escassos recursos organizativos, reunindo os círculos revolucionários fragmentados e dispersos geograficamente pelo imenso império russo numa organização coesa, Rosa Luxemburgo concebe o partido a partir do interior de uma organização social-democrata já estruturada e contaminada pelo imo-

bilismo reformista de seus dirigentes, acentuando exatamente a necessidade de combater o domínio da burocracia partidária sobre as iniciativas espontâneas da classe operária e denunciando o caráter conservador do aparelho partidário.<sup>14</sup> Assim, segundo Rosa, o marasmo político do movimento operário alemão de início do século XX devia-se muito mais ao excesso de “organização” (isto é, de burocratização) do SPD do que à sua falta, como clamavam os dirigentes reformistas.<sup>15</sup> Por isso, para revitalizar o movimento operário alemão, libertando-o do freio representado pela burocracia partidária, tornava-se estrategicamente vital restabelecer a espontaneidade da intervenção direta das massas trabalhadoras em oposição ao imobilismo das camadas dirigentes do partido.

Contudo, Rosa Luxemburgo não desenvolve uma teoria sistemática do partido revolucionário. A sua concepção é sugerida sobretudo na crítica à concepção de partido centralizado proposta por Lênin. Apesar de não apresentar uma teoria articulada do partido revolucionário, como fez Lênin em *Que fazer?*, é possível extrair de suas considerações críticas uma visão coerente da organização. As intuições de Rosa Luxemburgo sobre o partido revolucionário foram apresentadas primeiramente no escrito de 1904, denominado *Questões de organização da social-democracia russa*, em que ela polemiza com as exigências leninianas de centralização do partido russo. Posteriormente, o núcleo dessas intuições é desenvolvido no livro de 1906, *Greve de massas, partido e sindicatos*, no qual a análise da tática da greve de massas introduzida recentemente pelo proletariado na revolução russa de 1905 fornece os elementos essen-

---

14. Como bem sintetizou um de seus comentadores: “enquanto Lênin examina a estrutura do processo revolucionário fundamentalmente do ponto de vista da organização, Rosa Luxemburg o faz do ponto de vista da espontaneidade e da iniciativa de massa” (Negt, 1984).

15. “A concepção rígida e mecânica da burocracia só admite a luta como resultado da organização que atinja certo grau de força. Pelo contrário, a evolução dialética, viva, faz nascer a organização como produto da luta” (Luxemburgo, 1979, p.57).

ciais para a retomada da dialética entre espontaneidade e direção consciente na condução do processo revolucionário socialista. Nos dois escritos,<sup>16</sup> no primeiro denunciando o “ultracentralismo” do modelo leniniano de organização social-democrata e no segundo destacando o caráter espontâneo da primeira revolução russa, expresso pela adoção da tática da greve de massas, a questão do partido é abordada no contexto de uma concepção política fundada na defesa intransigente da autoatividade e da iniciativa política das massas proletárias. Consequentemente, a subordinação da atividade consciente de direção ao impulso espontâneo das massas populares em movimento introduz o questionamento sobre a eficácia do centralismo organizativo proposto por Lênin e desloca a centralidade da função dirigente do partido para segundo plano, colocando-o ao lado de outras instâncias organizativas da classe operária.

No que se refere ao desenvolvimento da consciência socialista, ela defendeu apaixonadamente a prioridade da experiência existencial coletiva da classe, de sua vivência e de suas lutas concretas como fator determinante na conformação de uma identidade antagônica plenamente explicitada. Esta seria “uma das ideias constituintes, se não a ideia central, da sua teoria política: a de que a consciência de classe é resultado da experiência das massas, da qual as derrotas também fazem parte” (Loureiro, 1991, p.31).

Assim como Marx, Rosa Luxemburgo também acreditava que as contradições objetivas do capitalismo funcionariam como o *motus* inicial que impulsionaria a classe operária a lutar por seus interesses, e dessas lutas espontâneas, filtradas pelas experiências de derrotas e vitórias, surgiria a autoeducação capaz de orientá-la na direção do socialismo. No entanto, Rosa vai ainda mais além, defendendo que em momentos especiais, como aqueles caracterizados pela intervenção direta da classe operária (exemplificados pela revolução russa de 1905, analisado por ela), em que as ações espontâneas das massas proletárias se sobrepõem à direção burocrática do partido, o

---

16. Conferir “Questões de organização da social-democracia russa”. In: Luxemburgo, 1991, p.37-59; e Luxemburgo, 1979.

processo de conscientização revolucionária sofreria uma rápida aceleração, realizando em pouco tempo o trabalho de educação política revolucionária que em tempos normais de calma política parlamentar se prolongaria por décadas (Luxemburgo, 1979, p.56-60). Comparando a situação alemã com a situação russa do período, Rosa identifica a causa do menor vigor revolucionário do proletariado alemão no controle burocrático exercido pelo SPD, que impediria a ação revolucionária direta da classe operária. A intervenção espontânea das massas, impulsionando diretamente o processo de luta de classes, como se verificara na Rússia na revolução de 1905, acelerara muito o processo de constituição da identidade antagonica da classe operária, fazendo que apenas um ano de luta revolucionária proporcionasse às massas proletárias russas “essa ‘educação’ que trinta anos de lutas parlamentares e sindicais não podem artificialmente dar ao proletariado alemão” (Luxemburgo, 1979, p.59).

Em termos mais precisos, a sua compreensão do processo de desenvolvimento da consciência de classe do proletariado pode ser sumarizado como se segue. Em primeiro lugar, como decorrência direta das contradições objetivas entre capital e trabalho, a classe operária é quase forçada a lutar pelos seus interesses imediatos de sobrevivência. Nesse processo inicial, de modo espontâneo, a classe começa a desenvolver a sua consciência política: não somente com suas vitórias parciais, que sob o capitalismo são sempre provisórias, mas também com suas derrotas, identificando os motivos de seus insucessos e os seus possíveis aliados estratégicos. Entretanto, esse desenvolvimento larvar da consciência de classe do proletariado não se exprime ainda como uma consciência antagonica efetiva; para isso, é preciso que ocorra um período de irrupção revolucionária das massas, momento no qual esses elementos primordiais da consciência de classe são catalisados e sistematizados numa visão política que aponta para a necessidade de superação da exploração capitalista.<sup>17</sup> A consciência socialista não é imposta de fora, mas

---

17. Numa passagem em que Rosa Luxemburgo descreve o processo de desenvolvimento da greve geral de 1905 na Rússia, ela afirma que: “Este despertar da

surge da própria experiência de luta do proletariado, quando o seu *instinto* de rebelião, aguçado pelas contradições objetivas do capitalismo, é elevado à condição de consciência revolucionária.<sup>18</sup> Apesar de frisar que esse é um processo conturbado, radicalmente oposto a um desenvolvimento linear, é somente através desses avanços e re-cuos que a classe operária pode se autoeducar e criar os meios táticos para alcançar os seus fins políticos últimos, transformando-se, nas palavras de Marx, de *classe-em-si* em *classe-para-si*.

No entanto, embora defenda apaixonadamente a mobilização espontânea das massas como força elementar da revolução socialista, em nenhum momento de sua vida Rosa Luxemburgo rechaçou a necessidade de o proletariado construir seu partido político autônomo. Com efeito, ela jamais propôs uma teoria espontaneísta da revolução, nem descartou a necessidade da liderança política e do partido revolucionário, como acusam muitos de seus críticos.<sup>19</sup> A prova mais contundente disso é que Rosa Luxemburgo, durante toda a sua vida, desde a juventude na Polônia, sempre esteve ligada

---

consciência de classe imediatamente se manifesta do seguinte modo: uma multidão de milhões de proletários descobre de súbito, com um sentimento de acuidade insuportável, o caráter intolerável de sua existência social e econômica, do qual era escravo há decênios, sob o jugo do capitalismo. De repente, desencadeia-se uma sublevação geral e espontânea para sacudir esse jugo, para quebrar as algemas” (Luxemburgo, 1979, p.30).

18. Afirmando que o absolutismo tsarista só poderia ser derrubado pelo proletariado, Rosa sublinha a necessidade da educação política e a dinâmica do processo de formação da consciência socialista: “É pelo proletariado que o absolutismo na Rússia tem de ser derrubado. Mas para tanto, o proletariado tem necessidade de alto grau de educação política, de consciência de classe e organização. Não pode aprender todas estas coisas em brochuras ou em folhas volante [panfletos]; tal educação ele a adquirirá na escola política viva, na luta e pela luta, no decorrer da revolução em marcha” (Luxemburgo, 1979, p.31).
19. Essa é uma falsa acusação lançada sobre Rosa Luxemburgo pelo stalinismo. O luxemburguismo, termo cunhado pelos stalinistas para descaracterizar o pensamento de Rosa, era apresentado como uma caricatura grosseira de sua teoria política, como uma mistura de espontaneísmo revolucionário romântico e um esquerdismo extremado, que defendia a passagem imediata do capitalismo ao comunismo, sem uma etapa intermediária de transição. Algo completamente distinto da concepção política defendida por Rosa.



a um partido político (Molyneux, 1978, p.102). A diferença em relação a Lênin, no que se refere à questão do partido, repousa sobretudo na relação que deve ser estabelecida entre o partido e a classe. E, como corolário direto dessa relação, na definição da *função* do partido e de sua *estrutura organizativa*.

Segundo a argumentação de Rosa, a forma social-democrata de organização não pode ser inventada, já que ela surge (e só pode surgir) organicamente vinculada ao próprio processo de constituição histórica do movimento operário: "a *organização* não é um produto artificial da propaganda, mas um produto histórico da luta de classes, no qual a social-democracia simplesmente introduz a consciência política" (Luxemburgo, 1991, p.39). É a classe que cria o partido e não o partido que cria a classe (apesar de sua obviedade imediata, essa questão é às vezes ignorada): isto é, historicamente, a classe antecede o partido.<sup>20</sup> O partido só surge num determinado momento de formação morfológica da classe, quando uma parcela significativa de seus membros se torna consciente da necessidade de superação da ordem burguesa. No entanto, devido à dominação ideológica burguesa, essa conscientização não ocorre ao mesmo tempo em todos os membros da classe, mas apenas em sua fração política mais desenvolvida. Nesse sentido, essa fração não deixa de ser uma *vanguarda*: a vanguarda formada pelos operários mais avançados politicamente, que já partilham da perspectiva do socialismo. Contudo, essa vanguarda está contida organicamente na classe, formando uma unidade indissolúvel (e assim deve permanecer) entre a parte e o todo. Logo, na concepção de Rosa, a ideia de vanguarda não indica uma relação de externalidade à classe (como em Lênin), mas afere apenas a modulação no grau de conscientização entre os diferentes estratos que compõem o proletariado.

Assim como o Marx do *Manifesto do Partido Comunista*, Rosa também defende certa homologia tácita entre a classe e o partido: mesmo reconhecendo a existência de um estrato politicamente

---

20. Dessa constatação preliminar, Rosa Luxemburgo deriva também a primazia diretiva da classe sobre o partido.

mais avançado no interior do proletariado, que se expressaria no partido, como “núcleo organizado da classe operária”, ela se recusa a uma separação formal entre a classe e o partido.<sup>21</sup> Esse caráter de vanguarda do proletariado socialista não justificaria a cisão organizativa entre uma vanguarda revolucionária externa (organizada separadamente no partido) e sua base de apoio social (o conjunto da classe), pois, em última instância, é no dinamismo da espontaneidade elementar presente no conjunto da classe que se localiza a única fonte da criatividade revolucionária do movimento social-democrata. A organização social-democrata não visa desfazer artificialmente, por meios organizativos formais, a conexão entre a vanguarda social-democrata e o conjunto do proletariado, entre o partido e a classe, mas exatamente em ampliar e estreitar esses laços, absorvendo os impulsos dinamizadores da base e unificando o conjunto da classe na luta contra a exploração capitalista.<sup>22</sup>

Não podemos nos esquecer que, na concepção de Rosa Luxemburgo, tanto a tática como o princípio gerador do processo revolucionário têm sua origem não na direção consciente da organização, mas especialmente na iniciativa direta das massas. Portanto, entre a classe e o partido deve prevalecer uma relação recíproca de influências (isto é, uma relação dialética) que fertilize a ação política organizada e garanta a livre circulação da energia revolucionária que só pode provir da classe.<sup>23</sup> No plano organizacional, isso seria assegu-

---

21. “Se bem que a social-democracia, núcleo organizado da classe operária, esteja na vanguarda de toda a massa de trabalhadores e o movimento operário busque a sua força, a sua unidade e consciência política nesta mesma organização, o movimento operário nunca deve ser concebido como movimento de uma minoria organizada” (Luxemburgo, 1979, p.58).

22. “Toda a verdadeira e grande luta de classes deve alicerçar-se no apoio e colaboração das mais largas camadas; uma estratégia de luta de classes que não levasse em conta essa colaboração, e não visse mais do que os desfiles bem ordenados da pequena parte do proletariado arregimentada nas suas fileiras, estaria condenada a uma lamentável derrota” (Luxemburgo, 1979, p.58).

23. “A sobrevalorização ou a falsa apreciação do papel organizativo do proletariado na luta de classes está ligada geralmente a uma subvalorização da massa

rado pela constituição de um amplo partido proletário, que integrasse as diversas frações do movimento social-democrata e fosse estruturado de modo democrático e aberto à permanente influência de sua base proletária. Por isso, ela se posiciona de modo contrário à ideia leniniana de separação entre o partido e a classe (à concepção de que o partido reúne somente o estrato revolucionário da classe), defendendo um modelo de partido muito parecido com aquele vinculado à Segunda Internacional (é claro que purgado de seu conservadorismo reformista).<sup>24</sup>

O centralismo proletário – ou social-democrata, como era denominado o partido operário antes da Terceira Internacional –, apesar de necessário, pois é o fator primordial da eficácia da intervenção política do partido e de sua coesão interna, não pode ser de tipo “jacobino” ou “blanquista”. No movimento social-democrata, em função de seu caráter original de massa, as exigências formais ou “instrumentais” do centralismo (que permitem a rápida mobilização das forças proletárias em combate) devem se subordinar às exigências da ampla participação popular nas decisões políticas (ou seja, deve assegurar o conteúdo emancipatório constitutivo do movimento social-democrata, caracterizado pela ligação orgânica entre o partido e a vida das massas proletárias). Conforme Rosa Luxemburgo, o centralismo social-democrático tem características próprias, bastante distintas do centralismo oligárquico de tipo “blanquista”:

---

proletária desorganizada e da sua maturidade política” (Luxemburgo, 1979, p.58).

24. Criticando a proposta leniniana do centralismo democrático, Rosa Luxemburgo localiza os seus “excessos” nos seguintes pontos: “O princípio vital deste centralismo consiste, por um lado, em salientar fortemente a separação entre os grupos organizados de revolucionários declarados, ativos, e o meio desorganizado – ainda que revolucionário e ativo – que os cerca. Por outro lado, consiste na rigorosa disciplina e na interferência direta, decisiva e determinante das autoridades centrais em todas as manifestações vitais das organizações locais do partido” (Luxemburgo, 1991, p.40).

Ele só pode ser a concentração imperiosa da vontade da vanguarda esclarecida e militante do operariado (*Arbeiterschaft*) perante seus diferentes grupos e indivíduos. É, por assim dizer, um “autocentrismo” da camada dirigente do proletariado, é o domínio da minoria no interior da sua própria organização partidária. (Luxemburgo, 1991, p.44)

Em vez de planejar a insurreição e dirigir a classe operária e seus aliados estratégicos no levante revolucionário (como propunha Lênin), a função do partido é deslocada para a “direção política” da sublevação espontânea do proletariado. Como podemos perceber, essa é uma dedução coerente das premissas iniciais da teoria política de Rosa Luxemburgo, centrada na valorização da espontaneidade das massas diante da direção consciente da organização. Nesse sentido, o partido não deveria se preocupar com as questões técnicas da insurreição, mas deveria voltar suas energias para a direção política da massa proletária em movimento, unificando-a em torno de uma tática que radicalize as reivindicações imediatas em torno dos objetivos últimos do socialismo.<sup>25</sup> Mas como manter, dada a sua concepção frouxa de partido (que inclui os estratos reformistas do proletariado dentro da organização revolucionária), a radicalidade do programa socialista? O próprio reformismo que então proliferava nesse modelo de partido, típico da Segunda Internacional, não atestava a sua falência como organização efetivamente revolucionária? Quais as medidas políticas e organizativas necessárias para viabilizar, no interior do partido, a síntese entre organização e espontaneidade? Infelizmente, como pudemos constatar, Rosa Luxemburgo não forneceu respostas a essas perguntas, restringindo-se à reivindicação da prioridade da

---

25. “Uma tática socialista consequente, resoluta e vanguardista provoca na massa um sentimento de segurança, de confiança, de combatividade; uma tática hesitante, fraca, alicerçada na subestimação das forças do proletariado, paralisa e desorienta as massas” (Luxemburgo, 1979, p.50).

ação espontânea da classe operária diante de sua organização partidária.

Como se vê, já desde o início de sua constituição genética, a teoria marxista do partido oscilou entre os dois polos principais da dinâmica do processo revolucionário: ora pendendo para o polo da direção consciente, exigindo uma forte centralização do movimento operário e a organização externa de sua vanguarda em partido, transformando a organização partidária no sujeito privilegiado da luta pela conquista do poder político pelo proletariado (Lênin); ora movendo-se em direção ao polo da espontaneidade, procurando estabelecer mecanismos de defesa da autoatividade das massas proletárias como única garantia possível para se assegurar à classe o estatuto de sujeito efetivo da revolução socialista (Marx e Rosa Luxemburgo), evitando assim os perigos do substitucionismo.<sup>26</sup> Contudo, se a visão alternativa de Rosa Luxemburgo parece restabelecer o princípio marxiano de que a emancipação proletária só pode se realizar como autoemancipação, no campo específico da teoria da organização, as suas contribuições críticas criaram mais problemas do que ajudaram a resolver.

Em resumo, apesar de restringirmos nossa análise somente aos principais autores da teoria marxista do partido revolucionário (isto é, aos seus primeiros representantes), essa rápida revisão é suficiente para fundamentar nossas discussões posteriores. Em primeiro lugar, porque foram esses autores que estabeleceram as bases teóricas dos desenvolvimentos ulteriores da teoria do partido revolucionário no contexto da tradição marxista, inclusive nas suas mais diversas conformações ideológicas, mesmo naquelas contemporâneas. Em segundo lugar, porque é dentro desse quadro teórico-político prévio, estabelecido pela interlocução entre Lênin e Rosa Luxemburgo que Gramsci constrói sua elaboração política,

---

26. O termo “substitucionismo” indica a possibilidade de que a classe operária possa ser substituída – seja pelo partido em si, seja por outras instâncias partidárias, nos casos mais extremos – como o sujeito autêntico da revolução socialista.

produzindo nos *Cadernos do cárcere* uma nova síntese teórica que eleva as contribuições genéticas originais da concepção marxista de partido ao seu grau máximo de desenvolvimento no âmbito do movimento de refundação comunista do século XX.<sup>27</sup>

## 1.4 Abordagem metodológica – lendo a teoria do partido nos *Cadernos do cárcere*

Como é amplamente reconhecido hoje, a teoria política desenvolvida por Antonio Gramsci nos *Cadernos do cárcere* destaca-se no contexto da tradição marxista por sua originalidade e pela profusão de implicações teóricas, ideológicas e estratégicas dela decor-

---

27. A refundação comunista é um processo teórico-prático de atualização do marxismo aos desenvolvimentos concretos do modo de produção capitalista. E, como tal, a refundação comunista implica a articulação orgânica entre elaboração teórica e experimentação prática: a primeira é necessária para a compreensão da dinâmica de funcionamento do capitalismo em suas diversas fases de desenvolvimento epocais e a segunda para a constituição de formas de organização capazes de fornecer eficácia tática à práxis política das classes subalternas. Del Roio (2005, p.19) propõe uma interessante contextualização histórica do processo de refundação comunista do século XX. A primeira fase do processo começaria com Lênin e Rosa Luxemburgo, com base na recuperação da dialética materialista e na valorização da subjetividade na ação política. Essa primeira fase da refundação comunista, em função do isolamento da revolução à formação social pouco desenvolvida da Rússia e ao refluxo do movimento comunista internacional a partir de 1921, impôs a elaboração dentro da Internacional Comunista (IC) e do partido bolchevique da nova concepção estratégica da fórmula política da “frente única”. Assim, a segunda fase da refundação comunista do século XX, desenvolvida sobretudo por Gramsci e Lukács, herdaria essa problemática da primeira fase, procurando desenvolvê-la e aplicá-la às distintas conjunturas nacionais europeias. Evidentemente que, com a prisão de Gramsci em novembro de 1926, o processo de refundação comunista iniciado por ele a partir de 1923-1924 sofre alguns reveses. O principal deles é que o processo de refundação comunista subsequente será caracterizado pela cisão em sua articulação orgânica, sendo forçosamente reduzido a seu componente exclusivamente teórico.

rentes. Este é um desdobramento direto do fato de Gramsci ter sido um dos poucos pensadores marxistas que conseguiu “traduzir” o marxismo para as sociedades complexas do Ocidente: a “filosofia da práxis”, que é a síntese teórica elaborada por ele durante o período de seu encarceramento nas prisões fascistas significou uma das mais importantes refundações teóricas do movimento comunista do século XX. A crítica gramsciana recuperou o marxismo não só de suas deformações positivistas, cujos desdobramentos estratégicos desaguaram no economicismo reformista característico da Segunda Internacional, como proporcionou antecipadamente os argumentos teóricos contra a dogmatização ideológica da Terceira Internacional que se seguiu à ascensão de Stálin, restabelecendo e desenvolvendo o potencial crítico original do marxismo, ameaçado pela rigidez doutrinária stalinista.

No entanto, a originalidade da concepção do partido revolucionário presente em sua teoria política não foi até hoje suficientemente realçada. Inicialmente, devido à instrumentalização por parte do PCI da herança teórica gramsciana. Seja por sua vinculação ao marxismo-leninismo, no rastro da primeira edição temática dos escritos carcerários, no início dos anos 1950, quando o stalinismo ainda tinha força na Itália; seja na sua assimilação posterior ao eurocomunismo, a partir dos anos 1950, que disseminou uma matriz interpretativa que se mantém viva ainda hoje. Ultimamente, no contexto contemporâneo dos estudos gramscianos pós-comunismo, pelo relativo desinteresse na discussão dessas questões e pelo progressivo esvaziamento da leitura dos *Cadernos do cárcere* com a diluição da herança política de Gramsci, ao transformá-lo num clássico pasteurizado das Ciências Sociais. Essas duas posições – de certo modo antitéticas, porém convergentes nos seus resultados – acabaram por ofuscar a originalidade da concepção gramsciana de partido, seja pela subordinação de sua leitura a uma matriz dogmática ou reformista (duas perspectivas antagônicas que proliferaram por muito tempo, dentro e fora do PCI), seja pela vinculação oportunista das elaborações teóricas gramscianas a um

vago democratismo de cunho mais ou menos liberalizante que prevalece nas interpretações mais recentes. De forma que até hoje, fora algumas poucas investigações pioneiras,<sup>28</sup> que buscaram reconstruir a concepção gramsciana de partido com base numa abordagem “textual”, a sua elaboração teórica permanece refém de leituras vinculadas a vieses políticos reducionistas (antigos e contemporâneos).

Embora esse controverso posicionamento interpretativo seja externo à obra, existem algumas características inerentes ao próprio texto gramsciano que dificultam a apreensão da originalidade de suas formulações. É forçoso reconhecer que o problema maior na abordagem da obra gramsciana reside na dificuldade de sua leitura. Após todos esses anos de esforços coletivos na tentativa de uma apreensão meticulosa de seu pensamento, mesmo reconhecendo as importantes contribuições fornecidas pela leitura filológica<sup>29</sup> tornada possível pela publicação da edição crítica dos *Cadernos*, o desafio da leitura continua a espreitar os seus estudiosos. O que queria mesmo dizer Gramsci? E, mais importante ainda, o que teria dito Gramsci se tivesse a possibilidade de levar seu trabalho de investi-

---

28. O trabalho pioneiro de Anne Showstack Sassoon, publicado originalmente em 1980, ainda se destaca como um dos poucos estudos textuais sistemáticos da concepção gramsciana de partido. O seu estudo aborda o desenvolvimento da teoria política gramsciana ao longo de toda a sua vida, dando destaque aos *Cadernos do cárcere*. Contudo, apesar de importante, o trabalho de Sassoon padece de deficiências filológicas próprias dos estudos gramscianos realizados com base na edição temática dos *Cadernos do cárcere*. Esse agravante se torna ainda mais sério quando se trata dos países de língua inglesa, que até recentemente só contavam com a publicação de extratos selecionados dos escritos carcerários, e nem mesmo dispunham da edição temática. É preciso acrescentar que, mesmo na edição utilizada no presente estudo (trata-se da segunda edição, de 1987, portanto posterior à edição crítica dos *Cadernos*), as citações referem-se majoritariamente aos extratos presentes em *Selections from the Prison Notebooks* (Londres: Lawrence and Wishart, 1971), apesar da disponibilidade desde 1975 da edição crítica organizada por Gerratana e equipe, o que se constitui numa limitação interpretativa inequívoca.

29. Sobre a leitura filológica da obra de Gramsci, consultar sobretudo Frosini & Liguori (2003) e Liguori (2007).



gação a termo? Se tivesse tido o tempo necessário para encontrar a forma definitiva de exposição de seu pensamento?

Apesar de retóricas, já que nunca poderão ser respondidas, essas questões sinalizam a especificidade da escrita dos *Cadernos* e as dificuldades inerentes à sua leitura. O principal desafio é lidar com um texto “fragmentário”, constituído por um conjunto de notas – abordando desde recensões bibliográficas, questões de crítica teatral e literária, linguística, folclore e cultura popular, mas, também, questões de história, filosofia e política das mais importantes, até alguns poucos apontamentos autobiográficos – que não segue o típico padrão de exposição do texto acadêmico. Sem contar que as notas que constituem os *Cadernos*, sempre tidas pelo seu autor como aproximativas e provisórias, foram deixadas em diferentes graus de “acabamento”, algumas em primeira versão e outras retomadas e ampliadas, introduzindo dificuldades adicionais na identificação de seus propósitos.<sup>30</sup> Portanto, esta ainda é uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos leitores de Gramsci: isto é, exige-se um longo tempo de contato com a obra e um mínimo de perspicácia hermenêutica para que o leitor consiga se movimentar com facilidade pela densa estrutura arquitetônica dos *Cadernos do cárcere* sem perder de vista a conexão escondida nessa aparente fragmentação do texto.

Curiosamente, como observa Valentino Gerratana (1997, p.45-8), a edição crítica que saiu em 1975, ao invés de mitigar, contribuiu ainda mais para evidenciar essa dificuldade. Quando comparada com a antiga edição temática, percebe-se que o caráter “framen-

---

30. Na edição crítica dos *Cadernos do cárcere* (Gramsci, 2001), Gerratana propôs a divisão das notas gramscianas em três tipos de texto: A, B e C. Os textos A são aqueles que compunham originalmente os “cadernos miscelâneos” e que depois são transferidos, modificados ou não, na forma de textos C, para os “cadernos especiais” ou temáticos. As únicas exceções são as três notas de tipo A presentes no *Caderno 14*. Os textos B são as notas de redação única que podem aparecer nos “cadernos miscelâneos” (1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 14, 15 e 17) ou nos “cadernos especiais” (10, 11, 12, 13, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28 e 29).

tário” do texto gramsciano é acentuado: o agrupamento das notas na primeira edição dos *Cadernos* em torno de grandes eixos temáticos introduzia certo ordenamento, mesmo que arbitrário, que guiava o leitor em determinada direção. A edição crítica, ao renunciar a qualquer pretensão de ordenamento arbitrário das notas, optando pela edição cronológica dos cadernos, exacerba essa aparente “fragmentação”. Por outro lado, o que se perdeu em “clareza”, se ganhou em rigor analítico, pois o pensamento de Gramsci passou a ser compreendido filologicamente, em seu “ritmo de desenvolvimento”.<sup>31</sup>

Em grande medida, essa especificidade do texto gramsciano decorre das difíceis condições de sua elaboração impostas pela situação carcerária. Porém, a “fragmentação” do texto carcerário não pode ser remetida somente às dificuldades das condições materiais e psicológicas da reflexão de Gramsci. É evidente que a ausência de condições apropriadas para o trabalho intelectual, a falta de recursos bibliográficos adequados à amplitude do programa de pesquisa estabelecido e sobretudo o isolamento e as dificuldades psicológicas inerentes à vida no cárcere contribuíram efetivamente para a fragmentação e a obscuridade de algumas passagens dos *Cadernos*, impossibilitando a sua conclusão definitiva: “Um pensamento em estado fluido: tal permanecerá *für ewig* (para sempre) o pensamento dos *Cadernos*” (Gerratana, 1997, p.19). No entanto, como sublinha Gerratana na obra recém-citada, essa “fragmentação” estaria também de alguma forma relacionada ao estilo de pensamento do próprio Gramsci. Ou seja, a escrita “fragmentária” do texto gramsciano teria um aspecto *funcional*, servindo como um recurso estilístico capaz de expressar sinteticamente seus desenvolvimentos

---

31. “Portanto, do ponto de vista formal, a edição crítica se apresenta primeiramente como uma obra de *restauração filológica*. As páginas dos *Cadernos* gramscianos, já célebres na disposição adotada nos seis volumes independentes, agrupados segundo os critérios disciplinares da primeira edição, por grandes temas e tópicos, podiam enfim ser lidas na ordem original na qual foram dispostas nos manuscritos, assim como foram deixados pelo próprio Gramsci” (Gerratana, 1997, p.45).

teóricos evitando tanto o proselitismo fácil quanto o esquematismo dogmático da nova vulgata marxista que começava a se difundir durante o período de sua prisão. É exatamente essa característica de texto “aberto” que institui a necessidade ineliminável do diálogo, pois toda leitura fecunda de Gramsci exige a cumplicidade do diálogo por parte do leitor na reconstrução de sua reflexão, introduzindo elementos subjetivos que, se não forem adequadamente controlados, induzem a sérias deformações interpretativas.

É nesse contexto geral de especificidade da obra de Gramsci que situamos nossa proposta de leitura de sua teoria do partido político. Sendo assim, duas questões importantes se impõem: a primeira delas é mais prosaica, referindo-se à existência ou não de uma teoria do partido nos *Cadernos do cárcere*; a segunda é mais relevante, exigindo resolver como lidar com a extensa e contraditória bibliografia acumulada ao longo da história da fortuna crítica da obra de Gramsci.

Existiria, de fato, uma teoria do partido nos *Cadernos do cárcere*? Infelizmente, se buscamos por uma teoria sistemática do partido revolucionário, a resposta taxativa a essa pergunta, dadas as considerações anteriores, é negativa. A rigor, considerando-se um modelo sistemático, não existe uma teoria do partido nos *Cadernos*. A abordagem gramsciana da organização partidária vai se construindo dialeticamente, conforme o autor analisa os problemas fundamentais da ação política e a dinâmica de funcionamento de outras instituições sociais. Apesar de abordar o fenômeno do partido revolucionário mais sistematicamente no *Caderno 13*, que desenvolve a concepção do “moderno Príncipe”, Gramsci não chega a propor um modelo acabado de organização partidária. Todavia, apesar de não existir uma teoria sistemática do partido nos *Cadernos do cárcere*, essa teoria é sugerida no ritmo de desenvolvimento do pensamento gramsciano, na articulação de um amplo conjunto de notas, algumas mais “orgânicas”, como aquelas presentes nos *Cadernos* dedicados mais diretamente às questões políticas (majoritariamente distribuídas entre os *Cadernos 8, 13, 14*,

15 e 18), outras mais elípticas, presentes nos demais *Cadernos*, como aquelas que abordam indiretamente, mesmo quando tratam de outros temas mais incidentais, os problemas da organização partidária. Em resumo, embora de forma assistemática, o problema do partido permeia grande parte da reflexão gramsciana e tem uma destacada importância estratégica no conjunto dos temas tratados nos *Cadernos*, o que legitima e permite a reconstrução de uma teoria do partido revolucionário a partir das indicações fragmentárias fornecidas por Gramsci. Logo, ao seguir esses vários eixos aproximativos fornecidos pelo texto, podemos extrair dos *Cadernos* uma concepção de partido notavelmente complexa e original, quando comparada às formulações marxistas anteriores ou contemporâneas de Gramsci (e, inclusive, mesmo às atuais).

Por outro lado, a solução da segunda questão exige a limitação da bibliografia crítica utilizada aos estudos mais “textuais” e filológicos sobre a questão do partido nos *Cadernos*, evitando os usos mais instrumentais da teoria gramsciana. Essa decisão fundamenta-se no pressuposto de que a concepção gramsciana de partido existe somente como teoria,<sup>32</sup> pois, na prática, o “moderno Princípio” nunca existiu de fato, apesar das diversas instrumentalizações e usos de Gramsci (se legítimos ou não, não vem ao caso) instituídos ao longo da história do PCI. Além disso, a vinculação teórica aos diversos *gramscismos* que orientaram a leitura dos *Cadernos do cárcere* tornou-se bastante problemática após a ruptura ideológica representada pelos últimos acontecimentos históricos do século XX (queda do Muro de Berlim, fim da União Soviética, crise do movimento comunista internacional, etc.). Ou seja, esses *approaches* teóricos (isto é, os diversos gramscismos históricos), que forneceram não só uma problemática teórica delimitada, mas também os lineamentos cognoscitivos fundamentais que conformaram o próprio processo interpretativo da obra gramsciana, já não satisfa-

---

32. Nesse sentido, concordamos plenamente com Raul Mordenti, quando ele afirma que “remeter ao ‘partido de Gramsci’ significa efetivamente remeter a uma elaboração teórica” (Mordenti, 2003, p.214).

zem as exigências analíticas contemporâneas, pois se tornaram dados e superados. Consequentemente, essa constatação constitui-se no eixo metodológico central de nossa abordagem.

Assim, ao distinguirmos a teoria gramsciana de partido do uso ideológico que se fez dessa concepção pelo PCI, característico de um contexto histórico específico que prevaleceu até meados da década de 1980, resolvemos o espinhoso problema de como lidar com a enorme massa de literatura crítica disponível. Em decorrência de nosso propósito específico, privilegiamos a interlocução com a bibliografia identificada com os princípios hermenêuticos da leitura “textual”, visando integrá-la com a investigação do contexto histórico de produção da obra gramsciana. No entanto, temos plena consciência dos perigos que nos cercam. A exposição formal da teoria do partido contida nos *Cadernos*, mesmo que necessária para uma discussão acadêmica da concepção gramsciana de organização e de sua atualidade política, comporta um risco ineliminável: a simplificação ou esquematização das inúmeras nuances de seu estilo de pensamento e o empobrecimento da riqueza semântica de sua exposição. Esse risco é o resultado imediato das exigências próprias do texto acadêmico, fundado prioritariamente na busca obsessiva do rigor formal na exposição das ideias, visando a uma clareza e a uma transparência que põem em risco as sutilezas da argumentação dialética. Consequentemente, por mais cuidado que se tenha, mesmo utilizando-se fartamente citações dos *Cadernos*, a abordagem analítica constitui-se numa ameaça constante ao estilo dialético do pensamento gramsciano, especialmente ao caráter antiapodítico de sua reflexão. Porém, esse é um risco constante que ameaça qualquer estudioso dos *Cadernos do cárcere* e que, de um modo ou de outro, tem de ser enfrentado.

Espera-se que esta pesquisa possa pelo menos contribuir para a retomada do debate teórico sobre a questão organizativa, destacando que a superação da crise contemporânea das instituições políticas das classes subalternas passa inevitavelmente pelo acerto de contas com nossa herança teórica clássica. Afinal de contas, a refundação comunista do século XXI – tal como aquela instituída

por Gramsci e por outros pensadores marxistas no século passado – só pode ser feita com base na retomada da construção de um sujeito político antagônico capaz de intervir ativamente na permanente crise estrutural anunciada pelo capitalismo mundializado. E, para tanto, a retomada da discussão teórica da questão organizativa torna-se uma etapa estrategicamente fundamental.

## 2

# A EVOLUÇÃO DA TEORIA GRAMSCIANA DO PARTIDO

### 2.1 Os fundamentos da concepção gramsciana de partido

A maioria das leituras contemporâneas dos *Cadernos do cárcere* procura estabelecer um rígido divisor de águas entre a reflexão de Gramsci anterior à prisão e aquela específica do período carcerário. Existem várias gradações nessa alegada distinção, mas o limite absoluto do contraste residiria na postulação de uma ruptura completa diante de seus escritos anteriores, como se a elaboração teórica presente nos *Cadernos do cárcere* representasse a criação *ex nihilo* de um pensamento inteiramente singular e diverso daquele da fase anterior.<sup>1</sup> O resultado imediato desse tipo de leitura é a introdução de uma fratura no conjunto da elaboração política de Gramsci,

---

1. A defesa de uma suposta ruptura epistemológica na elaboração política de Gramsci, marcada pela distinção formal entre uma fase militante juvenil e uma fase erudita desapaixonada no período carcerário foi defendida inicialmente por Joseph V. Femia (1987, p.6), ao afirmar que, nos *Cadernos do cárcere*, “[...] o jovem Gramsci agitador e ativista torna-se o Gramsci erudito da maturidade”, e que hoje se transformou quase em lugar-comum entre os leitores contemporâneos da obra gramsciana.

cindida então em dois momentos constitutivos estanques: o momento da ação, da atividade política prática e o momento da reflexão, da análise desinteressada. Dessa forma, opera-se uma distinção qualitativa entre o Gramsci líder comunista e o Gramsci teórico da maturidade, reconhecendo a originalidade e a atualidade política do último, mas à custa da desqualificação ou da suspeita lançada sobre o momento prático-político, sem se dar conta de que é exatamente esse momento prático-político que fundamenta toda a reflexão posterior de Gramsci.

É inegável a diferença existente na *forma* e nos *objetivos* visados por seus escritos entre o período pré-carcerário e o período carcerário. Enquanto no período pré-carcerário seus escritos se constituíram basicamente de artigos polêmicos e de críticas culturais publicadas nos jornais do movimento operário italiano, destinados ao combate político imediato, ou ainda, de modo mais incidental, de documentos preparatórios às diversas instâncias congressuais partidárias, também de natureza conjuntural, nos *Cadernos do cárcere*, a reflexão adquiriu a forma de notas aproximativas, de profundo conteúdo teórico e marcadas por um viés “desinteressado”, voltadas para uma intervenção mais universal na luta política revolucionária. Precisamente por isso, *für ewig* (isto é, para sempre), como bem indica a expressão alemã utilizada por Gramsci para se referir ao caráter distintivo dessas notas. No entanto, mesmo reconhecendo as evidentes modificações introduzidas na forma da reflexão ou no enquadramento prospectivo das questões abordadas, não percebemos nenhum indício de ruptura substantiva na linha evolutiva da elaboração política de Gramsci. Ou seja, os *Cadernos do cárcere* não se propõem a estabelecer uma teoria política diversa, nem mesmo uma estratégia radicalmente distinta daquela que vinha sendo desenvolvida, mas sim a aprofundar e atualizar uma elaboração política iniciada no período imediatamente anterior ao encarceramento (Salvadori, 1970, p.43-4).

É evidente que nos *Cadernos do cárcere* existem desenvolvimentos teóricos, correções de rumo táticas e estratégicas, até reavaliações de posições políticas assumidas anteriormente. Além disso,



os *Cadernos* representam o momento do acerto de contas definitivo de Gramsci com suas fontes formadoras, típico da maturidade de qualquer pensador – em particular com Croce, Gentile e Sorel, mas, de certa forma, também com Marx, Lênin e Labriola –, fornecendo a versão final de sua elaboração política. Porém, esses desenvolvimentos nunca sugerem a quebra da unidade orgânica entre *filosofia* (teoria) e *política* (práxis) que marca indelevelmente toda a elaboração de Gramsci e se constitui no *filo rosso* que unifica seus escritos, desde os textos juvenis, passando pelos escritos políticos do período de construção do PCI, até os *Cadernos do cárcere*. Ao contrário, nos *Cadernos* percebemos a profunda unidade dialética no desenvolvimento da elaboração política gramsciana, articulando de modo original a experiência anterior de sua atuação à frente do movimento comunista italiano com os novos desafios suscitados pelas condições históricas vigentes na Europa ocidental a partir da década de 1930.

Portanto, o que se verifica nos *Cadernos do cárcere* é muito mais o aprofundamento teórico da elaboração política desenvolvida até o momento de sua prisão em novembro de 1926 do que a produção de uma reflexão teórica *ex novo* fundada num corte da organicidade entre a experiência de vida precedente e a reflexão desenvolvida no cárcere. Com base na experiência adquirida como dirigente político do PCI e da Internacional Comunista (IC), Gramsci retoma então o núcleo dos problemas postos pela luta política anterior, analisando-os à luz da nova configuração estratégica imposta pela consolidação do fascismo na Itália, pela reestruturação fordista posta em marcha pelo capital nos Estados Unidos (tendente a se difundir também na Europa) e pelas dificuldades enfrentadas pela transição socialista na Rússia. Assim, o “momento da ação” e o “momento da reflexão”, mesmo que distintos cronologicamente, apresentam-se dialeticamente articulados e entrelaçados na reflexão carcerária de Gramsci. Nesse sentido, o aperfeiçoamento dos instrumentos conceituais marxistas e as refinadas análises políticas desenvolvidas nos escritos carcerários tiveram como imperativo central traduzir a nova conjuntura mundial da luta de classes em indicações estratégicas para a retomada

da revolução proletária na Itália. O programa político dos *Cadernos do cárcere* é precisamente aquele de desenvolver a teoria marxista, enriquecendo-a com as recentes aquisições teóricas e práticas do momento, seja pela incorporação criativa e original da herança leniniana, seja pela interlocução crítica com algumas correntes ou autores externos à tradição marxista, preparando a filosofia da práxis para os novos embates do proletariado revolucionário italiano.

E isso por uma razão muito simples: em Gramsci, muito mais do que em Marx, e talvez tanto quanto em Lênin, não existe segmentação ou descontinuidade entre atividade política prática e reflexão teórica. Os dois momentos dialéticos são partes de uma constante tensão subjetiva que funde de modo orgânico teoria e práxis. De certa forma, e com algumas reservas óbvias, essa unidade permanece mesmo nos escritos do período carcerário: é claro que, na impossibilidade de conjugar a reflexão teórica à ação política imediata como militante comunista, frustrada pela sujeição física, só restou a Gramsci fazer de sua prática política anterior o objeto de uma profunda análise teórica, transformando a própria reflexão em luta política prática. Contudo, esse deslocamento dialético introduzido por Gramsci – a reflexão nasce, sobretudo, da análise de uma práxis anterior, mas visando sustentar uma ação política futura –, mesmo que inevitável diante do encarceramento (daí a relativa autonomia teórica dos escritos carcerários), permitiu superar os riscos de uma reflexão puramente especulativa, contribuindo para aprofundar os desenvolvimentos estratégicos iniciados por Gramsci pouco antes de sua prisão pela polícia fascista de Mussolini.

Logo, para compreender as formulações sobre a estratégia revolucionária do “moderno Príncipe” presentes nos *Cadernos do cárcere*, torna-se necessário apreender os fundamentos teóricos e práticos do conjunto da elaboração política de Gramsci, mesmo que sucintamente. Acrescentamos que nosso objetivo é apenas enumerar os passos mais significativos no desenvolvimento da elaboração política de Gramsci, sem nenhuma pretensão de aprofundar a discussão sobre a questão, para a qual remetemos à

bibliografia utilizada.<sup>2</sup> Ao situar Gramsci em seu contexto, subordinando-o à lógica da ação política coletiva de sua época, poderemos apreender não só a unidade de sua reflexão ao longo do tempo, mas o próprio significado do desenvolvimento teórico instaurado nos *Cadernos do cárcere*.

Para facilitar nossa exposição, mesmo reconhecendo a relativa arbitrariedade presente na delimitação cronológica escolhida, se comparada à periodização biográfica tradicional, indicamos três períodos principais de inflexão na vida de Antonio Gramsci. A delimitação cronológica sugerida se justifica porque indica precisamente os diversos momentos de conformação do núcleo articulador de toda a elaboração política de Antonio Gramsci. Ou seja, esses períodos formativos estão diretamente vinculados ao seu desenvolvimento político-filosófico e à maturação de sua elaboração política, cujo momento mais elevado cristaliza-se nos escritos carcerários: 1) o período de gênese da elaboração política de Gramsci (1913-1921), que demarca o progressivo distanciamento de sua posição idealista inicial em direção ao comunismo crítico; 2) o período conclusivo de absorção da herança bolchevique e de confluência rumo ao movimento de refundação comunista do século XX (1922-1924), quando elabora suas críticas à concepção política sectária de Amadeo Bordiga e, finalmente, fechando a fase pré-carcerária, 3) o período de elaboração das primeiras formulações sistemáticas da nova síntese teórica gramsciana, antes dos escritos de maturidade, abordando o papel do partido político na estratégia da revolução socialista no Ocidente (1925-1926). Con-

---

2. A reconstrução detalhada do processo de desenvolvimento político de Gramsci e do impacto da herança teórico-prática de Lênin sobre a elaboração política gramsciana entre 1919 e 1926 está muito bem documentada no ensaio de Del Roio (2005). Aliás, a tese da continuidade entre a ação política e a reflexão contida na obra de Gramsci – de toda a obra de Gramsci, inclusive de sua produção teórica carcerária – que adotamos neste capítulo é devedora da argumentação desenvolvida por Del Roio nesse estudo. Como fonte complementar sobre a evolução política de Gramsci, indicamos ainda o livro já clássico de Leonardo Paggi (1984).

sequentemente, a recuperação sintética desses momentos torna-se não somente necessária para a contextualização do pensamento de Gramsci, como também se apresenta como a única abordagem segura para a compreensão da teoria do partido desenvolvida nos *Cadernos do cárcere*.

## 2.2 A formação política inicial (1913-1921)

O primeiro período da formação política de Antonio Gramsci inicia com sua filiação ao Partido Socialista Italiano (PSI), quase certamente no fim de 1913<sup>3</sup> e se prolonga até a fundação do Partido Comunista da Itália,<sup>4</sup> ocorrida em 21 de janeiro de 1921. Nesse entretempo, completa-se o ciclo inicial da formação política de Antonio Gramsci: de estudante universitário de Linguística ele se transforma num incansável polemista da imprensa socialista italiana e num dos principais ideólogos do movimento dos conselhos de fábrica que sacudiu a Itália durante o “bienio rosso”.<sup>5</sup>

---

3. Existem algumas controvérsias sobre a data exata da filiação de Gramsci ao PSI, 1913 ou 1914, já que não existem documentos que a comprovem de forma inequívoca. Contudo, a maioria dos autores, com base em depoimentos de seus antigos companheiros, situa essa data no fim de 1913. Fiori (1979, p.116-7) e Lepre (2001, p.20) sugerem que a filiação de Gramsci ocorreu em fins de 1913, já Lajolo (1982, p.23) indica como mais provável o ano de 1914.

4. A denominação inicial, como exigia as normas da IC, era de Partido Comunista da Itália (PCd'I). No entanto, durante a Segunda Guerra Mundial, com a dissolução da Terceira Internacional, adotou-se o nome de Partido Comunista Italiano. Para simplificar a denominação, adotamos a sigla PCI para indicar o Partido em suas duas fases de desenvolvimento.

5. Os dados biográficos utilizados aqui foram extraídos de Fiori (1979), que ainda permanece como a mais completa e sistemática biografia de Gramsci; de Lajolo (1982), que fornece um complemento emocional ao trabalho anterior, e de Lepre (2001), que, apesar de flertar explicitamente com o revisionismo histórico, apresenta os últimos dados sobre a vida de Gramsci disponibilizados pela pesquisa nas últimas décadas. Além dessas fontes, remetemos também a Buey (2001) e Losurdo (2006): o primeiro providencia uma introdução à lei-

A importância desse período na evolução política de Gramsci é amplamente reconhecida por seus estudiosos, pois é exatamente nesse período que acontecem alguns dos eventos mais importantes na definição de sua elaboração política posterior: 1) o deslocamento ideológico progressivo de Gramsci, que se afasta de sua formação cultural idealista inicial em direção à assimilação do pensamento marxista; 2) a participação no movimento dos conselhos de fábrica, que fornece a experiência seminal para a elaboração de sua teoria política revolucionária; e 3) a adesão refletida ao processo de cisão com o reformismo do Partido Socialista através da constituição do PCI. Com efeito, esses acontecimentos incidirão profundamente na gênese de sua elaboração política, fornecendo não só alguns dos temas principais de suas formulações teóricas posteriores, como também o esboço inicial de sua estratégia revolucionária, constantemente retomada e desenvolvida até pouco antes de sua morte em 1937. No entanto, o movimento de deslocamento ideológico de Gramsci que ocorre nesse período está longe de se caracterizar como um processo linear de adesão ao marxismo, sofrendo influências marcantes do ambiente cultural italiano e do protagonismo do movimento operário internacional em plena ascensão política no imediato pós-guerra. Em resumo, podemos afirmar que a formação inicial de Gramsci foi determinada pela interação de três fatores principais que confluíram para moldar a originalidade de sua elaboração política, já evidente desde os primeiros escritos juvenis, mas só plenamente explicitada numa fase posterior de seu desenvolvimento.

O primeiro elemento que influenciou diretamente a formação política de Gramsci foi seu encontro com o movimento operário de Turim. Assim que chega à capital do Piemonte para os estudos

---

tura da obra de Gramsci e o segundo fornece uma biografia intelectual do político sardo que permite compreender a complexidade de sua formação teórica e política. Contudo, como já indicado, a referência principal na reconstrução da evolução política de Gramsci se baseia em Del Roio (2005) e Paggi (1984).

universitários, acompanhando os ensaios revolucionários do combativo proletariado italiano nos anos imediatamente anteriores à deflagração da Primeira Guerra Mundial, Gramsci inicia a sua educação política prática. A sua experiência política até então se resumia à leitura do *Avanti!* e à defesa do autonomismo sardo, sem, contudo, uma atuação política efetiva. É quase certo que Gramsci já partilhasse uma noção não muito precisa de socialismo antes de sua adesão formal ao PSI, pois frequentara as reuniões do movimento socialista de Cagliari (já tendo travado um contato superficial com alguns escritos de Marx), na época em que cursou o secundário nessa cidade; mas o vago socialismo defendido por Gramsci era mais “sardismo” do que propriamente socialismo. É somente a partir do início de sua vida universitária, quando passa a residir em Turim, que o contato com as lutas travadas pelo movimento operário turinense fornecerá concreticidade ao projeto socialista gramsciano. Podemos dizer que o meridionalismo autonomista de Gramsci, absorvido notadamente de Gaetano Salvemini, forneceu o substrato moral para sua conversão ao socialismo. Mas a assimilação consequente do socialismo, entendido como uma concepção de mundo autônoma e como um programa concreto de transformação social, só foi possível graças à identificação de Gramsci com as lutas operárias que presenciara desde sua chegada a Turim. É nesse momento que os resquícios de seu autonomismo sardo começam progressivamente a ser integrados numa nova concepção estratégica, agora de caráter nacional-popular, de emancipação não só dos sardos e dos habitantes das ilhas e do *Mezzogiorno*, mas de todos os italianos por meio da unificação social efetiva do Sul e do Norte.

Além disso, no contexto do quadro intelectual geral da Itália, a formação filosófica inicial de Gramsci muito se deve ao seu encontro com o idealismo neo-hegeliano. Esse movimento intelectual italiano, cujos representantes mais destacados foram Benedetto Croce e Giovanni Gentile, surgiu como uma reação à hegemonia do positivismo nos círculos culturais e filosóficos da Itália de fins do século XIX. Propondo a recuperação da dialética hegeliana, reconhecida como o

instrumento metodológico mais adequado à reflexão filosófica, o idealismo neo-hegeliano promoveu uma importante reviravolta no quadro intelectual italiano ao subverter a relação entre subjetividade e objetividade imposta pelo positivismo: desafiando os dogmas sociais deterministas de qualquer natureza, mas especialmente aqueles de fundo economicista, o movimento idealista italiano reivindica a preponderância do *espírito* sobre o *mundo objetivo* e da *vontade* sobre o *determinismo* dos fatos. Em que pese os limites filosóficos e políticos do idealismo italiano, decorrentes sobretudo da assimilação reducionista da dialética hegeliana, subtraída de seu momento de síntese em favor da eterna contradição dos distintos, esvaziando assim o pensamento hegeliano de seu potencial progressista, foi pela interlocução com essa corrente filosófica que Gramsci encontrou as armas teóricas necessárias para superar o fatalismo presente nas concepções políticas do PSI.

É quase paradoxal dizer, mas foi graças à sua interlocução crítica com Benedetto Croce e Giovanni Gentile que Gramsci pôde fugir à leitura positivista de Marx então hegemônica no PSI (e mesmo no marxismo europeu em geral, com exceção de Lênin e de Rosa Luxemburgo) e construir uma concepção marxista totalmente original e inovadora dentro do movimento socialista italiano. Também de fundamental importância na determinação do percurso formativo de Gramsci nesse período foi sua interlocução com outros autores que se situavam à esquerda do movimento de revisão do marxismo, destacando-se sobretudo a figura central de George Sorel, que defendia a cisão institucional dos produtores diante da política burguesa como fundamento da construção de uma nova ordem social. Contudo, essa formação idealista inicial será progressivamente superada, notadamente pela leitura de Antonio Labriola, permitindo a Gramsci assimilar o marxismo como uma “filosofia da práxis”.

Entretanto, de alcance mais profundo e duradouro, será o impacto imediato exercido sobre Gramsci pela eclosão da Revolução Russa de 1917. A partir desse momento, e ao longo do resto de sua vida, a Revolução Russa liderada por Lênin e pelos bolcheviques

fornecerá a matriz ideológica que conformará definitivamente o processo de assimilação gramsciana do pensamento de Marx. É certo que essa identificação imediata com a Revolução Bolchevique, já evidente nos primeiros artigos escritos por Gramsci saudando os acontecimentos ocorridos em Moscou, carrega ainda algumas limitações decorrentes de sua formação idealista. Basta lembrar de seu artigo denominado “A revolução contra *O capital*”, publicado no *Avanti!*, de 24 de dezembro de 1917, que define a Revolução bolchevique como fruto da vontade subjetiva contra as determinações econômicas: “Os bolcheviques renegam Karl Marx: afirmam – e com o testemunho da ação explicitada, das conquistas realizadas – que os cânones do materialismo histórico não são tão férreos como se poderia pensar e se pensou” (Gramsci, 2004a, p.126). Indo além, Gramsci afirma ainda que os bolcheviques “não são marxistas”, sugerindo, com isso, que eles não partilham da leitura determinista do marxismo própria da Segunda Internacional, mas que “vivem o pensamento marxista, o que não morre nunca, que é a continuação do pensamento idealista italiano e alemão, e que em Marx se havia contaminado de incrustações positivistas e naturalistas” (Gramsci, 2004a, p.127).

É evidente que essa valorização extremada da atuação da “vontade” sobre a “objetividade” no desenlace da dinâmica histórica seria posteriormente corrigida, sobretudo após a experiência do movimento dos conselhos de fábrica. Assim como a compreensão mais aprofundada do bolchevismo mostraria a insuficiência do voluntarismo juvenil de Gramsci diante da complexa articulação dialética entre condições subjetivas e objetivas presentes no desenvolvimento das mudanças sociais. Todavia, Gramsci tinha razão ao caracterizar a Revolução de Outubro como uma revolução contrária às interpretações deterministas e evolucionistas do pensamento de Marx que proliferavam no movimento operário europeu, mas de modo mais evidente no próprio seio do Partido Socialista Italiano. Além disso, a recusa do determinismo econômico também permitirá a Gramsci superar o fatalismo político partilhado tanto por reformistas quanto por maximalistas, apesar das diferenças superficiais reivindicadas



pelas duas correntes. Consequentemente, mesmo se a leitura feita por Gramsci nesse momento ainda peca pelo idealismo incorporado de Croce, como fica evidente no artigo citado, é exatamente essa valorização do lado ativo da história assimilada do idealismo croceano que lhe permite compreender de imediato o valor universal da Revolução de Outubro, possibilitando-lhe assimilar progressivamente os instrumentos conceituais e práticos necessários à busca de uma estratégia revolucionária adequada ao Ocidente, em vez de se contentar com o imobilismo político das leituras economicistas do processo revolucionário típicas do reformismo e do maximalismo. Porém, como logo veremos, a assimilação gramsciana da herança bolchevique é gradativa, só se completando efetivamente após sua estada na Rússia.

O resultado original dessa complexa síntese de influências fica manifesto de modo mais evidente a partir de 1919, com a fundação do jornal *L'Ordine Nuovo* e de sua inserção ativa na luta política do proletariado turinense. Inspirado pela Revolução Bolchevique e pela nova institucionalidade política instaurada pela república dos soviets, o grupo de *L'Ordine Nuovo*, com Gramsci à frente, assume uma tarefa política eminentemente prática, corporificada na busca da resposta à seguinte questão:

Como dominar as imensas forças sociais que a guerra desencadeou? Como discipliná-las e dar-lhes uma forma política que tenha em si a virtude de desenvolver-se normalmente, de completar-se continuamente, até tornar-se a ossatura do Estado socialista no qual se encarnará a ditadura do proletariado? Como ligar o presente ao futuro, satisfazendo as urgentes necessidades do presente e trabalhando de modo útil para criar e “antecipar” o futuro? (Gramsci, 2004a, p.245)

A função de *L'Ordine Nuovo* passa a ser então a de buscar na realidade social italiana o embrião da institucionalidade proletária capaz de “ligar o presente ao futuro”, criando os pressupostos para a revolução socialista. Esse embrião institucional do Estado prole-

tário é localizado na comissão interna de fábrica. E o programa político de *L'Ordine Nuovo* passa a ser a luta pela transformação da comissão interna em Conselho de Fábrica, fundamento do posterior Estado proletário.

As comissões de fábrica não eram nenhuma novidade, já que existiam em algumas indústrias italianas desde algum tempo. O seu surgimento remonta ao início do século XX, embora o seu reconhecimento formal por parte dos empresários capitalistas e sua difusão entre as indústrias turinenses só se generalize a partir de 1919, em decorrência da ascensão do movimento operário e de suas crescentes reivindicações pelo controle do despotismo patronal. Como órgãos de defesa dos direitos trabalhistas dentro da fábrica, as comissões representavam os operários sindicalizados, sem contudo questionar a legitimidade da exploração capitalista. O objetivo do grupo de *L'Ordine Nuovo* passa a ser o de trabalhar com o movimento operário para transformar as comissões em conselhos de fábrica.

A diferença fundamental entre as duas instituições consiste na função social desempenhada por cada uma delas. A comissão de fábrica é ainda um mecanismo de natureza sindical, já que representa os operários enquanto trabalhadores assalariados e subordinados ao capital, exercendo a função de mediar a relação entre os interesses antagônicos de capital e trabalho. O conselho de fábrica, por outro lado, rompe essa subordinação dos operários aos imperativos da reprodução do capital, na medida em que procura estabelecer o controle operário sobre a produção e elevar a consciência proletária da condição de trabalhador assalariado àquela de “produtor”: competia ao conselho de fábrica a tarefa pedagógica de desenvolver entre os operários a consciência ético-política do “produtor”, promovendo a educação técnica, administrativa e política para a direção do processo produtivo e do Estado. Na verdade, na gênese da elaboração política de Gramsci, os conselhos de fábrica representavam o próprio instrumento estratégico de construção da nova ordem socialista. O estabelecimento do controle operário sobre a produção e a elevação da consciência política proletária postos em marcha pelos conselhos de

fábrica já sinalizavam a transição rumo a um ordenamento socialista das relações sociais. Em Gramsci, nesse momento, o processo revolucionário emerge da fábrica e culmina na edificação do Estado socialista. Essa é uma característica fundamental do pensamento de Gramsci, que mesmo sendo mediatizada e desenvolvida no período posterior, continuará a distinguir sua concepção da cisão socialista até os seus últimos escritos.

O experimento prático para testar a viabilidade da estratégia dos conselhos de fábrica como órgãos de base na condução do processo revolucionário surgiu na esteira do movimento de ocupação de fábricas desencadeado pelo proletariado de Turim em 1920. O confronto entre operários e patrões já vinha se arrastando desde abril, quando uma greve dos operários de Turim acabou em derrota. Mas esse revés momentâneo não impediu que a constituição de novos conselhos de fábrica se ampliasse para diversas indústrias importantes do ramo metalúrgico. Em função disso, temendo a ação de dissolução do poder patronal que os conselhos difundiam entre os operários, os industriais decretaram o *lockout* das empresas, desencadeando em 30 de agosto o movimento de ocupação das fábricas pelos operários. Esse foi o último grande levante proletário ocorrido na Itália, antes do início da ofensiva da reação fascista e do refluxo do movimento socialista revolucionário. Os operários não só ocuparam as fábricas, mas passaram a geri-las e mantê-las produzindo, com a transferência dos poderes decisórios para os conselhos de fábrica. O movimento durou alguns dias, mas, na impossibilidade de sua generalização para o resto da Itália, acabou sendo sufocado pela aliança entre os socialistas e o governo de Giolitti.

Assim, com a derrota do movimento de ocupação de fábricas, determinada em grande parte pela falta de apoio do PSI e da Confederazione Generale del Lavoro (CGL), mas também devido a deficiências intrínsecas ao próprio movimento – que não contava com preparação ideológica e organizativa suficiente para dar início ao processo de insurreição –, que ficou restrito à cidade de Turim, Gramsci finalmente reconheceu a necessidade imperiosa de cons-

tituição de um partido verdadeiramente comunista (Fiori, 1979, p.173). Com efeito, como veremos logo a seguir, a derrota do movimento de ocupação de fábricas e o descontentamento diante da ambiguidade da direção do Partido Socialista coloca de modo inenunciável a necessidade de ruptura organizativa com o reformismo. Todavia, no plano prático, a questão não foi assim tão simples de ser resolvida.

É amplamente reconhecido que a ruptura com o PSI não se constituiu num processo tranquilo para Gramsci, premido entre duas opções que, cada uma à sua maneira, resultaria em profundas consequências políticas para a consolidação das forças comunistas na Itália: reformar o PSI a partir de dentro, expulsando os reformistas e conquistando o máximo possível de sua base operária, até transformá-lo num partido comunista, desperdiçando um tempo precioso que poderia implicar o refluxo do movimento revolucionário ou seguir a orientação da corrente esquerdista liderada por Amadeo Bordiga, que propunha a cisão imediata com o reformismo e a criação de um novo partido, mesmo correndo o risco de perder o apoio da base operária? Estas eram as duas opções possíveis na condução do processo de ruptura com o reformismo na Itália, representadas pelos jornais *L'Ordine Nuovo* e *Il Soviet*, respectivamente. Contudo, como logo veremos, a precipitação dos acontecimentos ao longo do ano de 1920 não deixará muita margem de escolha a Gramsci, determinando não só a sua posição subordinada no conjunto das forças políticas que conduziram à ruptura, como impondo uma concepção de partido inteiramente diversa daquela defendida por ele.

Durante algum tempo, mesmo profundamente insatisfeito com as constantes vacilações e traições da direção do PSI à causa da revolução comunista, Gramsci esteve inclinado a seguir a primeira opção. O principal motivo para essa orientação residia no receio de que uma ruptura prematura, nos termos propostos pela fração liderada por Bordiga, levaria inevitavelmente a uma cisão excessivamente à esquerda, resultando (como de fato ocorreu) na formação

de um novo partido constituído apenas por uma minoria de revolucionários intransigentes, mas sem uma base operária de massa consistente. Segundo Gramsci a forma mais adequada de promover a cisão seria através do trabalho educativo dos núcleos comunistas existentes dentro do PSI, organizados notadamente em torno dos jornais *Il Soviet*, de Bordiga, e *L'Ordine Nuovo*, de Gramsci, conquistando a maioria de seus filiados e criando as condições para a edificação de um partido comunista verdadeiramente de massa, capaz de colocar de forma orgânica o processo de desenvolvimento da revolução comunista na Itália (Fiori, 1979, p.174).

Com efeito, Gramsci resistiu o quanto pôde à opção defendida por Amadeo Bordiga de romper imediatamente com o Partido Socialista, qualificando-a de “alucinação particularista” no artigo “Duas revoluções”, publicado no *L'Ordine Nuovo* de 3 de julho de 1920 (Gramsci, 2004a, p.377-82). No entanto, forçado pelas imposições da conjuntura da luta política do primeiro pós-guerra, marcada pela contradição entre a perspectiva concreta de expansão da revolução socialista iniciada na Rússia e pela incapacidade demonstrada pelo PSI de liderar o proletariado no levante revolucionário, ele foi forçado a se submeter à proposta defendida por Bordiga. Com certeza, dois fatores principais contribuíram para a decisão de Gramsci de apoiar a proposta de cisão capitaneada pela extrema esquerda bordiguista, desistindo da defesa da reforma interna do PSI até a conquista de sua base operária e de sua transformação num partido comunista de massa.

O primeiro fator que pesou sobre a decisão de Gramsci, apresando o seu processo de cisão comunista – de certa forma, sobre-determinando-o –, foi a recusa do PSI e da CGL em apoiar o movimento de ocupação de fábricas desencadeado pela Federazione Italiana degli Operai Metalmeccanici (Fiom) em setembro de 1920. Nesse momento, Gramsci compreende a centralidade estratégica da questão do partido revolucionário, concluindo o processo de reflexão sobre o partido iniciado desde maio nas colunas de *L'Ordine Nuovo*, culminando numa importante autocrítica pre-

sente no artigo “O Partido Comunista” (Gramsci, 2004a, p.414-27), em que avalia os prejuízos políticos decorrentes da subestimação da importância do partido na condução do processo revolucionário.

O segundo fator – e esse parece ter sido o fator decisivo ou determinante no apoio de Gramsci à opção defendida por Bordiga – foi a defesa incontestada manifesta por Lênin da necessidade da cisão imediata com o reformismo e de construção do Partido Comunista, como sancionada pela Internacional Comunista (IC) desde seu II Congresso, realizado em agosto de 1920. No escrito *Falsos discursos sobre a liberdade*, no qual Lênin interfere diretamente no debate italiano que precede a realização do XVII Congresso Nacional do PSI, marcado para janeiro de 1921, na cidade de Livorno, ele exige de modo veemente a imediata expulsão dos reformistas e a adoção integral dos 21 pontos estipulados pela IC em seu II Congresso (Fiori, 1979, p.179-81). Como o PSI não cumpria as determinações da IC, visando apressar a cisão comunista diante do reformismo congênito do Partido Socialista, Lênin acabou apoiando o grupo extremista liderado por Bordiga, visto naquele momento como o dirigente mais preparado para encaminhar o processo de construção do novo partido. Esses dois acontecimentos não dão escolha à Gramsci, fazendo que desista de sua proposta de reforma do PSI e se renda à opção defendida pelo grupo de Amadeo Bordiga.

Assim, durante a realização do Congresso de Livorno, com a vitória de Serrati para a direção do PSI, finalmente o processo de cisão comunista de Gramsci chegava à sua conclusão. A fração comunista oficialmente criada em Ímola em novembro de 1920, que disputava a direção do PSI no XVII Congresso, após a derrota para Serrati, reúne-se no dia 21 de janeiro de 1921 no Teatro San Marco, de Livorno, e constitui o Partido Comunista da Itália. O dilema antevisto por Gramsci fora finalmente resolvido: na impossibilidade de reforma interna do PSI, conquistando sua base operária para o novo partido, o PCI nascia como seita, resultando em consequências dramáticas para a organização do movimento comunista na Itália nos anos que se seguiram à consolidação do fascismo.

Como se pode ver, na elaboração política produzida nesse período – isto é, no conjunto articulado de sua ação política prática dentro do movimento operário e nas formulações teóricas desenvolvidas principalmente em *L'Ordine Nuovo* –, Gramsci estabelece os fundamentos embrionários de sua teoria política (ou, mais precisamente, de sua crítica da política). Portanto, é exatamente entre os anos de 1913 e 1921 que ele elabora os eixos fundamentais de sua estratégia revolucionária, que será constantemente enriquecida e atualizada ao longo de sua vida, até o desenvolvimento final apresentado nos *Cadernos do cárcere*. A síntese inicial dessas ricas influências teórico-práticas resultou na conformação de um marxismo não dogmático e profundamente libertário, verdadeiro antípoda da leitura marxista determinista hegemônica no movimento operário italiano da época.

O núcleo da elaboração política de Gramsci nesse período pode ser sumarizado em dois pontos principais. O primeiro deles refere-se à centralidade da questão da cisão diante da institucionalidade do ordenamento burguês, afirmando a exigência de que a revolução proletária deverá exprimir-se por formas institucionais próprias. A defesa do controle operário sobre a produção e sobre o novo Estado a ser construído demonstra o caráter libertário e emancipatório da concepção gramsciana do processo revolucionário, indicando que a revolução só será efetivamente comunista na medida em que construir os institutos próprios da “democracia operária” em aberta cisão com a institucionalidade despótica do capital. O segundo elemento do núcleo da elaboração política de Gramsci refere-se à importância estratégica fundamental do partido na preparação e na condução do processo revolucionário.

Assim, a sua formação marxista “heterodoxa”, marcada pela interlocução crítica com fontes formadoras tão diversas quanto Croce, Gentile, Sorel e Labriola, aliada aos ensinamentos impostos pelos erros e pelas derrotas políticas sofridas pelo movimento operário italiano durante o “bienio rosso”, levaram Gramsci a reconhecer e valorizar a importância da subjetividade organizada como

pressuposto da ação política revolucionária. Essa valorização da subjetividade antagônica como fundamento da construção de uma nova vontade coletiva se desenvolverá conforme Gramsci aprofundar o seu processo de assimilação da herança leniniana, direcionando-o, assim, a abordar sistematicamente a questão do partido revolucionário.

### **2.3 O encontro com a refundação comunista leniniana (1922-1924)**

A segunda etapa da formação política de Antonio Gramsci abarca o período inicial de construção do PCI, ainda sob a direção bordiguiana, até a consolidação do novo grupo dirigente, que assume a tarefa de modificar a linha política do partido, adequando-a de modo crítico às novas determinações estratégicas indicadas pela Executiva da IC. Como marco cronológico, sugerimos os dois eventos que traduzem a amplitude do período, demarcando suas posições extremas: a realização do II Congresso do PCI, ocorrido de 20 a 24 de março de 1922, que aprova as “Teses de Roma”, documento paradigmático do esquerdismo característico da concepção política de Bordiga e a escolha de Gramsci para o cargo de secretário-geral do partido em agosto de 1924, consolidando a posição do novo grupo dirigente e aprofundando o processo de redefinição da matriz ideológica e organizativa do PCI.

Nesse ínterim, premido pela necessidade de resolver as divergências táticas com a IC e de superar o imobilismo político do PCI diante do ataque fascista desferido logo após a marcha sobre Roma (1922), Gramsci estabelece os fundamentos de sua reflexão sobre o partido revolucionário. Esse rico processo de elaboração teórica pode ser traçado acompanhando a correspondência trocada por Gramsci com alguns de seus antigos companheiros de *L'Ordine Nuovo* entre os anos de 1923 e 1924, primeiro a partir de Moscou e depois de Viena. O núcleo da reflexão desenvolvida nessas cartas gira em torno da necessidade de reforma política e organizativa do PCI. Porém, im-



plicitamente, ao destacar as distinções entre sua concepção política e a de Amadeo Bordiga, Gramsci fornece os elementos fundamentais de sua teoria do partido revolucionário, que será aprofundada e sistematizada no período imediatamente subsequente. Apesar do caráter polêmico dessa reflexão, decorrente do contexto específico da ferrenha luta ideológica estabelecida contra a linha sectária do primeiro grupo dirigente do PCI, é facilmente identificável o esboço geral da elaboração de uma original teoria do partido revolucionário, que só será sistematizada nas “Teses de Lyon”.

No entanto, como se deu a mutação do esquerdismo ainda evidente durante o II Congresso do PCI, manifesto no apoio à aprovação das “Teses de Roma”, na nova posição assumida por Gramsci após a sua participação no IV Congresso da IC? Ou seja, como a recusa em aceitar a redefinição tática indicada pela IC, cristalizada na rejeição inicial da fórmula política da frente única (só aceita no terreno sindical), confluuiu não só para a defesa da nova estratégia, mas sobretudo pela sua assimilação profunda, claramente perceptível na elaboração gramsciana que se seguiu à sua estada em Moscou? Para compreendermos esse processo, torna-se necessário retomar, mesmo que rapidamente, alguns acontecimentos cruciais do período, recuperando a própria evolução política de Gramsci nesse momento.

O primeiro passo para isso é retornar à origem da cisão comunista na Itália. O novo partido que surgiu da cisão de Livorno era marcado pela hegemonia incontestada da corrente liderada por Amadeo Bordiga. Esse fato transparece não só na composição dos organismos centrais de direção, formados por maioria bordiguista, mas também na difusão capilar da concepção política esquerdista de Bordiga entre os demais quadros dirigentes intermediários do recém-fundado PCI. Dentre as frações do PSI que confluíram para a fundação do novo partido, o Comitê Central foi constituído por oito membros oriundos do grupo de Bordiga, cinco maximalistas e somente por dois representantes do grupo de Gramsci.<sup>6</sup> Além disso,

---

6. Foram escolhidos para o Comitê Central oito comunistas do grupo *Il Soviet* (Bordiga, Grieco, Fortichiani, Repossi, Parodi, Polano, Sessa e Tarsia), cinco

a posição subordinada que Gramsci assume no início da construção do partido pode ser evidenciada pela relativa oposição à indicação de seu nome para compor o Comitê Central. Como no passado recente, nesse momento fora desenterrada contra ele a velha acusação de ter sido “intervencionista” durante a guerra, devido a um polêmico artigo publicado no *Avanti!* ainda em 1914 (Fiori, 1979, p.183). Apesar de ter sido escolhido para o Comitê Central, Gramsci acaba sendo excluído do órgão mais importante da direção partidária, o Comitê Executivo, formado por quatro representantes do grupo de Bordiga e apenas por Terracini, sabidamente o mais extremista dos representantes de *L'Ordine Nuovo*.

Alijado da direção política do PCI, restou a Gramsci a tarefa de dirigir *L'Ordine Nuovo*, que desde 1ª de janeiro de 1921, pouco antes do Congresso de Livorno, que selaria a cisão com o reformismo, havia sido transformado em órgão de representação da fração comunista constituída anteriormente em Ímola. Como redator-chefe de *L'Ordine Nuovo*, Gramsci se dedica incansavelmente ao trabalho no jornal. A função do jornal, agora em sua segunda fase de estruturação e com periodicidade diária, é muito mais circunscrita e delimitada do que na fase anterior: não se trata mais de lançar as bases de uma cultura proletária propositiva, como acontecera na fase anterior do jornal, mas sim de formar os quadros políticos necessários à construção do Partido Comunista na Itália. No entanto, mesmo reconhecendo as restrições que a nova função de *L'Ordine Nuovo* como órgão oficial de partido impunha à política editorial do jornal, Gramsci demonstra sua original capacidade estratégica ao indicar Piero Gobetti, um jovem intelectual liberal, para dirigir a coluna de crítica teatral, rejeitando o sectarismo grosseiro de alguns companheiros e reafirmando a necessidade de atrair individualmente os intelectuais progressistas para a causa do proletariado. Apesar disso, o predomínio da linha política do primeiro grupo dirigente do PCI não poderia deixar de influenciar o estilo dos es-

---

maximalistas de esquerda (Belloni, Bombocci, Gennari, Marabini e Misiano) e apenas dois “ordinovistas” (Terracini e Gramsci) (Fiori, 1979, p.183).

critos de Gramsci, que passa a assumir uma linguagem bastante áspera e dogmática, se comparada com aquela característica de seus artigos do período antecedente (Sassoon, 1987, p.63).

Até março de 1922, durante a realização do II Congresso Nacional do PCI, a divergência entre Gramsci e Bordiga ainda não havia se manifestado de modo explícito. Aliás, para sermos mais exatos, a relação entre Gramsci e Bordiga era mais de convergência crítica do que propriamente de divergência. Basta lembrar alguns pontos em comum partilhados pelos dois revolucionários italianos nesse momento, como a recusa radical do reformismo socialista e a defesa intransigente da identidade política dos comunistas diante das tentativas da IC de recompor a unidade operária anterior à cisão de Livorno, para compreendermos que a divergência que logo se tornaria evidente entre eles foi durante algum tempo silenciada por uma percepção geral comum da necessidade de preservar a todo custo a identidade do PCI. A distinção mais evidente entre ambos – e, assim mesmo, expressa informalmente, em discussões privadas, em respeito à disciplina partidária – referia-se somente à concepção de partido que deveria nortear a construção do PCI. Enquanto Gramsci, devido à sua própria formação política anterior, fruto de uma relação orgânica com o movimento operário turinense, priorizava a construção de um partido alicerçado no movimento de massa, Bordiga, baseado sobretudo em sua visão determinista do processo revolucionário, insistia na construção do partido como um órgão da classe, relativamente isolado do movimento operário e constituído pela vanguarda formada pelos seus representantes mais íntegros no plano doutrinário, capaz de liderar o proletariado no momento da crise cataclísmica do capitalismo. Contudo, por ora, apesar dessas divergências pontuais de fundo organizativo, a unidade entre os dois comunistas italianos era assegurada pela necessidade de consolidação da cisão iniciada em Livorno e, por certo, o esquerdismo difuso no PCI também era partilhado por Gramsci nesse momento.

O alinhamento com as posições esquerdistas de Bordiga pode ser constatado pelo apoio dado por Gramsci à aprovação das “Teses

de Roma”,<sup>7</sup> elaboradas por Bordiga e Terracini e aprovadas no II Congresso do PCI, que se opunham frontalmente à redefinição estratégica proposta pela IC desde seu III Congresso, realizado no ano anterior em Moscou (1921). As “Teses de Roma” partiam de uma leitura centrada na iminência da retomada do processo revolucionário na Itália e da consequente necessidade de ampliação da atuação ideológica do PCI entre as massas operárias. Essa perspectiva impunha como exigência tática o combate sem tréguas ao PSI, buscando desmascarar os reformistas e maximalistas, educando politicamente as massas para a revolução, inviabilizando qualquer aliança política com essas forças proletárias. As derrotas sofridas pelo movimento operário (na Europa, incluindo a Itália) e a crescente ofensiva do capital, apesar de identificadas pelas análises do PCI, sobretudo de Gramsci, em seus artigos publicados no *L'Ordine Nuovo* desse período, eram assim minimizadas diante da necessidade de consolidação da identidade do novo partido (Del Roio, 2005). Aliás, profundamente influenciado pela liderança de Bordiga e isolado de seus companheiros que compunham o antigo grupo reunido em torno de *L'Ordine Nuovo*, a única contribuição significativa de Gramsci nesse hiato político antes de sua partida para Moscou foi o aprofundamento de sua análise sobre o fascismo.

A prioridade na consolidação da identidade do PCI e a grande influência da personalidade carismática de Bordiga sobre os quadros dirigentes do partido fizeram que o esquerdismo triunfasse, tornando impossível a compreensão da tática da frente única proposta pelo III Congresso da IC, que indicava a necessidade de constituição na Itália de uma ampla aliança política entre comu-

---

7. Se bem que, de certa forma, a leitura retrospectiva desse momento feita pelo próprio Gramsci possa atenuar ou mesmo eliminar a acusação desse presumido esquerdismo: “No Congresso de Roma, foi declarado que as teses sobre a tática seriam votadas apenas a título de consulta, mas que as mesmas – depois da discussão do IV Congresso – seriam anuladas e não mais se falaria delas” (Gramsci, 2004b, p.149). No entanto, essa é uma interpretação *post factum* feita em janeiro de 1924, quando a disputa pela direção do PCI já era um fato consumado, o que diminui um pouco a incidência da declaração de Gramsci.

nistas e socialistas, vista então pela IC como fundamental para deter o avanço do fascismo e permitir a reorganização das forças proletárias diante do ataque reacionário. Mesmo discordando do fatalismo presente na concepção partidária de Bordiga, é preciso reconhecer que, nesse momento, Gramsci convergia com ele na necessidade de salvaguardar a identidade do PCI contra as tentativas perpetradas pela IC de fundi-lo com o PSI, seja na forma de uma aliança política entre os dois partidos, como inicialmente a questão se configurou, seja na forma da fusão entre maximalistas e comunistas, como ficou decidido pelo IV Congresso da IC após a expulsão dos reformistas de Turati do Partido Socialista.

Com efeito, o II Congresso Nacional do PCI rejeitou frontalmente a política de frente única proposta pela Internacional, aprovando por esmagadora maioria as “Teses de Roma”. A única oposição veio de uma pequena fração de direita, fiel às indicações táticas da IC, que começou a se articular dentro do PCI em torno de Angelo Tasca e Antonio Graziadei. Nesse momento, surge uma clara divergência entre o PCI e a IC, que logo se ampliará e ficará conhecida como a “questão italiana”, cuja solução exigirá a superação da concepção esquerdista da linha política do partido. Porém, dada a inflexibilidade da personalidade de Bordiga e de sua grande influência sobre o aparelho partidário, tal solução exigirá a formação de um novo grupo dirigente, só possível após alguns desdobramentos subsequentes. Contudo, na mesma ocasião do II Congresso do PCI, Gramsci, Bordiga e Graziadei são escolhidos para representar o partido junto ao Comitê Executivo da Internacional em Moscou, criando então, de modo fortuito e acidental, as próprias condições para a solução do dissídio entre o PCI e a IC.

A estada em Moscou teria um profundo impacto sobre Gramsci, afetando não apenas sua vida afetiva (pois lá ele conheceu Giulia, a mulher que se tornaria sua companheira), mas transformando radicalmente sua própria concepção política, permitindo-lhe superar os resquícios de esquerdismo e absorver em sua plenitude a revolução estratégica da fórmula política da frente única. Gramsci chega a Moscou em junho de 1922, juntando-se

imediatamente aos trabalhos da II Conferência do Executivo Ampliado da IC. Mas o ensejo decisivo na mutação política de Gramsci pode ser localizado somente no fim de 1922, quando participa do IV Congresso da IC, realizado em Moscou entre os meses de novembro e dezembro. Embora tenha ficado por um longo período de tempo afastado das discussões políticas da IC, devido à sua internação por cerca de seis meses no Sanatório Bosque de Prata, esse foi um período fundamental na formação política de Gramsci.

Assim, parece que os debates presenciados nas diversas comissões das quais participou e os informes feitos pela liderança bolchevique permitiram a Gramsci não apenas compreender a necessidade da redefinição tática sinalizada pela IC desde seu congresso anterior, como também perceber a necessidade de uma profunda mutação na estratégia da revolução socialista internacional, decorrente da configuração de uma nova época histórica iniciada a partir de 1921. Consequentemente, observa-se uma profunda inflexão na elaboração política de Gramsci a partir de sua estada na Rússia, destacando-se a incorporação da herança metodológica leniniana e sua aplicação prática para perscrutar a realidade social italiana, produzindo uma elaboração política criativa que o aproxima do movimento de refundação comunista iniciado por Lênin e Rosa Luxemburgo entre os anos de 1913-1923 e aprofundado até aquele momento pelo núcleo dirigente da IC (Del Roio, 2005).

É evidente que as sessões do IV Congresso da IC exerceram uma influência decisiva no amadurecimento das ideias políticas de Gramsci, destacando-se aquela na qual Lênin proferiu o famoso informe sobre os cinco anos da Revolução Russa e as dificuldades abertas recentemente à revolução socialista internacional. O tom claramente pessimista presente na análise de Lênin impressionou profundamente Gramsci: “Aquele discurso ficou gravado em sua memória e está na origem de sua reflexão sociopolítica posterior dos *Quaderni* sobre a revolução no Ocidente. Provavelmente, Gramsci tenha sido o dirigente comunista ocidental que melhor compreendeu a mensagem do velho Lênin” (Buey, 2001, p.31).

No entanto, é quase certo que, como sugere Del Roio (2005), apesar dessa experiência impressionista da fala de Lênin, o processo de absorção de sua herança teórico-prática tenha sido muito mais complexo e demorado, se prolongando por todo o ano de 1923. Prova disso é que Gramsci recusa a proposta de Rakosi, feita durante o IV Congresso da IC, de substituir Bordiga à frente do PCI. É somente quando a fusão com os socialistas se torna inevitável – e ainda assim, diante da iminência da vitória da direita de Tasca – que Gramsci decide constituir uma nova maioria, enfrentando o sectarismo do primeiro grupo dirigente e buscando manobrar para impor as condições para a fusão com o PSI (algo que nunca veio a acontecer, em função da resistência dos dois partidos), enfrentando abertamente as orientações esquerdistas de Amadeo Bordiga. Assim, os debates realizados pela IC sobre as dificuldades da transição socialista na Rússia e sobre os problemas decorrentes da aplicação da Nova Política Econômica (NEP), aliados à defesa de uma determinação concreta para o conteúdo da fórmula política da “frente” única, proporcionarão a Gramsci o contexto para a crítica aberta à linha política bordiguista do PCI.

O desdobramento mais significativo dessa evolução se fará sentir na inflexão radical sofrida pela elaboração política de Gramsci a partir de então. De imediato, no plano prático, ele começa a amadurecer a decisão de romper com o esquerdismo sectário da linha política de Bordiga, construindo um novo grupo dirigente ideologicamente coeso e afinado com as orientações estratégicas da IC, solucionando o contencioso entre o órgão internacional e o PCI, que se arrastava havia bastante tempo e aprofundava ainda mais o imobilismo dos comunistas italianos imposto pela repressão fascista. Já na carta de 18 de maio de 1923, enviada de Moscou a Palmiro Togliatti, Gramsci deixa clara a sua decisão de combater o sectarismo da direção bordiguista. Ao expressar sua avaliação da situação política vivida pelo PCI, imobilizado no plano interno pela repressão fascista e enfraquecido no plano internacional pelo dissídio com a IC que se arrastava desde a aprovação das “Teses

de Roma” em 1922, Gramsci compreende a necessidade urgente de uma ampla discussão dentro do partido para resgatar sua capacidade de intervenção política.

A superação da crise e da desagregação que atingia o partido italiano exigia “criar no interior do Partido um núcleo (que não seja uma fração) de companheiros que tenham o máximo de homogeneidade ideológica e, portanto, consigam imprimir à ação prática um máximo de unidade de orientação” (Gramsci, 2004b, p.130). Conforme Gramsci, somente a criação de um núcleo ideologicamente coeso e politicamente vinculado às aquisições políticas e organizativas bolcheviques poderia evitar a decomposição interna do PCI: no entanto, isso exigiria não somente a resolução da “questão italiana”, aceitando em princípio as indicações táticas da IC, mas a própria reorganização estrutural do partido. Além disso, Gramsci reivindica abertamente a direção do PCI para o antigo grupo de *L'Ordine Nuovo*. Diante do desgaste de Bordiga perante a IC e sob a ameaça concreta de perder a direção do partido para a direita de Angelo Tasca, “penso que nós, que nosso grupo, temos de nos manter à frente do Partido” (Gramsci, 2004b, p.132). Conseqüentemente, a polêmica com a IC sobre as questões táticas deve ser imediatamente resolvida. Apesar de anteriormente se opor à fórmula política da frente única, Gramsci aceita inteiramente as novas formulações táticas da IC, porém exigindo que o seu conteúdo preciso seja determinado com base no conhecimento das condições históricas concretas de cada formação social particular.

Por conseguinte, quando finalmente compreende o alcance epistemológico contido na fórmula política da “frente única” (concebida como uma estratégia, tal como formulada por Lênin, e não como uma mera tática instrumental), Gramsci completa sua apropriação ativa da herança bolchevique e incorpora-se ao processo de refundação comunista<sup>8</sup> iniciado por Lênin e Rosa Luxemburgo a

---

8. Sobre o conceito de refundação comunista conferir a nota 27 do capítulo 1.



partir dos começos da primeira década do século XX (Del Roio, 2005, p.89). Essa nova síntese teórica *in statu nascendi* tem como elemento central o desenvolvimento de uma nova concepção de partido, radicalmente distinta daquela proposta por Bordiga.

Passados quase três meses do envio dessa primeira carta, Gramsci volta a se dirigir a Togliatti. Abordando as decisões tomadas pelo Executivo Ampliado da IC sobre a fusão do PCI com o PSI, Gramsci adverte Togliatti sobre o maniqueísmo que era reduzir as discussões travadas em Moscou à questão da fusão ou não entre os dois partidos, como fazia o grupo de Bordiga, mas que a substância da discussão do Comintern era muito distinta: referia-se à capacidade do PCI em compreender a delicada situação italiana e de guiar o proletariado na luta revolucionária (Gramsci, 2004b, p.137). Em suma, como sublinha Gramsci, a discussão realizada durante a III Conferência do Executivo Ampliado da IC girou em torno da necessidade do PCI em analisar sua conduta política até aquele momento, refletindo sobre a capacidade do grupo dirigente de Bordiga em assimilar a “[...] doutrina política da Internacional Comunista, que é o marxismo tal como se desenvolveu no leninismo, ou seja, num corpo orgânico e sistemático de princípios de organização e de pontos de vista táticos” (Gramsci, 2004b, p.137). A transformação é radical: da negação inicial da fórmula política da frente única, Gramsci passa a identificar a sua adoção (é claro que permanece em aberto a questão de determinar o seu conteúdo preciso, conforme as distintas condições de cada formação econômico-social) como o principal critério para avaliar o alcance da compreensão dos desenvolvimentos teórico-práticos do marxismo introduzidos por Lênin e pelos bolcheviques.

Na carta enviada de Viena a Mauro Scoccimarro, datada de 5 de janeiro de 1924, Gramsci é ainda mais veemente na defesa das diretrizes táticas da IC. Ele nega que os desenvolvimentos táticos propostos pelos executivos ampliados anteriores e pelo IV Congresso da IC sejam equivocados, como afirmavam os partidários de Bordiga. Portanto, recusando-se a assinar o manifesto contra a

Internacional que Bordiga teimava em tornar público, Gramsci começa a aprofundar a distinção entre a sua concepção de partido e a de Amadeo Bordiga:

Tenho uma outra concepção de partido, de sua função, das relações que devem se estabelecer entre ele e as massas sem partido, entre ele e a população em geral. Não creio de modo algum que a tática que se explicitou nos executivos ampliados e no IV Congresso seja equivocada, nem no que se refere às formulações gerais nem nos detalhes relevantes. (Gramsci, 2004b, p.150)

O que Gramsci critica no modelo bordiguista de partido é a redução da atividade partidária a uma questão puramente organizativa, esvaziando a incidência prática do partido e levando ao imobilismo político dos comunistas italianos. Como decorrência dessa concepção oficial de partido, fundada no fetiche da organização como um fim em si mesmo, o centralismo político característico do partido operário bordiguista acaba se transformando num “[...] doentio movimento minoritário” (Gramsci, 2004b, p.151). Isto é, ao privilegiar a organização como um fim em si mesmo, Bordiga não somente isolou o partido do movimento operário de massa, como minou a sua capacidade de intervenção política efetiva.

Ao responder a Umberto Terracini, numa carta datada de 13 de janeiro de 1924, que insistia para que Gramsci assinasse o manifesto de Bordiga, segundo ele profundamente modificado em sua substância na nova versão apresentada, Gramsci aprofunda ainda mais aquilo que considera o caráter distintivo do partido operário diante dos demais partidos burgueses (isto é, incluindo entre esses o próprio PSI e também a concepção bordiguista). O primeiro elemento que distingue a vida interna de um partido comunista diante dos partidos “democráticos” burgueses é a inoperância da formação de “frações” permanentes em seu interior. Não que Gramsci seja por princípio contra as “frações”, elas podem até existir dentro do partido proletário, mas nunca podem estratificar-se ou

tornar-se permanentes, como nos partidos burgueses, já que o partido comunista representa apenas uma classe:

No partido, só uma classe está representada; e as diferentes posições que, de tanto em tanto, convertem-se em correntes e frações são determinadas por diferentes avaliações dos eventos em curso e, por isso, não podem se solidificar numa estrutura permanente. O Comitê Central do partido pode ter tido uma determinada orientação em determinadas condições de tempo e lugar, mas ele pode mudar esta sua orientação, se o tempo e o lugar também se modificarem. (Gramsci, 2004b, p.155)

Ao tomar posição diante desse problema, Gramsci antecipa um dos maiores obstáculos à unidade das forças proletárias em todos os tempos, que é aquele da fragmentação e da pulverização ideológica que caracteriza a luta política operária. A base do fracasso nos partidos democráticos decorre do fato de representarem diversas classes sociais, mas o partido proletário, apesar de suas alianças com outros grupos sociais subalternos, representa uma única classe. Portanto, em tese, as frações não poderiam se coagular ou cristalizar, servindo apenas para destacar posicionamentos divergentes de momento, que deveriam ser posteriormente unificados após serem amplamente debatidos nas instâncias decisórias internas do partido.

Ainda em janeiro de 1924, mas agora se dirigindo a Togliatti, Gramsci apresenta a sua concepção do “centralismo” partidário. A ocasião para isso é uma polêmica particular travada com a direção do PCI sobre o controle orçamentário do partido. Gramsci começa afirmando que, apesar do caráter centralizador da personalidade de Bordiga, grande parte das deficiências organizativas do PCI decorre exatamente da ausência de centralismo na direção do partido: “Convenci-me [...] de que o tão louvado e exaltado centralismo do Partido italiano não passa [...] da simples ausência de uma divisão do trabalho e de uma precisa atribuição das responsabilidades e das

funções” (Gramsci, 2004b, p.164-5). O que poderia parecer paradoxal tem uma explicação lógica, pois o excesso de centralização e de controle da liderança sobre a vida partidária não significa necessariamente a aplicação do centralismo democrático leniniano, já que, na concepção de Gramsci, as duas coisas são distintas:

O partido deve ser centralizado, mas centralizado significa, antes de mais nada, organização e fixação criteriosa dos limites. Significa que, quando uma decisão for tomada, ela não pode ser modificada por ninguém, nem mesmo por um dos encarregados pelo “centralismo”, e que ninguém pode criar fatos consumados. (Gramsci, 2004b, p.166)

O centralismo democrático está longe de se resumir à imposição de uma determinada linha política pelo Comitê Central; mas que, pelo contrário, significa a construção de um ambiente político determinado, que favoreça a discussão aprofundada das questões e da adoção de uma estrutura organizativa capaz de produzir o consenso ativo dos membros do partido, necessário para garantir a efetiva aplicação da linha política definida pelo coletivo partidário.

Em resumo, a aplicação consequente do “centralismo democrático” supõe a mais ampla discussão possível da linha política entre os membros do partido como pressuposto necessário para assegurar a própria eficácia de sua intervenção na luta política prática. A compreensão gramsciana da aplicação do “centralismo” é muito distinta da caricatura stalinista que pouco depois se aposaria da maioria dos partidos comunistas, que passa a se organizar segundo um modelo hierárquico militar, burocrático e ineficiente, que anulava a participação efetiva dos militantes nas decisões tomadas pelo partido, inviabilizando assim sua própria intervenção política.

Nessa mesma carta, Gramsci (2004b, p.168) indica que a deficiência do PCI, tanto tática como organizativa, “é a consequência de uma concepção política geral”. Ou seja, retomando os passos de Lênin no opúsculo *Que fazer?*, ele indica que a questão organi-

zativa não possui uma autonomia própria, mas que deriva de uma determinada concepção política: precedendo toda a estrutura organizativa partidária existe uma teoria política prévia. Assim, a superação das deficiências organizativas e táticas do PCI exige o combate à concepção política sectária de Bordiga, vinculando a reorganização do partido à sua tarefa fundamental de construção do Estado proletário. De acordo com a perspectiva gramsciana do papel do partido revolucionário, tido como o principal artífice da edificação do novo Estado, torna-se necessário estabelecer uma relação política pedagógica entre a liderança do partido e seus membros, essencial para a criação de uma unidade orgânica entre o partido e a classe operária.

Na carta de 9 de fevereiro de 1924, enviada de Viena e endereçada aos principais integrantes do antigo grupo turinense, dentre outros problemas, Gramsci aborda duas questões essenciais para a vida do PCI naquele momento: a alegada tradição autônoma do partido italiano reivindicada pelos esquerdistas e as características da concepção bordiguista sectária de partido. O que importa sublinhar é que, da análise dessas questões – e do reconhecimento da necessidade de um novo alinhamento do PCI no cenário internacional –, Gramsci apresenta pela primeira vez e de modo razoavelmente articulado, a sua concepção do partido revolucionário. Como nosso interesse é bastante específico, referindo-se à concepção gramsciana de partido, centraremos nossa análise especialmente nessas duas questões abordadas por Gramsci.

Aprofundando sua crítica ao manifesto contra a IC proposto por Bordiga, Gramsci reafirma o caráter de insubordinação desse documento e a inteira negação da evolução tática desenvolvida após o III Congresso da Internacional que ele representa. O corolário imediato da argumentação de Gramsci é a negação da existência de uma tradição italiana autóctone de partido reivindicada pelo manifesto de Bordiga:

Nego enfaticamente que a tradição do Partido seja aquela que se reflete no manifesto. Trata-se da tradição ou da concepção de um

dos grupos que formaram inicialmente o nosso Partido e não de uma tradição de partido. (Gramsci, 2004b, p.178)

A única possibilidade de reivindicação de uma verdadeira tradição de partido só seria viável se essa fosse dada pelas condições concretas que determinaram a constituição do PCI: a cisão que fundou o Partido Comunista na Itália foi determinada sobretudo pela fidelidade de uma parcela significativa do proletariado italiano às bandeiras defendidas pela Internacional Comunista. A alegada tradição autóctone de partido reivindicada pela extrema esquerda é simplesmente a coagulação da concepção de partido de Amadeo Bordiga: “Amadeo, encontrando-se na direção do Partido, quis que a concepção dele predominasse e se tornasse a concepção do Partido” (Gramsci, 2004b, p.178-9).

Em seguida, Gramsci conclui que é urgente a necessidade de reestruturação política e organizativa do PCI. O principal erro cometido por Bordiga pode ser expresso pela segunda das “Teses de Roma” (aprovadas no II Congresso do PCI), que afirmava o caráter determinista da produção da subjetividade proletária antagônica.<sup>9</sup> Esse pressuposto redundou não só na negligência da formação política e ideológica dos membros do partido, como também se refletiu na passividade e no imobilismo do PCI diante do avanço do fascismo. Como se não bastassem os problemas decorrentes da inoperância política, a desconsideração do partido pela necessidade de educação de seus membros e a ausência de discussões profundas no centro da vida partidária acabou por favorecer o desenvolvimento de uma corrente oportunista, cristalizada na minoria de direita reunida em torno de Angelo Tasca e Antonio Graziadei. Porém, o desdobramento maior do determinismo da concepção política de Bordiga e de seu consequente descaso pela valorização do desenvolvimento ativo da subjetividade operária é a “esterilização de qualquer atividade dos indivíduos, a passividade

---

9. Conferir a Tese nº 2 de *Le Tesi della minoranza* (Cafagna et al., 1990, p.230-1).

da massa do Partido, a obtusa segurança de que havia quem pensasse e quem cuidasse de tudo. Essa situação teve gravíssimas repercussões no terreno da organização” (Gramsci, 2004b, p.180).

Dentre as principais consequências da imposição da concepção política determinista de Bordiga destacam-se o uso de critérios não racionais na atribuição de tarefas aos membros do partido, na ausência de controle do trabalho realizado e no distanciamento entre os dirigentes e a massa de filiados:

O erro do partido foi o de ter colocado em primeiro plano e de modo abstrato a organização partidária, o que, de resto, queria dizer tão somente criar um aparato de funcionários que fossem ortodoxos em relação à concepção oficial. Acreditava-se e ainda se acredita que a revolução depende somente da existência de um tal aparelho; e chega-se mesmo a acreditar que uma tal existência possa produzir a revolução. (Gramsci, 2004b, p.181)

Assim, visando proteger o partido de possíveis contaminações “democráticas” ou “pequeno-burguesas”, o sectarismo de Bordiga acabou distanciando-o do movimento de massa e transformando-o numa seita de iniciados:

Qualquer participação das massas na atividade e na vida interna do Partido que não fosse a que tem lugar em grandes ocasiões e em decorrência de uma ordem formal do centro dirigente era vista como um perigo para a unidade e para o centralismo. Não se concebeu o Partido como resultado de um processo dialético no qual convergem o movimento espontâneo das massas revolucionárias e a vontade organizativa e dirigente do centro [partidário], mas somente como algo solto no ar, que se desenvolve em si e para si e que as massas atingirão quando a situação for propícia e a crista da onda revolucionária chegar à sua máxima altura, ou quando o centro do Partido considerar que deve iniciar uma ofensiva e descer até a massa para estimulá-la e leva-la à ação. (Gramsci, 2004b, p.181-2)

No fundo, a distinção na concepção do papel do partido revolucionário entre Gramsci e Bordiga deriva de suas distintas compreensões da dinâmica do processo revolucionário. É o próprio Gramsci que propõe essa comparação. Segundo ele, fiel à sua leitura economicista do marxismo, Bordiga acreditava que, nos países de capitalismo desenvolvido da Europa ocidental e central, a tática defendida pela IC seria “inadequada” ou até mesmo inútil. Isso porque, nesses países, a revolução não dependeria da intervenção subjetiva do proletariado, mas decorreria do próprio processo objetivo de desenvolvimento do capitalismo, indicando a necessidade de organização do partido como um fim em si mesmo:

Nestes países, o mecanismo histórico funcionaria segundo todos os preceitos marxistas; neles existe a determinação que faltava na Rússia e, por isso, a tarefa central deve ser a de organizar o Partido em si e para si. (Gramsci, 2004b, p.183)

Portanto, segundo o raciocínio de Bordiga, o processo revolucionário apareceria como sendo alheio à intervenção da subjetividade organizada, indicando que a principal tarefa do partido revolucionário seria manter a sua integridade ideológica, evitando inclusive participar das disputas políticas eleitorais (abstencionismo), voltando-se para sua própria organização à espera do momento da crise terminal do capitalismo, que seria determinada pelo desenvolvimento inexorável das forças produtivas da sociedade burguesa. Enquanto isso, o partido deveria se manter “puro” e distante da contaminação ideológica burguesa, evitando as armadilhas do parlamentarismo e do engodo eleitoral.

Em contrapartida, Gramsci se coloca numa perspectiva diametralmente distinta. Ao contrário de Bordiga, que reduz a necessidade da tática revolucionária bolchevique às condições atrasadas do capitalismo existente na Rússia, Gramsci afirma que “a concepção política dos comunistas russos formou-se num terreno internacional e não no nacional” (Gramsci, 2004b, p.183). Demonstrando que havia assimilado as lições da experiência política revolucio-



nária dos bolcheviques e os desenvolvimentos teóricos do marxismo introduzidos por Lênin, ele reconhece a importância ainda maior da intervenção subjetiva organizada – isto é, do partido revolucionário – como um elemento fundamental no desencadeamento do processo revolucionário no Ocidente. Contudo, a herança teórico-prática bolchevique não poderia ser mecanicamente transposta para as sociedades capitalistas desenvolvidas da Europa, exigindo a sua “tradução” e adaptação às condições concretas das diversas formações sociais europeias. Aliás, a necessidade de se “fazer política”, de intervenção do partido na luta política cotidiana que envolve a classe operária e seus aliados é ainda mais vital no Ocidente, já que o desenvolvimento maior do capitalismo gerou nesses países uma “aristocracia operária, com seus anexos de burocracia sindical e de grupos social-democratas” (Gramsci, 2004b, p.183), que deve ser desmascarada e assimilada pela vanguarda operária organizada em torno do Partido Comunista. Ou seja, o maior desenvolvimento do capitalismo no Ocidente, ao invés de descartar a necessidade de manobras táticas, exige a aplicação de uma estratégia revolucionária ainda mais elaborada, em virtude da complexidade das superestruturas políticas próprias desses países:

A determinação, que na Rússia era direta e lançava as massas às ruas para o assalto revolucionário, complica-se na Europa central e ocidental em função de todas estas superestruturas políticas, criadas pelo maior desenvolvimento do capitalismo; torna-se mais lenta e mais prudente a ação das massas e, portanto, requer do partido revolucionário toda uma estratégia e uma tática bem mais complexas e de longo alcance do que aquelas que foram necessárias aos bolcheviques no período entre março e novembro de 1917. (Gramsci, 2004b, p.183-4)

Em resumo, apesar de relativamente curto, durando pouco menos de dois anos e meio, esse período foi determinante na evolução política de Gramsci. Em primeiro lugar, porque foi fundamental para romper com a influência que a personalidade caris-

mática de Bordiga exercia sobre ele, abrindo caminho para a superação de seu próprio esquerdismo e para a crítica do sectarismo presente na linha política do primeiro grupo dirigente do PCI. Em segundo lugar, porque, graças à sua estada na Rússia, Gramsci pôde tomar contato em primeira mão com a herança teórico-prática do bolchevismo, incorporando assim a mais elevada elaboração política produzida pelo movimento comunista internacional, que naquele momento “se manifestava no núcleo formulador da política da IC, particularmente Lênin, mas também Trótski, Radek, Bukharin, Zinoviev e outros” (Del Roio, 2005, p.89).

Essas duas novas aquisições políticas, a rejeição do sectarismo esquerdista de Bordiga e a assimilação da frente única como estratégia da revolução socialista exigida pelo novo período histórico que se iniciava, fornecerão os lineamentos da trajetória evolutiva posterior de Gramsci e incidirão de modo decisivo na formulação da teoria gramsciana do partido revolucionário, cuja elaboração mais sistemática inicia-se no período imediatamente posterior. Assim, calcado na análise concreta da formação social italiana e ciente da mutação histórica da luta política revolucionária internacional que então se iniciava, Gramsci pôde finalmente formular de modo mais sistemático o núcleo de sua teoria política revolucionária. É nesse momento que fica evidente na elaboração política gramsciana a percepção de que a transformação da classe operária em classe dirigente exige fundar a tática e a estratégia política na análise concreta de cada formação social particular, visando estabelecer as alianças necessárias à vitória da revolução.

## **2.4 As primeiras formulações sistemáticas sobre o partido revolucionário (1925-1926)**

O terceiro período da evolução política de Antonio Gramsci coincide com os seus dois últimos anos de luta contra o fascismo à frente da direção do PCI. Como secretário-geral do PCI (eleito em agosto de 1924), Gramsci despense esforços inauditos para manter

a organização funcionando, mesmo com a intensificação da repressão fascista, garantindo certa eficácia na intervenção política do partido. Esse momento especial, que antecede imediatamente o seu encarceramento em novembro de 1926, destaca-se, sobretudo, pela aplicação criativa do legado metodológico leniniano à investigação da realidade social italiana, buscando redefinir e aprofundar a estratégia revolucionária que vinha sendo aplicada na Itália pelo primeiro grupo dirigente desde a fundação do Partido Comunista.

Efetivamente, a reflexão teórica de Gramsci busca elaborar uma autêntica álgebra da revolução,<sup>10</sup> aderindo firmemente ao solo da intervenção política e à dinâmica da correlação de forças da luta de classes na Itália daquele momento, procurando identificar não só as forças motrizes da revolução, mas fornecendo também uma análise acurada das perspectivas de vitória do proletariado. Nesse sentido, como dirigente máximo do partido, mais do que nos períodos anteriores, a reflexão gramsciana está visceralmente vinculada à intervenção política em prol da revolução socialista: o sentido da reflexão teórica é dado exatamente pela necessidade de agir, de intervir politicamente. Aliás, se o reconhecimento do *ethos* político partilhado por Gramsci da atualidade da revolução socialista, disseminado entre o movimento comunista vinculado à Terceira Internacional, é fundamental para compreender seus escritos em geral, ainda mais importante se torna para entender a reflexão desse período.

Destarte, durante todo o período em que dirigiu o PCI, mas de modo mais efetivo nesses dois últimos anos, a principal tarefa enfrentada por Gramsci foi aumentar a eficácia da intervenção política dos comunistas. Esse objetivo se desdobrou em duas ações principais: na substituição da matriz ideológica oriunda do primeiro grupo dirigente do PCI e na modificação da estrutura organizativa do partido. No que se refere à primeira questão, o problema mais importante enfrentado por Gramsci foi a mudança

---

10. Alusão ao título do livro de John Rees que apreende o pensamento dialético marxista como uma álgebra da revolução comunista. Conferir em Rees, 1998.

da concepção fatalista do processo revolucionário, de viés determinista, entranhada nos quadros dirigentes do partido (particularmente no aparelho partidário), substituindo-a por uma concepção dialética da revolução, que priorizava a intervenção da subjetividade organizada na condução das transformações históricas. Quanto à questão organizativa, Gramsci procurou romper com o modelo sectário de partido herdado de Bordiga, estruturado como uma seita isolada do movimento operário e da luta política cotidiana, lançando as bases para alicerçar o PCI no movimento de resistência ao fascismo. A reorganização do PCI exigia a construção de um Partido Comunista de massa, mas de um Partido Comunista que soubesse conduzir o processo revolucionário: em suma, de um partido “bolchevique”. Consequentemente, esse é o período de empenho máximo das capacidades físicas e intelectuais de Gramsci em prol da retomada do processo revolucionário na Itália. Além dos problemas práticos imediatos de extrema importância, relacionados ao andamento da reorganização estrutural do PCI, que exigiam infatigáveis reuniões com os quadros intermediários do partido e o constante deslocamento pelo país (bastante dificultado pela vigilância da polícia fascista), Gramsci ainda é obrigado a uma participação ativa nas polêmicas teóricas travadas na imprensa partidária (na luta ideológica), redigindo inúmeros artigos e documentos, publicados sobretudo em *L'Ordine Nuovo* e em *L'Unità*, nos quais buscava fundamentar a linha política do novo grupo dirigente.

Com efeito, percebe-se claramente no conjunto da elaboração política produzida por Gramsci nesse momento a primeira tentativa de sistematização da nova síntese que ele vinha construindo desde sua estada em Moscou. De certa forma, essa nova síntese se expressa na originalidade da linha política assumida pelo PCI sob a direção gramsciana, fundada prioritariamente na recusa do determinismo mecanicista do processo revolucionário e na exigência de intensificar a eficácia da intervenção política do partido através de seu enraizamento no movimento de massa. Contudo, é nos escritos produzidos nesse período que transparecem mais claramente os

indícios de sua adesão ao movimento de refundação comunista do século XX.<sup>11</sup> As ideias e intuições que Gramsci vinha debatendo com seus companheiros mais próximos entre 1923 e 1924, no contexto da polêmica travada contra o sectarismo esquerdista de Amadeo Bordiga, ganham enfim organicidade e articulação lógica nos textos produzidos nesse período. Podemos dizer que só nesses dois últimos anos à frente da direção do PCI é que as intuições gramscianas anteriores puderam ser expressas na forma de uma elaboração teórica sistemática: o avanço em direção ao movimento de refundação comunista do século XX, apenas indicado na polêmica anterior com a extrema esquerda, desdobra-se agora numa nova síntese política original que elevará a novos patamares as contribuições herdadas de Lênin e dos bolcheviques.

Esse desenvolvimento fica bastante evidente nas “Teses de Lyon” (redigidas em parceria com Togliatti entre agosto e setembro de 1925) e no famoso ensaio inacabado intitulado *A questão meridional* (redigido provavelmente em outubro de 1926). Esses dois documentos principais, acrescidos da correspondência trocada com Palmiro Togliatti em 1926, a respeito da crise vigente no grupo dirigente do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), já anunciam alguns elementos que serão retomados nos *Cadernos do cárcere*. Porém, mais importante, fornecem o primeiro esboço da concepção estratégica em construção que Gramsci desenvolverá plenamente nos escritos carcerários sob a rubrica do “moderno Príncipe”. É precisamente nesses documentos que encontramos o fio condutor que unirá a sua concepção de partido defendida nos anos imediatamente anteriores à detenção com aquela que será de-

---

11. É fundamental reconhecer que o modelo de partido e a estratégia revolucionária desenvolvidos por Gramsci nesse momento existiram somente como teoria. Infelizmente, a sua prisão em novembro de 1926 impediu que suas ideias pudessem ser aplicadas efetivamente na reorganização do PCI. Apesar disso, é bastante perceptível a distinção qualitativa da linha política assumida pelo grupo dirigente de Gramsci em contraposição com a linha política anterior da direção esquerdista de Amadeo Bordiga.

envolvida nos *Cadernos do cárcere*.<sup>12</sup> Consequentemente, se queremos compreender os desenvolvimentos teóricos sobre o partido introduzidos na reflexão carcerária de Antonio Gramsci, é a esses documentos que devemos voltar agora nossa atenção. Todavia, não nos deteremos num exame pormenorizado desses documentos, marcados por uma grande riqueza analítica e pela ampla diversidade de temáticas abordadas, e vamos nos limitar a destacar as suas contribuições para reconstruir o estágio de desenvolvimento alcançado pela teoria gramsciana do partido nesse momento de transição para sua reflexão de maturidade dos *Cadernos do cárcere*.

No entanto, essas primeiras formulações sistemáticas de Gramsci sobre o partido revolucionário não podem ser adequadamente compreendidas fora de seu contexto histórico imediato. No plano geral, elas foram desenvolvidas no quadro de uma estratégia e de um *ethos* político determinados: de certa forma, esses dois elementos estão estreitamente relacionados entre si, pois a estratégia da IC de expandir a qualquer custo a revolução socialista para a Europa ocidental – desde 1917 restrita exclusivamente à Rússia – só se viabilizava de fato em virtude da percepção amplamente partilhada por setores expressivos do movimento operário europeu da atualidade histórica da revolução proletária. Porém, no plano mais imediato, as influências principais que atuaram sobre a reflexão de Gramsci, e que ajudaram a definir a concepção de partido exigida pela luta política naquele momento particular, podem ser localizadas em dois acontecimentos distintos, mas que confluíram para moldar a sua elaboração política naquele momento: a) na estabilização do regime fascista na Itália, agora em sua feição abertamente ditatorial, após a superação da crise Mateotti, com o consequente acirramento da repressão sobre as organizações proletárias; e b) na virada à esquerda da IC, com a adoção da

---

12. Evidentemente, como já foi indicado, a defesa da unidade orgânica do conjunto da elaboração política gramsciana supõe o reconhecimento explícito de desenvolvimentos teóricos, de aprofundamentos analíticos a respeito de problemas anteriormente investigados e, principalmente, a assimilação/superação de suas fontes formadoras nos escritos de maturidade produzidos no cárcere.

palavra de ordem da “bolchevização” dos partidos comunistas decretada pelo V Congresso realizado entre junho-julho de 1924, mas somente sancionada pela V Conferência do Executivo Ampliado da IC, ocorrida entre 21 de março e 6 de abril de 1925. Esses dois fatores, apesar de suas origens completamente distintas, acabaram convergindo na definição de uma fórmula organizativa altamente centralizada e compacta, necessária para responder às exigências impostas pela conjuntura da luta de classes prevalecente naquele momento, tanto no plano nacional como no internacional.

Apesar do quadro geral desfavorável à difusão da revolução socialista para a Europa ocidental, decorrente da estabilização relativa do capitalismo a partir do início dos anos 1920 e da afirmação da reação burguesa nesse período, notadamente na Itália, com a consolidação do regime fascista, Gramsci continuava convicto da atualidade da revolução proletária. No entanto, dada a correlação de forças no cenário político da época, ele destacava que aquele momento específico era de preparação para a retomada do processo revolucionário, exigindo um grande esforço de compreensão da realidade social italiana e de elaboração da estratégia revolucionária mais adequada para ser aplicada na iminência da retomada da revolução. O primeiro passo para isso era a identificação, na realidade histórica concreta da formação social italiana, dos sujeitos potencialmente revolucionários. Conforme Gramsci,

As forças motrizes da revolução italiana [...] são as seguintes, por ordem de importância:

- 1) a classe operária e o proletariado agrícola;
- 2) os camponeses do Sul e das Ilhas e os camponeses das demais partes da Itália. (Gramsci, 2004b, p.337)<sup>13</sup>

---

13. Essa centralidade da participação dos camponeses na conformação do sujeito revolucionário, evidente nas formulações das “Teses de Lyon”, permanece nos escritos carcerários. A única distinção é de natureza terminológica, pois, nos *Cadernos do cárcere*, a aliança operário-camponesa é subsumida pelo conceito de “classes subalternas”.

Após assimilar a fórmula política leniniana da “frente única” como a estratégia mais adequada à revolução socialista, Gramsci identifica o sujeito potencial da revolução italiana na aliança entre operários e camponeses, sob a hegemonia do proletariado industrial. Apesar de essa preocupação não ser nova na elaboração política gramsciana – basta pensar em suas tentativas anteriores de favorecer a aproximação entre os operários turinenses e os camponeses do Sul<sup>14</sup> –, agora ela se torna muito mais urgente e necessária. É o próprio Gramsci, no seu último texto importante redigido antes da prisão (*A questão meridional*), que retoma a experiência turinense para justificar a extrema importância da construção da aliança política com os camponeses para a vitória da revolução socialista na Itália:

Os comunistas turinenses haviam formulado de modo concreto a questão da “hegemonia do proletariado”, ou seja, da base social da ditadura proletária e do Estado operário. O proletariado pode se tornar classe dirigente e dominante na medida em que consegue criar um sistema de alianças de classe que lhe permita mobilizar contra o capitalismo e o Estado burguês a maioria da população trabalhadora. Na Itália, nas reais relações de classe existentes na Itália, isso significa: na medida em que consegue obter o consenso das amplas massas camponesas. (Gramsci, 2004b, p.408)

Entretanto, não bastava simplesmente identificar os sujeitos potenciais da revolução socialista; era preciso suscitar no proletariado italiano e em seus aliados estratégicos uma consciência antagônica resolvida e uma firme identidade ideológica autônoma para passar do momento de preparação ao da efetiva insurreição revolucionária. O único organismo capaz de desempenhar essas funções,

---

14. Ver os exemplos da indicação de Gaetano Salvemini pelo grupo ordinovista turinense ao cargo de deputado pelo PSI e do incidente da brigada sassari.



como o exemplo russo havia demonstrado, era um partido comunista inteiramente comprometido com a revolução proletária. É por isso que os esforços de Gramsci se voltam inteiramente para a transformação do PCI num verdadeiro partido "bolchevique":

A organização da vanguarda proletária em Partido Comunista [isto é, bolchevique] é a parte essencial de nossa atividade organizativa. Os operários italianos aprenderam, com sua própria experiência (1919-1920), que onde falta a direção de um Partido Comunista, construído como partido da classe operária e como partido da revolução, não é possível ter sucesso na luta pela derrubada do regime capitalista. (Gramsci, 2004b, p.341-2)

Assim, o partido aparece nesse momento como o *locus* mais importante de preparação e de condução do processo revolucionário. A sua função é dupla: deve trabalhar para que o proletariado adquira uma identidade política autônoma (consciência socialista) e deve se apresentar diante do conjunto das classes trabalhadoras como o depositário legítimo de suas aspirações emancipatórias, guiando-as no processo de insurreição revolucionária.<sup>15</sup>

Contudo, essa dupla função do Partido Comunista reivindicada por Gramsci coloca uma série de problemas teóricos e políticos que devem ser resolvidos. Esses problemas não são novos, já que constituem o núcleo das questões abordadas pela teoria marxista clássica do partido revolucionário,<sup>16</sup> cujo desenvolvimento mais avançado até aquele momento localizava-se nas formulações

---

15. Essa função dupla pode ser deduzida das três tarefas fundamentais designadas por Gramsci ao partido na preparação política da revolução: as duas primeiras podem ser relacionadas à função de construção de uma identidade própria do proletariado, que aglutine em torno de si a maioria da população trabalhadora e a última refere-se à função de guiar o proletariado e seus aliados estratégicos na insurreição contra o Estado burguês e na edificação da ditadura proletária (Gramsci, 2004b, p.341).

16. Conferir a seção 1.2 do presente trabalho.

leninianas do partido bolchevique. Portanto, a palavra de ordem da IC de “bolchevização” dos partidos comunistas surgidos da cisão com o reformismo, pelo menos nesse momento inicial do processo, sem considerarmos a sua posterior instrumentalização stalinista, significou realmente (sobretudo na Itália) uma tentativa honesta de transformá-los em organizações políticas eficientes, sob a direção efetiva da classe operária e voltadas para a condução da revolução socialista. A “bolchevização” era apresentada sobretudo como a conclusão definitiva do processo de cisão comunista, iniciado com a constituição dos diversos partidos comunistas vinculados à Terceira Internacional, mas que só se completaria efetivamente com a adoção dos desenvolvimentos políticos e organizativos oriundos do leninismo.

O cerne da “bolchevização” do PCI, assim como apreendido por Gramsci, pode ser expresso em quatro “pontos fundamentais”: 1) a reformulação profunda de sua ideologia, com a substituição do sectarismo esquerdista pelo leninismo; 2) a estruturação do partido segundo uma forma específica de organização, capaz de assegurar a sua coesão interna e a eficácia de sua intervenção política; 3) sua integração orgânica à classe operária, criando-se um vínculo real entre a vanguarda comunista e o movimento de massas e, por fim, 4) a definição da tática e da estratégia adotadas pelo partido com base nas condições objetivas da luta política e no nível de organização alcançado pelo movimento de massas, e não em princípios formais sectários (Gramsci, 2004b, p.342). A resposta a esse conjunto de problemas configura o modelo de partido desenvolvido por Gramsci nesse momento importante de transição para o período de maturidade, indicando a sua dinâmica interna de funcionamento, a forma organizativa a ser adotada e a relação a ser estabelecida entre o partido e sua referência social (a classe operária e seus aliados estratégicos).

O primeiro ponto indicado por Gramsci estabelece a necessidade de adoção de uma completa unidade ideológica do PCI em torno das aquisições políticas desenvolvidas por Lênin e pelos bolcheviques. A unidade ideológica seria alcançada pela ampla di-

fusão no interior do partido da “[...] doutrina do marxismo e do leninismo, entendido este último como a doutrina marxista adequada aos problemas do período do imperialismo e do início da revolução proletária” (Gramsci, 2004b, p.342). Isto se daria por meio da preocupação constante do partido com a formação política de seus membros:

A elevação do nível ideológico do Partido deve ser obtida mediante uma sistemática atividade interna, que se proponha levar todos os membros a ter uma completa consciência das metas imediatas do movimento revolucionário, uma certa capacidade de análise marxista das situações e uma conseqüente capacidade de orientação política (escola de partido). (Gramsci, 2004b, p.343)

Entretanto, a conquista da unidade ideológica do PCI exigia, antes, superar algumas de suas deficiências teóricas congênitas, representadas pelo perigo de possíveis desvios tanto de direita como de esquerda. Essas formas de desvio ideológico, constituídas pelo radicalismo pequeno-burguês de Angelo Tasca ou pelo esquerdismo de Amadeo Bordiga (também de cariz pequeno-burguês), estavam ainda latentes no interior do PCI, encontrando solo fértil para se desenvolver diante do quadro político italiano, marcado pela brutal ação fascista. O pessimismo disseminado pela ação fascista poderia levar as massas operárias ao abandono da perspectiva revolucionária, encaminhando-as para uma falsa solução constitucional da ditadura fascista, fortalecendo a tendência de direita dentro do partido, como também poderia levar a uma involução sectária do partido, favorecendo o consenso dos quadros dirigentes partidários em torno do extremismo de esquerda, isolando definitivamente o PCI diante da classe operária.

Os dois tipos de desvios, tanto à direita quanto à esquerda, são vistos como entraves à capacidade do PCI de manter viva a perspectiva da revolução socialista e de conquistar a hegemonia sobre a maioria da população trabalhadora italiana. Todavia, em decorrência da liderança da corrente esquerdista de Bordiga durante todo o pe-

ríodo inicial de construção do PCI, o combate ao desvio de esquerda exigia maior empenho do partido. Notadamente porque a extrema esquerda desenvolvera, nesse período, “[...] uma ideologia específica, ou seja, uma concepção da natureza do partido, de sua função e de sua tática que está em contradição com a do marxismo e do leninismo” (Gramsci, 2004b, p.345). Essa ideologia, ainda difusa dentro do aparelho partidário, foi em grande parte responsável pelo imobilismo do PCI diante do ataque fascista durante o período de liderança de Bordiga.

O principal equívoco da ideologia esquerdista, a partir do qual todos os outros se originam (a indicação da função do partido e da forma de determinação de sua tática), consiste na definição do partido “[...] como um ‘órgão’ da classe operária, que se constitui pela síntese de elementos heterogêneos” (Gramsci, 2004b, p.345). A correção desse equívoco implica resgatar as contribuições teóricas leninianas, definindo o partido destacando-se “[...] o fato de que ele é uma ‘parte’ da classe operária” (Gramsci, 2004b, p.345). A definição do partido considerando-se o seu conteúdo social sublinha o caráter de classe do partido comunista, em oposição ao modelo interclassista dos partidos social-democratas típicos da Segunda Internacional, superando a possibilidade de influências ideológicas pequeno-burguesas sobre a direção do Partido Comunista, como se verificou no PSI durante o “bienio rosso”.

Assim, o Partido Comunista é um partido de classe não só na sua composição de base (isto é, ele é formado majoritariamente pelo proletariado industrial e rural), mas sobretudo porque expressa (ou deveria expressar) unanimemente a ideologia orgânica do proletariado revolucionário cristalizada no leninismo. A cisão de Livorno conseguiu reunir os elementos comunistas presentes no PSI num partido proletário independente, mas, em decorrência das deficiências ideológicas do esquerdismo, fracassou em fundi-los estreitamente com a classe operária. A adoção do leninismo aparece então como fundamental para superar essas deficiências, estabelecendo uma ligação real entre o partido e a classe, necessária para transformar as reivindicações espontâneas da população trabalhadora italiana em luta

política revolucionária. Este é o único fundamento que permitirá à vanguarda comunista conquistar a legitimidade de dirigir as massas.

Por outro lado, o segundo ponto do processo de "bolchevização" sublinhado por Gramsci estabelece os elementos de base<sup>17</sup> e a solidez da organização do Partido Comunista. Ele retoma uma concepção já desenvolvida no período anterior, que converte os problemas organizativos em problemas políticos, indicando que a dupla função exigida do PCI só poderá ser alcançada pela adoção das células profissionais como componentes básicos do organismo partidário:

Estamos diante, antes de mais nada, de um problema político: o da base da organização. A organização do Partido deve ter como base a produção e, portanto, o lugar de trabalho (células). Este princípio é essencial para a criação de um partido "bolchevique". Ele decorre do fato de que o Partido deve estar aparelhado para dirigir o movimento de massa da classe operária, que é naturalmente unificada pelo desenvolvimento do capitalismo segundo o processo da produção. Ao situar a base organizativa no local da produção, o Partido opta pela classe sobre a qual se baseia. Proclama que é um partido de classe, a classe operária. (Gramsci, 2004b, p.348-9)

É amplamente reconhecido que a "bolchevização" pretendia expandir as conquistas políticas e organizativas do partido bolchevique para o conjunto dos partidos filiados à Terceira Internacional. A organização do partido em células tendo como base o local de

---

17. A expressão indica o tipo de grupo fundamental que constitui a base da organização típica dos diversos modelos de partidos políticos modernos: o comitê (específico dos primeiros partidos burgueses), a seção (criada pelos partidos socialistas ou social-democratas e depois copiada pelos partidos burgueses), a célula (desenvolvimento organizativo que demarca a emergência dos partidos comunistas ligados à Terceira Internacional) e a milícia (elemento de base do partido fascista). É a reunião dessas unidades básicas de organização, efetuada através de instituições coordenadoras, que definirá as distintas estruturas organizativas dos partidos (Duverger, 1980, p.52-3).

produção, que é uma invenção original do partido russo, demarca a ruptura fundamental que distingue o Partido Comunista (bolchevique) do modelo social-democrata de partido típico da Segunda Internacional, organizado com base na seção territorial. Esse novo sistema de enquadramento das massas operárias, agrupadas em pequenas células distribuídas pelos locais de trabalho, significou um grande avanço organizativo. Esse avanço decorre das próprias características fundamentais distintivas da célula diante da seção: a) a célula é organizada com base no local de produção, reunindo os filiados que trabalham numa mesma empresa, em oposição à organização territorial da seção, criada pelos partidos social-democratas, que abrange uma vasta circunscrição geográfica; e b) a célula é uma organização de base constituída por um número menor de militantes (a seção pode reunir centenas ou milhares de membros, enquanto a célula, para ser funcional, não deve exceder à dezena de membros). Essas características específicas da organização com base na produção resultam numa série de vantagens políticas: 1) na maior autoridade da direção da célula sobre seus membros, já que se constituem em organizações permanentes e que se mantêm em contato contínuo, permitindo um enquadramento regular dos filiados; 2) no profundo conhecimento entre seus membros e na conseqüente solidariedade que resulta disto; 3) na possibilidade concreta de transformar as reivindicações políticas cotidianas da classe trabalhadora numa política revolucionária conseqüente, contribuindo para desenvolver a formação política e ideológica da classe operária e, finalmente, 4) na possibilidade que apresentam, em função do contato estreito entre os membros do partido organizados nas células, de favorecer a continuidade do trabalho político clandestino, mesmo nas situações mais severas de repressão policial (nas células, os membros estão em contato constante, pois trabalham no mesmo local, facilitando a comunicação e a difusão das palavras de ordem).<sup>18</sup>

---

18. Sobre os diversos elementos de base de organização dos partidos e, especificamente, sobre as vantagens da organização em células segundo o local de pro-

Não obstante, definir o Partido Comunista como um partido proletário – isto é, como um partido de classe – não significa excluir a participação dos intelectuais e dos camponeses de suas fileiras. A assimilação dos intelectuais, dos camponeses e dos demais elementos anticapitalistas é vital para o fortalecimento do partido. Porém, a absorção desses membros não proletários não pode resultar em influências ideológicas pequeno-burguesas sobre a direção do Partido Comunista. Essa autonomia ideológica do partido, pressuposto essencial de seu caráter revolucionário, só pode ser assegurada pela adoção do mecanismo organizativo proletário: a célula, ao contrário da seção, pode garantir o enquadramento rigoroso dos filiados sob a hegemonia da ideologia leninista, sem abrir a guarda para desvios pequeno-burgueses (seja de esquerda, seja de direita). Além disso, a organização com base na produção também resolve outro problema fundamental do partido proletário, que é o da formação e seleção de seus quadros dirigentes. A célula por local de trabalho apresenta-se como o mecanismo ideal para selecionar os dirigentes partidários diretamente do próprio seio da classe operária:

A organização por células leva à formação no Partido de um estrato bastante amplo de dirigentes (secretários de célula, membros dos comitês de célula, etc.), os quais são parte da massa e a ela permanecem ligados, ainda que exercendo funções dirigentes, ao contrário dos secretários de seções territoriais, que eram necessariamente elementos separados da massa trabalhadora. O Partido deve dedicar uma particular atenção à educação destes companheiros, que formam o tecido conectivo da organização e são o instrumento de ligação com as massas. (Gramsci, 2004b, p.350-1)

---

dução, a melhor indicação bibliográfica continua sendo o antigo livro de Duverger. Sobre a caracterização das células comunistas e das vantagens políticas decorrentes de sua estrutura organizativa com base na produção supraindicadas, conferir Duverger, 1980, p.52-75.

Outra característica da “bolchevização” do PCI, vinculada ainda ao segundo ponto fundamental indicado por Gramsci, refere-se à necessidade de transformá-lo numa “[...] organização centralizada, dirigida pelo Comitê Central não só em palavras, mas nos fatos” (Gramsci, 2004b, p.351): em resumo, num partido altamente disciplinado e coeso. O partido revolucionário deve necessariamente ser um partido centralizado, já que as suas ações visam à luta pelo poder, exigindo rapidez na tomada de decisões e na mobilização de suas forças. Mas centralização não significa autocracia, pois, segundo Gramsci, todos os órgãos dirigentes do partido devem ser constituídos através de mecanismos democráticos de seleção:

Tanto o Comitê Central como os órgãos inferiores de direção são formados com base em eleições, mas também na seleção de elementos capazes, realizada através da prova do trabalho e da experiência do movimento. (Gramsci, 2004b, p.351)

A adoção desse mecanismo duplo de seleção dos grupos dirigentes garante a ampla participação da base partidária na escolha das lideranças, mas permite também superar os mecanismos “formais e ‘parlamentares’”, típicos dos partidos social-democratas, construindo “[...] um processo real de formação de uma vanguarda proletária homogênea e ligada às massas” (Gramsci, 2004b, p.351), com o aproveitamento dos elementos que se destacam pela sua capacidade de dedicação e de eficácia na condução das tarefas práticas.

O corolário imediato da exigência de centralização do partido revolucionário é o combate ao fracionismo, um dos principais problemas políticos do movimento operário em todos os tempos. A existência de frações organizadas dentro dos partidos social-democratas representava a forma encontrada por esses partidos interclassistas de compor os seus programas e de selecionar os seus grupos dirigentes. Mas o Partido Comunista, que surge de uma ruptura com a matriz desses partidos, reivindicando a sua natureza proletária de classe, durante o seu processo de desenvolvimento político



criou uma forma original de resolver possíveis divergências táticas em seu interior: “[...] escolheram como norma de sua vida interna e de seu desenvolvimento não mais a luta de frações, mas a colaboração orgânica de todas as suas tendências, através da participação nos órgãos dirigentes” (Gramsci, 2004b, p.352). O que Gramsci está destacando, e volta a fazê-lo de forma ainda mais veemente na correspondência enviada a Togliatti em outubro de 1926 (abordando o acirramento da crise interna do PCUS), é que a “linha leninista consiste em lutar pela unidade do Partido, e não apenas por uma unidade de fachada, mas por uma íntima unidade, que consiste em não existir no Partido duas linhas políticas completamente divergentes em todas as questões” (Gramsci, 2004b, p.400).

O terceiro ponto fundamental da “bolchevização” do PCI, conforme indicado por Gramsci, aborda a questão da relação entre o partido e a classe operária. Esse ponto, também recorrente nas diversas teorias marxistas da organização proletária, é central para indicar a função a ser desempenhada pelo partido revolucionário. Nessa questão específica, a “bolchevização” significa reformular a função indicada ao partido pela ideologia esquerdista, que era reduzida apenas àquela de preparar quadros políticos revolucionários, sem participar diretamente da luta política cotidiana (daí a defesa do abstencionismo político por Bordiga), pela função “[...] de guiar a classe em todos os momentos, através do esforço para manter-se em contato com ela em face de qualquer mudança da situação objetiva” (Gramsci, 2004b, p.345).

Ou seja, se o partido é uma “parte” da classe, se constituindo no conjunto de seus elementos mais avançados no plano ideológico e político, mas, mesmo assim, ainda ligados organicamente à classe, decorre que entre o partido e a classe deve prevalecer uma relação dialética que se apresenta como a única condição capaz de viabilizar a eficácia de sua intervenção política:

Um partido bolchevique deve ser organizado de modo a poder funcionar, em qualquer condição, em contato com a massa. Este

princípio assume a maior importância entre nós, dada a repressão exercida pelo fascismo, cujo objetivo é impedir que as reais relações de força se traduzam em relações de forças organizadas. (Gramsci, 2004b, p.354)

Somente assim o movimento espontâneo das massas operárias poderia ser guiado pela intervenção consciente do centro dirigente partidário, possibilitando uma intervenção política resoluta e compacta por parte do proletariado. Em função disso, Gramsci sugere algumas medidas práticas capazes de superar o sectarismo característico da antiga linha política bordiguista, criando as condições para enraizar profundamente o PCI no movimento de massa da classe operária: 1) aumentar o número de inscritos do partido e aprofundar sua formação política; 2) delegar tarefas práticas a todos os filiados; 3) instituir uma coordenação unitária das diversas atividades desenvolvidas pelo partido; 4) construir uma direção coletiva dos organismos dirigentes centrais do partido; 5) aumentar a presença dos militantes comunistas entre as diversas lutas parciais das massas trabalhadoras; 6) desenvolver a autonomia executiva e a iniciativa dos dirigentes que compõem o aparelho partidário; e 7) intensificar a preparação para a luta clandestina, mantendo e ampliando o contato com as massas (Gramsci, 2004b, p.354-5).

O quarto e último ponto do processo de “bolchevização” do PCI defendido por Gramsci aborda o processo de definição da tática e da estratégia pelo Partido Comunista. Também nesse quesito, trata-se de substituir a elaboração da tática “com base em preocupações formalistas”, como ocorria sob a hegemonia da concepção esquerdista de Bordiga, pela sua determinação “em função das situações objetivas e da posição das massas” (Gramsci, 2004b, p.345). Contudo, é esse último ponto dentre os quatro indicados por Gramsci como definidores da identidade comunista da organização proletária que permite a reconstrução de sua teoria do partido, situando-a no quadro geral da elaboração política desenvolvida nesse período.

Como já adiantado, a álgebra gramsciana da revolução impõe como tarefa primordial a unificação dos sujeitos políticos revolucionários identificados concretamente na formação social italiana: o proletariado industrial e rural e o campesinato do Sul e das Ilhas. Assim, a conquista da maioria da população trabalhadora da Itália, organizada e unificada em torno da vanguarda comunista, proporcionará a acumulação de forças necessária para desencadear o assalto ao Estado burguês. É aqui que o partido tem seu papel: o Partido Comunista é a forma de organização própria do proletariado revolucionário, estruturado de modo compacto e centralizado, cuja função consiste no deslocamento da correlação de forças da luta de classe no sentido de favorecer a classe operária e seus aliados na conquista do poder e na construção de um Estado de transição. Somente com o estabelecimento da estratégia e da tática adequadas, determinadas pela análise da correlação de forças entre as classes sociais antagônicas fundamentais e pela investigação da conjuntura política imposta pelas situações objetivas, é que o partido poderá de fato liderar a classe operária e definir o momento mais adequado de sua intervenção, unificando os objetivos históricos finais com a luta política cotidiana das classes populares (Gramsci, 2004b, p.356).

A questão tática e estratégica é importante porque coloca o problema fundamental da direção da classe operária e de seus aliados pelo partido revolucionário. O partido não dirige a classe “através de uma imposição autoritária vinda de fora”, reivindicando, de modo formal, que ele é “o órgão revolucionário desta classe” (Gramsci, 2004b, p.356), e que a classe deve automaticamente aceitar a sua liderança, como concebia a extrema esquerda bordiguista. O partido revolucionário só pode conquistar a legitimidade de dirigir a classe operária, na medida em que ele,

[...] “efetivamente” se revele capaz – enquanto parte da classe operária – de se ligar a todos os segmentos de tal classe e de imprimir à massa um movimento na direção desejada e que encontre res-

paldo nas condições objetivas. Somente em consequência de sua ação entre as massas é que o Partido poderá fazer com que essas o reconheçam como “seu” partido (conquista da maioria); e somente quando tal condição se efetivar é que o Partido pode presumir que está sendo seguido pela classe operária. (Gramsci, 2004b, p.356)

Consequentemente, a eficácia na aplicação da estratégia revolucionária do Partido Comunista tem como pressuposto fundamental a fusão orgânica da vanguarda comunista com o conjunto da classe operária. Entretanto, como o Partido Comunista pode conciliar o seu caráter de vanguarda com o de massa exigido pela salvação da eficácia de sua intervenção política? A resposta, como já sugerida pela argumentação precedente, reside na concepção gramsciana do significado de vanguarda. Pois, como mencionamos, Gramsci concebe o partido revolucionário como a vanguarda proletária organizada em Partido Comunista. Todavia, Gramsci não apreende o conceito de vanguarda no sentido elitista (como é próprio do substitucionismo de Bordiga, e nisso ele se aproxima de Rosa Luxemburgo), como um grupo restrito de revolucionários isolados que age em nome da classe, mas como uma parte essencial da classe e estreitamente vinculada a ela, cuja diferenciação em relação a essa é exclusivamente técnica.

A concepção de partido desenvolvida por Gramsci resolve essa aparente contradição. O Partido Comunista gramsciano é um partido de massa<sup>19</sup> em virtude de sua estrutura organizativa e de seu mecanismo de inclusão de membros (isto é, à seleção democrática e não oligárquica dos grupos dirigentes e à preocupação tendencial de incluir o maior número possível de operários em suas fileiras, a fim de educá-los politicamente para a construção de um novo

---

19. Buscando uma classificação rigorosa, poderíamos dizer que é um partido tendencialmente de massa, já que os verdadeiros partidos de massa só se constituem efetivamente após o fim da Segunda Guerra Mundial.

Estado).<sup>20</sup> Mas é também um partido de vanguarda, na medida em que “produz” ou “elabora” os intelectuais, extraídos da própria massa operária, encarregados de desenvolver a consciência antagônica do proletariado e de liderá-lo no levante revolucionário. Em suma, é um partido que congrega elementos típicos de um partido de massa (na medida em que tende a absorver o conjunto da classe operária) com elementos característicos de um partido de vanguarda (pois pretende liderar a classe operária, antecipando e dirigindo o movimento espontâneo das massas). Infelizmente, o desenvolvimento orgânico da teoria gramsciana do partido revolucionário sofre um profundo revés no final de 1926, a partir de sua prisão pela polícia fascista.

---

20. Sobre a distinção entre partidos de quadros (vanguarda) e partidos de massa, conferir Duverger (1980, p.99-107).



## 3

# GRAMSCI E O “MODERNO PRÍNCIPE”: A CONFORMAÇÃO DEFINITIVA DA TEORIA DO PARTIDO NOS *CADERNOS DO CÁRCERE*

### 3.1 A especificidade da teoria do partido nos *Cadernos do cárcere*

A prisão de Antonio Gramsci, então deputado e secretário-geral do Partido Comunista Italiano, em 8 de novembro de 1926, demarca uma mudança radical em sua vida. Acusado pelo Tribunal Especial – instituição criada pelo regime fascista para perseguir e sentenciar seus opositores – de atentar contra a segurança do Estado, em 4 de junho de 1928, quase dois anos após sua prisão, Gramsci foi condenado a 20 anos, 4 meses e cinco dias de detenção.<sup>1</sup> Ele não chegou a cumprir todo esse tempo de encarceramento, como pretendiam as autoridades judiciárias fascistas, mas durante cerca de dez anos sofreu de sofrimentos atrozmente impostos pelas adversidades do confinamento nas masmorras de Mussolini. Infelizmente, por uma dessas incríveis ironias do destino, no exato momento em que Gramsci consegue enfim sua libertação definitiva, suas condições de saúde atingem o colapso final. Ele morre em 27 de abril de 1937, poucos dias depois de readquirir a liberdade plena, com apenas 46 anos de idade, sem se dar conta de que a reflexão que

---

1. Fiori (1979), Lajolo (1982), Lepre (2001).

desenvolvera na prisão se transformaria num dos mais importantes capítulos da refundação comunista do século XX.

Após sua prisão, instantaneamente privado da capacidade de intervenção política e ainda não inteiramente consciente da dramaticidade de sua situação, parece que somente aos poucos Gramsci foi se dando conta da tragédia que se abatera sobre ele. Assim, a conscientização sobre sua difícil condição pessoal progride concomitantemente com seu reconhecimento de que o Estado fascista italiano faria de tudo para afastá-lo – juntamente com outros membros da direção do PCI, presos também naquele momento – de qualquer atividade política de resistência à consolidação da ditadura mussoliniana na Itália. Porém, mesmo em Ustica, colônia penal para a qual fora inicialmente enviado, logo que promulgada sua primeira condenação, antes daquela definitiva de 1928, ele já se preocupava em exercer alguma atividade útil visando ocupar o tempo inativo. É assim que, ao lado de Amadeo Bordiga e de outros companheiros também segregados na ilha, Gramsci ocupa o tempo livre organizando e ministrando cursos de formação para os prisioneiros comuns. Exercer alguma atividade produtiva lhe parecia então vital para preservar o equilíbrio emocional e moral necessário para enfrentar as tribulações do confinamento. Contudo, essa situação relativamente tranquila de Ustica – se é que assim podemos qualificar o desterro, pois os condenados não viviam reclusos em celas, mas dispersos pela ilha – logo acabará.

Já em 14 de janeiro de 1927, apenas cerca de dois meses após sua prisão, o juiz do Tribunal Militar reabre o processo contra Gramsci, emitindo o mandado de prisão que obriga a sua transferência para Milão, de onde acompanhará como réu o desenrolar dos processos. Portanto, é a partir desse momento, após sua reclusão ao cárcere de San Vittore – onde chega somente em 7 de fevereiro, depois de uma sofrida viagem de transferência e já profundamente convencido de que seu período de detenção seria muito mais longo do que inicialmente esperara – que Gramsci começa a amadurecer um plano de pesquisa que possa absorver suas



energias ociosas no tempo em que ficasse encarcerado. Podemos conjecturar que esse plano de pesquisa projetado por Gramsci comportava dois objetivos principais. O primeiro deles, de cunho mais imediato, era fornecer um expediente para resistir à brutalização da vida no cárcere, transformando o trabalho intelectual num antídoto contra a desintegração moral imposta pelo isolamento e pela rotina maquinal do ambiente prisional. O segundo objetivo, diretamente vinculado à sua decisão de permanecer politicamente ativo mesmo submetido à sujeição física pelo fascismo, era aprofundar a compreensão da derrota sofrida pelo movimento operário na Itália (e, por extensão, na Europa ocidental), incorporando polemicamente os novos desenvolvimentos filosóficos da época e trazendo o marxismo para as condições históricas de meados da primeira metade do século XX.

Todavia, dado o caráter antidogmático da atualização da "filosofia da práxis" pretendida por Gramsci, uma imposição metodológica se estabeleceu desde o início: o seu projeto reflexivo exigia uma interlocução crítica em duas frentes distintas. A primeira, impunha a assimilação dos desenvolvimentos teóricos e práticos introduzidos pelo movimento comunista internacional, especialmente da herança política leniniana, mas também daquela legada pelo grupo dirigente da Internacional Comunista. A segunda frente exigia a apropriação crítica das mais importantes aquisições da filosofia burguesa contemporânea, notadamente daquelas correntes que dialogaram com o pensamento marxista, sempre que essas aquisições contribuíssem para aprofundar a autossuficiência ideológica do marxismo. Por conseguinte, tal projeto exigia um diálogo profundo não só com a tradição marxista oficial que se constituiu nos marcos teóricos da Terceira Internacional (necessária, mas não suficiente), mas também com os mais proeminentes críticos vinculados ao movimento de revisão do marxismo, seja à direita com Benedetto Croce, seja à esquerda com Georges Sorel. A riqueza teórica da reflexão carcerária, mas também parte da ambiguidade semântica de alguns de seus conceitos centrais decorre diretamente dessa gênese

híbrida, além, evidentemente, da fragmentação da estrutura material do texto.

O primeiro esboço de seu plano de pesquisa foi comunicado a Tatiana em 19 de março de 1927, do cárcere de San Vittore, em uma carta na qual Gramsci estabelece algumas diretrizes teórico-medológicas que deveriam guiar sua projetada reflexão e apresenta os primeiros elementos temáticos que despertaram o seu interesse de estudo (Gramsci, 2005a, p.127-31). Como em Ustica, a preocupação vital de Gramsci, agora mais do que antes, diante da perspectiva de um longo período de encarceramento, é criar uma rotina de trabalho intelectual que lhe permita resistir aos padecimentos do aprisionamento através de uma rigorosa disciplina de leituras e de reflexão.

É interessante notar que mesmo nesse primeiro esboço de projeto de trabalho – ainda que reconhecido seu caráter preliminar, de primeira aproximação, pois esse plano será reiteradamente modificado até atingir a sua conformação definitiva<sup>2</sup> – já podemos identificar algumas características essenciais que configurarão a extrema originalidade da reflexão presente nos *Cadernos do cárcere*. No conjunto da carta supracitada podemos antever não só o estatuto filosófico rigoroso e antissectário que Gramsci pretendia impor à sua reflexão carcerária, mas podemos identificar também o eixo

---

2. O processo de definição do conteúdo temático dos *Cadernos do cárcere* pode ser rastreado pelas quatro delimitações exploradas até a consecução final deixada por Gramsci: 1) o elenco de quatro temas aparece na carta de 19 de março de 1927 (Gramsci, 2005a, p.127-31), que contém o primeiro esboço de plano proposto; 2) uma redefinição desse plano inicial, datada de 8 de fevereiro de 1929 e acrescida de outros 12 temas é apresentada na abertura do *Caderno 1*, redigido entre 1929 e 1930 (Gramsci, 2001, p.5); 3) o plano é novamente submetido a Tatiana, numa carta de 25 de março de 1929 (Gramsci, 2005a, p.328-32), na qual os diversos temas singulares são englobados em três grandes temáticas gerais e, finalmente, 4) a demarcação definitiva, que mais se aproxima do conteúdo temático efetivo presente na materialidade dos *Cadernos do cárcere* é expresso na abertura do *Caderno 8*, onde Gramsci reagrupa os diversos assuntos aventados nas dez temáticas realmente abordadas por ele (Gramsci, 2001, p.935-6).

principal em torno do qual os principais elementos temáticos constitutivos dos *Cadernos* seriam abordados por ele, apesar do caráter aproximativo da enunciação desse primeiro plano de trabalho.

Em primeiro lugar, Gramsci deixa bastante claro que lhe interessa ir além de suas intervenções jornalísticas anteriores, abordando as questões propostas a partir de uma perspectiva mais universal e cientificamente acurada. Ou seja, tratava-se, segundo as palavras do próprio Gramsci, de produzir “algo *für ewing*”, em oposição a uma reflexão circunstancial e polêmica, inerente ao jornalismo militante, que ele tão bem desenvolvera nas páginas de *L’Ordine Nuovo* e de *L’Unità*. Por outro lado, e esse é o segundo ponto inovador da reflexão carcerária destacado pela carta, Gramsci sinaliza também a mudança no recorte histórico que vinha utilizando até meados de 1926 para investigar a formação social italiana, com exceção talvez do último texto mais importante produzido naquele ano (*A questão meridional*): a partir desse momento, a sua reflexão faria uma prospecção histórica mais profunda e de longo alcance, indo além da mera análise conjuntural, voltada para a ação política instrumental imediata, para apreender a conjuntura precisamente no âmbito de sua determinação histórica imanente. O que exigiria um estudo em profundidade da formação do Estado nacional italiano, de suas características distintivas, da constituição de suas classes sociais fundamentais, do papel da Igreja na política interna da península, da permanência da questão meridional, etc. até chegar aos acontecimentos contemporâneos, envolvidos na ascensão e consolidação da ditadura fascista. Sem contar que o eixo temático principal dos *Cadernos do cárcere*, progressivamente firmado ao longo do tempo, já se deixa pressentir nos quatro temas apresentados na carta de 1927, pois todos eles (a pesquisa sobre os intelectuais italianos, o estudo de Linguística Comparada, o estudo sobre o teatro de Pirandello e a investigação sobre os romances de folhetim) absorvem em si a exigência do desenvolvimento do conceito de hegemonia, elemento central da nova arquitetura conceitual que será construída durante a reflexão carcerária.

No entanto, se, por um lado, Gramsci inova na metodologia utilizada em sua reflexão carcerária, por outro, é claramente perceptível a persistência ou continuidade de alguns temas já abordados em seus escritos pré-carcerários, notadamente nos textos redigidos pouco antes de sua prisão. Basta lembrar a centralidade do papel dos intelectuais meridionais na manutenção do bloco de poder do *Mezzogiorno*, tema já abordado em seu ensaio inacabado de 1926 sobre a questão meridional, e novamente retomado na reflexão carcerária. Porém, nos *Cadernos do cárcere* essa reflexão é amplamente expandida, incorporando a investigação sobre as causas da derrota proletária no Ocidente e sobre o papel dos intelectuais na produção do consenso popular em torno da defesa do Estado burguês. No cárcere, Gramsci finalmente reconhecera em toda a plenitude a intuição de Lênin, manifesta desde 1921, de que a primeira onda da revolução socialista internacional que se desdobrou da vitória bolchevique de outubro de 1917 havia se esgotado. Essa constatação, que vinha maturando desde meados de 1926, quando Gramsci reconhece que, no Ocidente, o Estado capitalista tinha reservas de forças que não existiam na Rússia, colocando explicitamente a questão da hegemonia do proletariado sobre as classes populares como pressuposto da ruptura revolucionária (*Alguns temas da questão meridional*) (Gramsci, 2004b, p.378), completa-se nos *Cadernos do cárcere*, com ele vendo o aprimoramento da investigação sobre essa distinção como pressuposto fulcral da correção da estratégia de assalto direto ao poder de Estado cuja aplicação até então só resultara em derrotas.

Destarte, “sem ter abandonado a linha de reflexão e pesquisa originada nos seus tempos de expoente na direção política do comunismo italiano e internacional” (Del Roio, 2005, p.186), nas difíceis e inadequadas condições da prisão, Gramsci procura elaborar os instrumentos conceituais capazes de corrigir os erros táticos e estratégicos responsáveis pelo refluxo da revolução socialista no Ocidente. Porém, vai muito além, fornecendo ainda os fundamentos teóricos capazes de recuperar o protagonismo político do proletariado no contexto histórico mundial da luta de classes que então se abria, marcado pelas transformações no mundo da produção e

pela configuração de uma nova composição da classe operária. Nesse entretempo, entre o fim dos anos 1920 e meados dos anos 1930, Gramsci percebe de modo bastante acurado que o capitalismo, apesar da crise de hegemonia experimentada nos anos que se seguiram ao fim da Primeira Guerra Mundial, longe de padecer de uma crise catastrófica terminal (embora novamente aparente durante a grande depressão de 1929-1930), ainda tem potencial para posteriores desenvolvimentos técnicos e organizativos, cujos indícios transparecem na reorganização fordista do processo de produção na América e na introdução de mecanismos de planejamento na economia corporativa sob a égide fascista. Essa reestruturação do processo produtivo e suas conseqüentes exigências de reformulação da subjetividade operária alteravam drasticamente as condições da luta política, já que apontavam para uma possível mutação da arte política que se configuraria com a constituição da sociedade de massa, seja na vertente do “americanismo”, seja na do fascismo.

Com efeito, partindo de suas leituras anteriores e contando com os recursos limitados de sua biblioteca carcerária,<sup>3</sup> mas valendo-se sobretudo de sua experiência política prática adquirida durante os anos de militância – primeiro, como polemista da imprensa operária; depois, como dirigente do PCI e como seu representante junto à IC, conhecendo *in loco* as dificuldades da transição socialista na Rússia –, Gramsci propõe-se a realizar um estudo aprofundado sobre as causas da derrota da revolução socialista no Ocidente. Assim, durante o seu encarceramento, mais precisamente a partir do início de 1929, que é quando Gramsci obtém autorização para ler e escrever, até por volta de 1935, ele preenche 33 cadernos escolares fornecidos pela prisão com apontamentos críticos que compõem efetivamente os *Cadernos do cárcere*.<sup>4</sup> Desses

---

3. Sobre a biblioteca carcerária de Gramsci, conferir Secco (2006, p.106-28).

4. As informações fornecidas aqui podem ser conferidas no *Prefácio*, de Valentino Gerratana ao primeiro volume da edição crítica dos *Cadernos do cárcere* (Gramsci, 2001, v.I, p.XI-XLII) e no aparato crítico fornecido no quarto volume, inteiramente dedicado a uma descrição dos diversos cadernos, de seu contexto técnico de produção (interlocutores, bibliografia utilizada, etc.), etc.

33 cadernos, que na edição crítica, incluindo apenas extratos dos exercícios de tradução, totalizam 2.362 páginas impressas (só do texto gramsciano, sem contar o aparato crítico presente no quarto volume), 29 são dedicados exclusivamente às notas reflexivas de Gramsci, enquanto os quatro cadernos restantes foram preenchidos com exercícios de tradução. É o conjunto das notas reflexivas distribuídas pelos 29 cadernos, divididos pelo próprio Gramsci em “cadernos miscelâneos” e “cadernos especiais”, que nos interessam efetivamente. Pois é neles que se encontra a versão final da elaboração política de Gramsci, caracterizada agora, em função de sua detenção, pela predominância da autonomia teórica, em oposição à reflexão pré-carcerária, voltada para a práxis política imediata.

Entretanto, esse novo desenvolvimento da elaboração política gramsciana toma forma nos quadros de uma profunda refundação da teoria marxista, caracterizada pela apropriação crítica de suas fontes formadoras e pela reformulação radical do conteúdo original de algumas das fórmulas conceituais desenvolvidas por esses autores. Desse modo, os mais elevados desenvolvimentos teóricos e conceituais da filosofia contemporânea a Gramsci são apropriados e integrados criticamente ao campo cognoscitivo da filosofia da práxis, instituindo assim um original léxico conceitual capaz de fundamentar a estratégia revolucionária exigida pela nova configuração das forças políticas no cenário internacional, marcada pelo isolamento da revolução socialista na Rússia e pela retomada do desenvolvimento econômico no mundo capitalista. Essa refundação do marxismo era necessária não somente para apreender a distinção político-social do Estado liberal no Ocidente, como também para superar a regressão

---

(Gramsci, 2001, v.IV). Para uma exposição mais detalhada da preparação da edição crítica, com a conseqüente discussão sobre os procedimentos de datação dos cadernos singulares deixados por Gramsci, conferir ainda Gerratana, 1997. No Brasil, como obra de maior fôlego na elucidação do trabalho de composição dos *Cadernos*, abordando de modo rigoroso o desenvolvimento filológico de seus conceitos centrais, indicamos o excelente estudo de Álvaro Bianchi (2008).

teórica do marxismo soviético, já inegável para Gramsci desde meados de 1929, nos desdobramentos políticos decorrentes da virada à esquerda da IC, com o abandono da tática da frente única por Stálin e a consequente substituição da análise política rigorosa pela leitura dogmática da realidade, como fica evidente na caracterização da social-democracia como “ala esquerda do fascismo” e na defesa da iminência da retomada da revolução proletária na Europa.

Dessa forma, em virtude dos percalços trágicos de sua história pessoal, os *Cadernos do cárcere* representam a conformação definitiva ou o desenvolvimento final da elaboração política de Antonio Gramsci, apesar de seu caráter inacabado ou de seu *status* de *work in progress*. E isso num sentido duplo: constituem-se no seu testamento político, pois registram, certamente com algumas ambiguidades, advindas da necessidade de burlar a censura carcerária e de preservar os atores políticos reais aos quais se refere cripticamente no texto, o resumo sintético de suas opiniões e posições sobre a luta política no estágio final de sua vida (no período de ascensão do stalinismo); porém, mais importante ainda, representam também o coroamento de sua elaboração política, o momento mais alto e criativo da nova síntese teórica que Gramsci vinha gestando desde sua integração ao movimento de refundação comunista. Embora a originalidade de sua apropriação do pensamento marxista já fosse evidente desde o período inicial de sua formação política, em função de sua recusa intransigente do determinismo economicista e da defesa de uma cisão radical com a institucionalidade burguesa como pressuposto da revolução social, somente nos escritos carcerários a renovação teórica do marxismo produzida por Gramsci aparece em sua versão conclusiva.

Em igual medida, o mesmo pode ser dito de sua teoria do partido revolucionário. É somente nos *Cadernos do cárcere*, com a proposição da forma política cristalizada no “moderno Príncipe”, que sua concepção organizativa atinge a conformação definitiva. Contudo, conforme vimos na seção 1.4, na qual estabelecemos os pressupostos da abordagem metodológica do presente estudo, existe um

aspecto problemático na teoria do partido presente nos *Cadernos*: lá não existe uma teoria sistemática, explícita, expressa formalmente, mas uma teoria tácita, que precisa ser extraída de suas indicações fragmentárias. Consequentemente, antes de procedermos à exposição dessa teoria, precisamos resolver ainda duas questões adicionais. A primeira delas é estabelecer o tipo de relação que existe entre a teoria do partido presente nos *Cadernos do cárcere* e aquela que vinha sendo elaborada por Gramsci antes de sua prisão em novembro de 1926, cuja formulação mais coerente é apresentada nas “Teses de Lyon”.<sup>5</sup> A resposta à segunda questão exige indicar a forma mais adequada de exposição de uma formulação assistemática, mais implícita do que explícita, umbilicalmente fundida ao novo instrumental conceitual criado pelo autor, como é aquela da concepção de partido presente nos *Cadernos do cárcere*.

Com efeito, se perdermos de vista a continuidade entre a práxis política anterior e a reflexão teórica carcerária, entre a vida e a obra de Gramsci, corremos o sério risco de naufragar no *subjetivismo interpretativo*, identificando nas formulações gramscianas dos *Cadernos do cárcere* um modelo de partido inefável e abstrato que

---

5. Estabelecer o tipo de relação existente entre os escritos pré-carcerários e os *Cadernos* é também vital para a própria interpretação geral do pensamento gramsciano, não só de sua teoria do partido político. No entanto, essa é uma das questões mais polêmicas entre os estudiosos de Gramsci. No limite, existiriam duas posições extremas: a primeira calcada na defesa da ruptura epistemológica (como já indicado anteriormente) e a segunda na superação dialética da reflexão juvenil nos escritos carcerários, sem contar as inúmeras variantes intermediárias. É também evidente que a adoção da primeira posição pode se prestar, e tem se prestado ao longo do tempo, a uma operação de pasteurização do pensamento de Gramsci, cindindo a sua obra de maturidade de seu *ethos* político original. É nessa senda que se estabeleceram todas as leituras reformistas passadas ou presentes, além daquelas *liberalizantes* características de algumas interpretações contemporâneas. Portanto, como já declaramos explicitamente, partimos da perspectiva de uma continuidade, através da superação dialética (via conservação/superação), que mantém e eleva as aquisições anteriores numa nova síntese integradora.



romperia de forma absoluta com suas concepções anteriores.<sup>6</sup> É bem verdade que, nos *Cadernos do cárcere*, Gramsci substituiu a abordagem anterior do partido revolucionário a partir da perspectiva organizativa que caracteriza o desenvolvimento de sua concepção partidária no período imediatamente anterior ao encarceramento, e adota uma perspectiva histórico-política: isto é, o foco de investigação é transferido da questão organizativa *stricto sensu* para a função histórica a ser desempenhada pelo partido nas complexas condições do processo revolucionário nas sociedades modernas do Ocidente.

Assim, as questões mais diretamente organizativas (a forma ou o modelo indicado para a organização partidária), delineadas nas elaborações teóricas e experiências práticas do período pré-carcerário, perdem precedência diante do destaque das tarefas político-culturais e das novas exigências estratégicas endereçadas ao "moderno Príncipe". A própria metáfora utilizada por Gramsci, que vai buscar no príncipe-*condottiere* de Maquiavel a imagem simbólica adequada para indicar o conteúdo programático do partido revolucionário, demonstra precisamente esse novo recorte analítico. A relação imagética entre o príncipe-*condottiere* e o partido-príncipe deriva do fato de ambos, apesar de suas inúmeras distinções amplamente evidenciadas nos *Cadernos*, partilharem a função histórica de construtores de *nuovi ordini e modi*: o príncipe-

---

6. Com raríssimas exceções, essa é uma tendência majoritária entre os poucos estudos gramscianos que se seguiram à queda do Muro de Berlim e à desintegração da União Soviética que ainda se colocam como objetivo a reconstrução da teoria do partido nos *Cadernos do cárcere*. Infelizmente, essa propensão da crítica gramsciana contemporânea não poupa nem mesmo alguns autores vinculados à leitura filológica da obra de Gramsci, que acabam sendo envolvidos pela sanha desconstrucionista em voga ultimamente na Ciência Política. Sobre essa questão, conferir a recente obra de Fabio Frosini (2010, p.241-327), cujo capítulo intitulado "La strategia del 'moderno Principe' dalla Riforma alla 'riforma intellettuale'" acaba por dissolver completamente o *ethos* político original gramsciano numa verdadeira pasteurização ao melhor estilo pós-moderno.

-*condottiere* como configurador do Estado unificado (embrião político da construção da civilização burguesa) e o partido-príncipe como artífice da hegemonia proletária (fundamento político-cultural da “sociedade regulada”). No entanto, mesmo essa mudança de foco na abordagem da questão do partido não representa nenhum corte substantivo no desenvolvimento orgânico de sua elaboração teórica precedente, mas simplesmente a adoção de uma perspectiva metodológica mais adequada ao novo enquadramento prospectivo instaurado nos escritos carcerários.

De modo que podemos concluir que não existe nenhum antagonismo entre suas formulações pré-carcerárias sobre o partido e aquelas desenvolvidas no cárcere; pelo contrário, o que se observa é uma relação de superação dialética, marcada pela assimilação das contribuições bolcheviques, mas também pela incorporação do conhecimento sobre a questão partidária disponibilizado pela Ciência Política europeia dos anos 1920. Ou seja, além da interlocução direta com as formulações leninianas e com aquelas posteriormente desenvolvidas pela IC, são também claramente perceptíveis nas páginas dos *Cadernos* dedicadas ao fenômeno partidário os ecos da interlocução crítica travada com a sociologia elitista do partido político (especialmente com Michels e, por intermédio deste, com Weber; mas também, de modo incidental, com Mosca e Pareto).<sup>7</sup> Em grande medida, é graças a esse *approach* crítico e não sectário que Gramsci conseguiu integrar dialeticamente a sua teorização sobre o partido político, unificando sua elaboração pré-carcerária com a carcerária, produzindo uma nova concepção de organização que se destaca como uma das mais originais dentro da tradição marxista. Podemos então dizer que, nos *Cadernos do cárcere*, a teoria do partido desenvolvida até o momento de sua prisão é submetida a um processo orgânico de ampliação, que abarca e transcende a primeira elaboração, resultando em sua superação dialética: a riqueza do instrumental analítico forjado por Gramsci nos es-

---

7. Sobre a interlocução estabelecida por Gramsci com os elitistas nos *Cadernos do cárcere*, conferir Sola (2001, p.27-49).

critos carcerários eleva a teoria do partido desenvolvida anteriormente a novos patamares, traduzindo-a no novo universo da intrincada e complexa rede conceitual da “filosofia da práxis” apresentada nos *Cadernos*.

Isso nos leva ao segundo problema anunciado anteriormente: encontrar uma forma adequada para expor a formulação fragmentária e assistemática da teoria do partido conforme esta se manifesta materialmente nos *Cadernos do cárcere*. Estabelecido que a conformação da teoria do partido revolucionário só se firma definitivamente nos *Cadernos*, e de que não há nenhuma cisão ou ruptura no conjunto de sua reflexão sobre a questão, resta instituir o modo mais adequado de abordar analiticamente a configuração dessa teoria. É bastante reconhecido que o desfecho da reflexão política gramsciana resulta na elaboração de novas categorias conceituais, como já sinalizamos, construídas a partir do acerto de contas com suas fontes formadoras e com sua experiência política prática, que lhe permitem apreender a complexa distinção do processo revolucionário no Ocidente. Como resultado disso, a teoria do partido presente nos *Cadernos do cárcere* aparece inextricavelmente articulada às novas categorias conceituais cunhadas por Gramsci para investigar a especificidade do processo revolucionário nos países capitalistas desenvolvidos: a versão conclusiva de sua teoria do partido não só expressa a refundação teórica do marxismo posta em marcha por Gramsci, mas se apresenta como uma refração direta do novo léxico conceitual construído nos *Cadernos*. A intertextualidade da escrita carcerária perpassa o novo aparato conceitual criando uma rede de conexões extremamente complexa que liquefaz o discurso linear fundindo a teoria do partido revolucionário, a investigação das transformações econômicas, sociais e políticas em curso nos anos 1930, a renovação epistemológica do marxismo e a proposição virtual de uma estratégia revolucionária indicada ao “moderno Príncipe”.

Por conseguinte, essa teoria só pode ser minimamente sistematizada se apreendida no contexto do arranjo teórico-conceitual desenvolvido por Gramsci em sua reflexão carcerária. A teoria do

partido, apesar de não inteiramente explicitada na materialidade da escrita gramsciana, está lá, conectada aos novos desenvolvimentos conceituais e indelevelmente fundamentada nas aquisições políticas do período pré-carcerário. Logo, a única possibilidade coerente de sua exposição analítica consiste em respeitar as suas características intrínsecas, adotando a estrutura lógica da argumentação de Gramsci e o campo semântico instaurado pelas novas categorias presentes na reflexão carcerária, para assim apresentá-la de modo o mais sistematizado possível. Essa é a única forma possível de tentar ordenar uma enunciação teórica que se manifesta sobretudo como uma *virtualidade*, já que difusamente distribuída entre as nuances conceituais do novo léxico teórico-político construído por Gramsci para identificar as determinações históricas da ação política nas sociedades modernas da Europa ocidental. Em suma, para se apreender essa teoria do partido, difusa na rede de conexões estabelecida entre os principais conceitos cunhados por Gramsci, torna-se necessário investigar o léxico conceitual original criado por ele para expressar sua teoria política.

### **3.2 A “ampliação” do Estado e a redefinição da teoria gramsciana do partido**

A conclusão da elaboração política de Antonio Gramsci nos escritos carcerários é marcada pela constatação de uma distinção político-social fundamental na dinâmica de funcionamento do poder nas sociedades capitalistas desenvolvidas. Essa percepção da diversidade da estruturação do poder nas sociedades modernas, já sentida desde pouco antes de sua prisão, quando Gramsci se dá conta da pronunciada capacidade de resistência do Estado capitalista às diversas tentativas de ataque frontal desferidas pela classe operária na Europa ocidental nos anos que sucedem o fim da Primeira Guerra Mundial, é minuciosamente investigada na reflexão desenvolvida nos *Cadernos do cárcere*.

O problema do desenvolvimento histórico desigual da configuração do poder nas sociedades capitalistas é então circunscrito por Gramsci através do recurso à metáfora geopolítica da contraposição entre Oriente e Ocidente: esse contraste – de fundo aparentemente geográfico, porém de natureza essencialmente histórica – serve para indicar precisas determinações políticas que caracterizam o desenvolvimento das sociedades capitalistas modernas diante daquelas mais “atrasadas” ou menos complexas. O resultado mais palpável dessa distinção é a identificação de uma nova morfologia do Estado capitalista, denominada por Gramsci de “Estado integral” (Gramsci, 2001, p.691), formulação que, a partir da segunda metade dos anos 1970, após a publicação do estudo de Christinne Buci-Glucksmann (1980), ficará amplamente conhecida pela expressão de “Estado ampliado”. O conceito de “Estado ampliado” não só conforma toda a reflexão política gramsciana nos *Cadernos*, fornecendo, inclusive, os fundamentos materiais de sua concepção de hegemonia (o “Estado ampliado” constitui-se na materialidade institucional que torna possível o exercício da hegemonia), como redefine profundamente sua teoria do partido revolucionário,<sup>8</sup> incidindo diretamente sobre a função do partido, sobre a sua forma de organização e sobre a estratégia revolucionária mais adequada a ser adotada pelo partido em consonância com as determinações históricas vigentes nos países capitalistas desenvolvidos do Ocidente. Consequentemente, nossa proposta de sistematização da teoria do partido presente nos *Cadernos do cárcere* deve partir necessariamente da compreensão preliminar desse conceito fundamental.

---

8. Anne Showstack Sasson (1987, p.110) parece ter sido a primeira a reivindicar a necessidade metodológica de tomar o conceito de “Estado ampliado” como base para a apreensão da teoria do partido revolucionário nos *Cadernos do cárcere*: “Apenas tomando o Estado [‘Estado ampliado’] como ponto de partida [...] é que o inteiro alcance dos conceitos presentes nos *Cadernos do cárcere* pode ser apreciado. Em particular, com relação ao partido, sua própria tarefa e, portanto, sua forma e modo de funcionamento, dependem de modo direto da visão de Gramsci da natureza do Estado e, por extensão, da natureza da luta política”.

Contudo, essa tarefa de elucidação do conceito de “Estado ampliado” não é tão simples como pode parecer à primeira vista, já que exige superar antes algumas dificuldades de ordem semântica e outras de ordem polêmica. A primeira dificuldade, de natureza semântica, origina-se da profunda reformulação instituída por Gramsci no conteúdo do conceito de “sociedade civil”, que, na articulação dialética com seu duplo especular, aquele de “sociedade política”, serve para compor a concepção dialética de “Estado ampliado”. Como se sabe, nos *Cadernos do cárcere*, visando à assimilação conceitual das novas determinações históricas do Estado moderno, que unificam coerção e consenso, Gramsci acabou por subverter completamente o conceito tradicional de “sociedade civil” como este vinha sendo utilizado pela filosofia política nas suas duas principais acepções dominantes até o início do século XX.

Desde Hegel que a expressão “sociedade civil” deixara de indicar o Estado ou sociedade política, como era comum à filosofia política desde o Renascimento, para designar a esfera da sociedade pré-estatal. Como Hegel deixa claro na *Filosofia do Direito*, a sociedade civil compreende o elemento intermediário, localizado entre a família e o Estado, constituído pelo “sistema de carecimentos” e pelo sistema de regulação jurídica da produção.<sup>9</sup> É a partir de Hegel que Marx desenvolve a sua reformulação, na qual a sociedade civil passa a denotar a estrutura da sociedade, compreendida pelo conjunto formado pela produção da vida material (economia). No entanto, em Gramsci, em razão da especificidade de seu objetivo, que não é investigar a dinâmica de causalidade do processo histórico (já tida como definitivamente estabelecida pela elaboração teórica marxiana), mas sim a nova morfologia do Estado capitalista, a expressão “sociedade civil” não nomeia mais o “sistema de carecimentos” e de sua regulação, como em Hegel, nem a estrutura de

---

9. Hegel, 2010. A definição de sociedade civil, que por opção dos tradutores foi vertida nessa tradução como sociedade civil-burguesa, é fornecida no parágrafo 188, p.193.

produção da vida material, como em Marx, mas uma nova esfera superestrutural de produção do consenso típica do Estado capitalista do século XX.

Essa dificuldade é ainda agravada pela existência de polissemia na própria utilização do conceito de sociedade civil no interior dos *Cadernos*, empregado ora num sentido mais próximo daquele utilizado por Marx, ora no sentido original da acepção cunhada por Gramsci em função do aperfeiçoamento da teoria marxista do Estado: nos *Cadernos* aparecem duas acepções distintas da expressão, uma de natureza estrutural (minoritária e circunstancial), que equipara a sociedade civil à base econômica, e outra de natureza política ou superestrutural (predominante), sendo que a segunda acepção firma-se a partir do *Caderno 6*, quando Gramsci estabelece definitivamente o novo conteúdo do conceito, que passa a indicar o conjunto dos organismos aparentemente privados de hegemonia que, juntamente com a “sociedade política”, constitui o “Estado ampliado” ou “Estado em sentido amplo”.

Essa primeira dificuldade semântica na elucidação da concepção gramsciana de “Estado ampliado” só pode ser superada pela apreensão rigorosa do processo filológico de constituição do conceito no pensamento de Gramsci, acompanhando a sua conformação à medida que esta se fixa progressivamente nos *Cadernos do cárcere*. Começemos por estabelecer primeiro os contornos definidores do conceito de “Estado ampliado” na reflexão de Gramsci para, em seguida, analisarmos as consequências políticas da “leitura hegemônica” atualmente em voga. Essa “depuração” conceitual é necessária para então avaliarmos as influências diretas do diagnóstico gramsciano da nova configuração do poder no Estado moderno na redefinição da teoria do partido nos *Cadernos do cárcere*.

A reconstrução filológica do conceito de “Estado ampliado” feita por Guido Liguori (2007, p.13-4) parte da identificação prévia do conteúdo da ampliação do Estado indicada pela fórmula gramsciana: esta designa uma crescente intervenção do Estado na economia e, ao mesmo tempo, sublinha uma modificação na morfologia

do Estado, decorrente da instauração de um equilíbrio entre “sociedade política” e “sociedade civil” (entendida no sentido gramsciano) distinto daquele que prevalecia durante a vigência do capitalismo concorrencial de meados do século XIX, que ampliaria as funções meramente coercitivas do Estado, para incluir também entre estas aquela de construção ativa do consenso e de regulação hegemônica da vida social. Não obstante, foi o segundo elemento da ampliação do Estado assinalado por Liguori que exerceu maior influência na reconfiguração do exercício do poder nas sociedades capitalistas modernas. E, ao que tudo indica, foi também a percepção dessa mutação a principal responsável pelo esforço despendido por Gramsci ao longo dos *Cadernos do cárcere* para atualizar a teoria marxista do Estado, traduzindo-a para as novas condições sociopolíticas vigentes na Europa ocidental. As transformações históricas que levaram a essas mutações na estrutura do Estado, iniciadas já a partir da segunda metade do século XIX, se aprofundam a partir do século XX, com a institucionalização da democracia parlamentar e a adoção do sufrágio universal, dando início ao período de consolidação madura da hegemonia burguesa sobre o conjunto das classes subalternas.

A insatisfação de Gramsci com as teorias restritivas e instrumentais do Estado disponíveis em sua época fica evidente desde o início de sua reflexão carcerária. A derrota proletária no Ocidente tornava insuficiente qualquer teoria unidimensional de Estado centrada exclusivamente sobre o fator coerção, que desconsiderasse o amplo desenvolvimento dos mecanismos de difusão do consenso que legitimavam o exercício do poder pela burguesia. O conceito de “Estado ampliado” surge precisamente como uma rejeição a essas teorias, buscando apreender progressivamente as novas determinações históricas que caracterizavam a morfologia do Estado no século XX.

A primeiríssima alusão de Gramsci a uma possível ampliação do Estado aparece já no parágrafo 47 do *Caderno 1*, cujo título é “Hegel e o associacionismo”. Nessa nota, após expor sua interpretação da doutrina de Hegel sobre as associações como trama “pri-



vada” do Estado, Gramsci apresenta a sua intuição inicial, que progressivamente se desdobraria na reformulação do conteúdo de sociedade civil e na proposição do conceito de “Estado ampliado”. Apesar de esses dois conceitos não constarem explicitamente no texto, o *insight* que levará ao seu desenvolvimento já se encontra presente, pelo menos *in nuce*:

A doutrina de Hegel sobre os partidos e as associações como trama “privada” do Estado. Esta derivou historicamente das experiências políticas da Revolução Francesa e devia servir para dar uma maior concretude ao constitucionalismo. *Governo com o consentimento dos governados*, mas com o consenso organizado, não genérico e vago como se afirma no momento das eleições: *o Estado detém e solicita o consenso, mas também “educa” este consenso através das associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados, deixados à iniciativa privada da classe dirigente.* (Gramsci, 2001, p.56, grifos nossos)

Como se pode ver, a parte destacada do texto gramsciano já sugere alguns elementos importantes que constituirão o conceito de “Estado ampliado”, cujo desenvolvimento pleno só ocorrerá posteriormente: 1) em primeiro lugar, destaca o processo de legitimação do governo exercido pela burguesia através de seu Estado (“Governo com o consentimento dos governados”), sublinhando o caráter ativo dessa legitimação, que tende a absorver o conjunto da sociedade; 2) em segundo lugar, enfatiza que, além de deter tal consenso, o Estado o educa e conforma utilizando os “organismos privados, deixados à iniciativa privada da classe dirigente”, organismos que, mais adiante, configurarão o conceito gramsciano de “sociedade civil” (entendida como local privilegiado de construção do consenso).

No entanto, os passos mais significativos na elaboração do conceito de “Estado ampliado” só ocorrerão no *Caderno 6*, que, segundo a datação da edição crítica de Gerratana, foi redigido entre 1930 e 1932. No parágrafo 10 desse *Caderno*, ao discutir polemica-

mente a intervenção de Croce na revista *Critica*, de 20 de novembro de 1930, sobre o valor da literatura de divulgação histórica, aparentemente uma questão secundária e circunstancial, Gramsci acaba por fornecer mais indicações sobre a ampliação do Estado. No meio de sua crítica ao posicionamento de Croce, referindo-se ao processo de construção da hegemonia burguesa, Gramsci afirma que a superação da crise de transição para o mundo moderno só foi alcançada com a Revolução Francesa, “[...] quando o grupo social que após o século XI foi a força motriz econômica da Europa pôde apresentar-se como ‘Estado’ integral, com todas as forças intelectuais e morais necessárias e suficientes para organizar uma sociedade completa e perfeita” (Gramsci, 2001, p.691). O que Gramsci parece querer indicar é que o desenvolvimento da hegemonia burguesa, após a conquista revolucionária do poder, impunha a necessidade de superar o domínio baseado meramente na coerção, lançando o programa de construção de um “‘Estado’ integral”, capaz de desenvolver os elementos intelectuais e morais que constituiriam a base da nova sociedade. Nesse sentido, foi dado um passo adiante no desenvolvimento do conceito de “Estado ampliado”, na medida em que Gramsci circunscreve a ampliação do Estado à superação dos interesses econômico-corporativos da classe progressiva.

A referência seguinte ao conceito de “Estado ampliado” surge no parágrafo 24 do mesmo *Caderno*, intitulado “Noções enciclopédicas. A sociedade civil”, no qual Gramsci se propõe a distinguir a sua concepção de sociedade civil daquela defendida pelos católicos. Ele começa por reconhecer a proximidade entre a concepção de sociedade civil predominante em suas notas (pelo menos a partir desse momento) e a de Hegel, dizendo que ambas aludem ao “[...] sentido de hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade, como conteúdo ético do Estado” (Gramsci, 2001, p.703). É preciso dizer que a reformulação do conceito de sociedade civil, que como vimos começa já no *Caderno 1*, somente agora adquire seus contornos definitivos: a sociedade civil não pode ser definida como a sociedade política ou o Estado, como querem os

católicos, nem tampouco como a sociedade econômica, acrescentamos, tendo em vista os objetivos específicos de Gramsci, mas compreende os organismos de “hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade”. Estava dado o passo decisivo em direção à elaboração do conceito de “Estado ampliado”.

Esse posicionamento é novamente reforçado no parágrafo 87, denominado “Armas e religião”. Novamente, o ponto de partida para a reflexão de Gramsci sobre a ampliação do Estado é o comentário casual da fórmula de Guicciardini da necessidade das armas e da religião na condução do Estado. Gramsci começa por propor outras variações da mesma fórmula, como “força e consenso, coerção e persuasão, Estado e Igreja, sociedade política e sociedade civil, política e moral (história ético-política de Croce), direito e liberdade [...]” (Gramsci, 2001, p.763). Contudo, dessa elucubração aparentemente fortuita, Gramsci conclui (reforçando o argumento adiantado no parágrafo 24) que a iniciativa dos jacobinos, através da instituição do culto do “Ser Supremo”, aparece, na verdade, “como uma tentativa de criar identidade entre Estado e sociedade civil, de unificar ditatorialmente os elementos constitutivos do Estado em sentido orgânico e mais amplo (Estado propriamente dito e sociedade civil)” (Gramsci, 2001, p.763) numa nova forma de Estado laico e autossuficiente. Em suma, o comentário da fórmula de Guicciardini serviu mais de suporte para a reflexão de Gramsci sobre a conformação do poder no Estado moderno do que para uma contemporização sobre a filosofia política renascentista, indicando que a afirmação histórica da burguesia exigiu construir uma estrutura de poder capaz de fundar a sua própria coerção no consenso ativo partilhado pelas classes subalternas hegemônicas. Assim, a experiência ditatorial dos jacobinos pode ser vista como a primeira tentativa histórica concreta de criação de um Estado ampliado, mesmo que *avant la lettre* e fundada na tentativa de fusão autotária entre “Estado propriamente dito e sociedade civil”.

No denso parágrafo seguinte (de número 88), intitulado “Estado gendarme-guarda-noturno, etc.”, ao abordar a questão controversa e extremamente cara ao marxismo da extinção do Estado,

Gramsci analisa criticamente a proposta liberal do “Estado mínimo” ou “Estado guarda-noturno”. A sugestão de Gramsci é a de que a concepção liberal de “Estado mínimo”, mesmo reconhecendo o seu viés ideológico e polêmico, não deixa de sugerir uma forma de Estado ético: “a concepção do Estado gendarme-guarda-noturno, etc. [...] não será, pois, a única concepção do Estado que supere as fases extremas ‘corporativo-econômicas?’” (Gramsci, 2001, p.763). Segundo Gramsci, o erro da concepção restritiva de Estado consiste em identificar Estado e governo, em confundir sociedade civil e sociedade política, “pois é de se notar que na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que *Estado = sociedade política + sociedade civil*, isto é, hegemonia couçada de coerção)” (Gramsci, 2001, p.763-4, grifos nossos). Nesse ponto, quando a concepção gramsciana de “Estado ampliado” atinge a sua conformação plena, o seu raciocínio se torna ainda mais complexo, visto que funde o processo de ampliação do Estado (evidentemente que aqui se trata já do “Estado ampliado” da transição socialista) com a teoria marxista de extinção do Estado, indicando que a “sociedade regulada” ou comunista brotaria da reabsorção do Estado ou “sociedade política” pela “sociedade civil”.

Outra referência exemplar do processo de construção do conceito gramsciano de “Estado ampliado” aparece no parágrafo 155, do mesmo *Caderno 6*, intitulado de “Passado e presente. Política e arte militar”. Aqui, ao aprofundar a discussão sobre a mutação na arte militar da “guerra de movimento” para a “guerra de posição”, discussão iniciada no parágrafo 138, Gramsci faz uma constatação incisiva sobre os erros estratégicos da ofensiva operária europeia que se seguiu à vitória bolchevique: “Na política, o erro ocorre por uma inexata compreensão do que é o Estado (no significado integral: ditadura + hegemonia)” (Gramsci, 2001, p.810-1). Ou seja, da falha em compreender que o Estado moderno não é somente coerção (apesar de continuar também a sê-lo), como acreditava o movimento operário ocidental insurgente, mas deve ser

apreendido em seu sentido integral, de exercício simultâneo de ditadura e hegemonia, que faz com que contingentes significativos das classes subalternas apoiem resolutamente a manutenção da ordem social estabelecida. Nesse momento, completa-se não só a reformulação do conteúdo do conceito de “sociedade civil”, como também o conceito de “Estado ampliado” atinge a sua conformação definitiva, passando a indicar a interação dialética de “sociedade política” e “sociedade civil”.

É nesse sentido preciso, portanto, que o “Estado ampliado” é apresentado por Gramsci, em sua formulação já inteiramente consumada, adiantada a Tatiana na carta de 7 de setembro de 1931, “como um equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional, exercida através das organizações ditas privadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas, etc.)” (Gramsci, 2005b, p.84). Ou seja, o conceito de “Estado ampliado” é cunhado exatamente para indicar essa especificidade do exercício do poder nas sociedades capitalistas modernas que não se funda somente na coerção imposta pela “sociedade política” (máquina estatal-repressiva), mas que exige a legitimação da coerção, pela difusão do consenso na “sociedade civil” (organismos “privados” de hegemonia) em torno da defesa do ordenamento social estabelecido.

A segunda dificuldade na apreensão do conceito de “Estado ampliado”, de natureza polêmica ou interpretativa, mas com profundos desdobramentos políticos, resulta da sedimentação de uma leitura determinada do conceito gramsciano de “sociedade civil”. Essa leitura reducionista, fundamentada na reivindicação de uma cisão orgânica entre “sociedade civil” e “sociedade política”, acabou por esvaziar completamente o sentido dialético da categoria gramsciana de “Estado ampliado”. Por outro lado, isso facilitou, e tem facilitado a operação de isolamento do conceito de “sociedade civil” do conjunto unitário da elaboração política gramsciana, disseminando os seus usos em contextos teóricos inteiramente diversos daqueles visados originalmente pelo *ethos* político do autor. A gênese

dessa leitura de sociedade civil que embasa a matriz interpretativa hoje dominante nos estudos gramscianos remonta à intervenção de Norberto Bobbio no famoso Convegno Internazionale di Studi Gramsciani,<sup>10</sup> realizado em Cagliari, de 23 a 27 de abril de 1967.

O cerne argumentativo da leitura de Norberto Bobbio é a reivindicação de que o conceito fundamental para a reconstrução do pensamento político de Gramsci nos escritos carcerários é o de “sociedade civil”. A razão disso, segundo ele, é que este não só seria o conceito mais original desenvolvido por Gramsci (o que o distinguiria de toda a tradição marxista), como também aquele que fundamenta todo o sistema conceitual da teoria política gramsciana de maturidade. Por que o conceito de “sociedade civil” e não o de “Estado ampliado”, para nos restringirmos à reivindicação de Bobbio, sem contar outros conceitos já reclamados pela crítica gramsciana como estruturadores da reflexão carcerária, como os de “hegemonia” ou “bloco histórico”? Pois, conforme vimos antes, a própria reformulação do conceito de “sociedade civil” só ocorre em vista da necessidade de apreender conceitualmente o processo histórico em curso no século XX de ampliação do Estado. Por que cindir o conceito de “Estado ampliado”, desconsiderando a articulação orgânica entre “sociedade civil” e “sociedade política” reclamada por Gramsci? Portanto, já no início de sua exposição, ao isolar o conceito de “sociedade civil” do conceito dialético mais amplo de “Estado ampliado”, do qual o primeiro faz parte, que mesmo não sendo considerado o principal conceito na estruturação dos *Cadernos* não deixa de ocupar uma posição preeminente na reflexão carcerária, Bobbio já deixa transparecer os indícios de uma leitura distorcida e tendenciosa que se confirmará ao término de sua análise.

---

10. A conferência de Bobbio foi amplamente difundida, sendo editada pela primeira vez nos anais do referido encontro (Bobbio, 1969, p.75-100) e reeditada posteriormente junto com outros escritos do autor. De forma que a leitura de Gramsci ali presente, apesar das críticas desfavoráveis levantadas já no próprio encontro, acabou exercendo uma profunda influência na interpretação do pensamento de Antonio Gramsci. A tradução para o português pode ser conferida em Bobbio (1999, p.43-72).

O passo seguinte da argumentação de Bobbio consiste em distinguir a concepção gramsciana de "sociedade civil" daquela defendida por Marx. Nesse ponto de sua argumentação ele não deixa de ter razão. Existe sim uma diferença essencial entre os dois autores, já que, como vimos antes, a sociedade civil em Marx indica a base material da sociedade, tida como o momento determinante na dinâmica do desenvolvimento histórico, ao passo que em Gramsci a "sociedade civil" é uma categoria formulada para nomear os organismos superestruturais de construção do consenso, próprios das novas determinações históricas do Estado capitalista prevalente nas sociedades complexas do Ocidente, mas de caráter determinado. Portanto, como se vê, quanto ao conteúdo efetivo do conceito de sociedade civil existe uma distinção fundamental entre os dois pensadores comunistas.

Contudo, após estabelecer a natureza da distinção quanto ao conceito de sociedade civil em Marx e Gramsci, a argumentação de Bobbio começa a manifestar a sua tendenciosidade. Do pressuposto inicial, correto como já vimos, ele chega à conclusão de que, mesmo reformulando o conteúdo do conceito de "sociedade civil", transferido da estrutura para a superestrutura, Gramsci continuaria defendendo a sua preeminência na determinação da dinâmica do processo histórico. Logo, sugere Bobbio nas entrelinhas, sem afirmar explicitamente, utilizando uma argumentação bastante sutil, Gramsci divergiria profundamente do materialismo histórico marxista, ao deslocar a determinação da dinâmica do processo histórico da estrutura (sociedade civil em Marx) para as superestruturas ("sociedade civil" em Gramsci), renegando o marxismo e voltando aos braços do idealismo croceano. É preciso acrescentar que essa leitura, apesar de seu aspecto deformante do pensamento gramsciano, em decorrência da conjugação de uma série de razões, dentre as quais o prestígio intelectual de seu postulante, mas também da prevalência de um contexto ideológico favorável, que surge a partir de meados dos anos 1970, com o progressivo abandono da perspectiva revolucionária pelo movimento operário europeu, na esteira da instrumentalização da obra de Gramsci pela elaboração

política do eurocomunismo (sobretudo na Itália), acabou por difundir e consolidar essa matriz interpretativa reducionista de “Estado ampliado”, hoje prevalecente nos estudos gramscianos.

Nesse sentido, disseminou-se uma leitura hegemônica do conceito gramsciano de “Estado ampliado” – seja na versão mais extremada, formulada pelo próprio Bobbio, que reivindica uma distinção dicotômica ou uma cisão orgânica entre “sociedade civil” e “sociedade política”, seja naquela mais nuançada defendida por Coutinho (2003, p.127), mas nem por isso menos problemática, que, mesmo aceitando a relação dialética entre “sociedade civil” e “sociedade política”, acaba, na prática, por diluir tal dialeticidade, advogando uma relação de “autonomia” entre os dois momentos de exercício do poder no Estado capitalista moderno – que, com raríssimas exceções, prevalece nos estudos gramscianos contemporâneos. Essa matriz interpretativa acabou levando à consolidação de uma “leitura hegemônica” do pensamento de Gramsci, na qual o revolucionário sardo é metamorfoseado em reformista, esvaziando a luta pela transformação revolucionária e substituindo-a pela “conquista de espaços’ na democracia” (Bianchi, 2008, p.173).

Portanto, após apreendermos a construção do conceito de “Estado ampliado” no ritmo de desenvolvimento do pensamento de Gramsci, acompanhando a sua conformação à medida que esse se fixa nos *Cadernos do cárcere*, assim como recuperando rapidamente as principais controvérsias sobre a interpretação do conceito na literatura crítica gramsciana, podemos, enfim, sumarizar os quatro aspectos essenciais da concepção de “Estado ampliado” delineada anteriormente:

- 1) essa é uma categoria desenvolvida por Gramsci para apreender as determinações históricas do Estado vigente nas sociedades capitalistas complexas dos anos 1930;
- 2) nessa nova concreção histórica, o Estado não pode ser identificado apenas como um aparelho coercitivo (“sociedade política”), disposto pela burguesia exclusivamente para a satisfação



de seus interesses de classe, como era praxe na teoria marxista contemporânea a Gramsci, mas deve ser apreendido como o lócus de um equilíbrio instável dos interesses conflituosos das classes sociais fundamentais (por isso, incluindo também a “sociedade civil”), evidentemente que sob a hegemonia da classe dominante, o que redefiniria a concepção de Estado, ampliando-a, que passa a ser compreendida como o resultado do nexu dialético entre ditadura/coerção (cuja sede privilegiada, mas não exclusiva, localiza-se na “sociedade política”) e consenso/hegemonia (cuja sede privilegiada, mas não exclusiva, localiza-se na “sociedade civil”);

- 3) na concepção de “Estado ampliado”, apesar de manter o significado tradicional prevalecente de “sociedade política” que vigorava na filosofia política europeia moderna (e que vigora ainda hoje), indicando o aparelho executivo-judicial-militar ou Estado em sentido estrito, Gramsci modifica profundamente o sentido de “sociedade civil”, que deixa de se referir à estrutura econômica para indicar *predominantemente* o conjunto formado pelos organismos “privados” de hegemonia, próprios das sociedades capitalistas desenvolvidas e, concluindo,
- 4) se o conceito gramsciano de “Estado ampliado” é concebido como o resultado da articulação dialética (isto é, de unidade-distinção) entre “sociedade política” e “sociedade civil”, fica claro que para o autor dos *Cadernos do cárcere* essa articulação “[...] ocorre sob a hegemonia do Estado [isto é, da ‘sociedade política’]” (Liguori, 2007, p.14).

É nesse contexto cognoscitivo determinado, pretendendo converter essas alterações históricas concretas verificadas na morfologia do Estado burguês numa nova categoria conceitual, capaz de atualizar a teoria marxista do Estado – superando tanto o anacronismo dos autores clássicos diante do Estado capitalista moderno (Marx, Engels e Lênin), quanto as teorias instrumentais do Estado que proliferavam no marxismo determinista dos anos 1930 –, que

Gramsci desenvolveu o conceito de “Estado ampliado”: esse é o resultado do empenho gramsciano na compreensão da nova determinação histórica do Estado burguês vigente nas sociedades capitalistas da Europa ocidental e central do século XX expressando-a na lógica do conceito.

Extrapolando a expressão de Marx, utilizada por Lincoln Secco (2006, p.82) para se referir à concepção gramsciana de “sociedade civil”, poderíamos também qualificar o conceito de “Estado ampliado”, com mais propriedade ainda, como um “concreto pensado”, já que o mesmo visa sobretudo identificar uma configuração do Estado que, apesar de possuir existência empírica, não pode ser confundida com a manifestação fenomênica isolada de seus termos dialéticos, servindo mais como um recurso metodológico e heurístico. Aliás, a *absolutização* do conceito de “Estado ampliado”, rompendo a sua articulação dialética e identificando-o com uma materialidade empírica cindida em duas esferas autônomas e/ou dicotômicas (“sociedade civil” × “sociedade política”), sem as necessárias mediações analíticas, está exatamente na base de todas as apreensões reducionistas dessa categoria basilar da reflexão carcerária.

### 3.3 O partido revolucionário como “moderno Príncipe”

A primeira influência direta do diagnóstico gramsciano da vigência do “Estado ampliado” no Ocidente reflete-se na redefinição da função do partido revolucionário, denominado nos *Cadernos do cárcere* como “moderno Príncipe”.<sup>11</sup> A dupla função indicada ao Par-

---

11. A expressão “moderno Príncipe”, utilizada por Gramsci para designar o partido revolucionário, aparece em seis parágrafos dos *Cadernos do cárcere*: em cinco parágrafos do *Caderno 8* (§ 21, § 37, § 48, § 52 e § 56) e em apenas um parágrafo do *Caderno 13* (§ 1). Os parágrafos do *Caderno 8*, que é um “caderno miscelâneo”, são retomados, modificados (ou meramente transcritos) e reagrados no “caderno especial” de número 13. Por motivos mais do que jus-

tido Comunista nas “Teses de Lyon”, então responsabilizado pela constituição da identidade política autônoma do proletariado e por sua liderança no processo de insurreição revolucionária contra o Estado burguês,<sup>12</sup> é agora expressa, com base no léxico desenvolvido na reflexão carcerária, nos dois pontos programáticos gerais indicados ao “moderno Príncipe”, como sendo: 1) construir uma nova “vontade coletiva” nacional-popular; e 2) proceder a uma radical “reforma intelectual e moral” das classes subalternas (Gramsci, 2001, p.1.561).

Como se sabe, Gramsci chega mesmo a propor uma exposição sistemática da reformulação de sua teoria do partido nos escritos carcerários. Se bem que, ao que tudo indica, de modo apenas retórico, pois esse projeto nunca se materializou num texto específico. Trata-se da sugestão de escrever um hipotético trabalho sobre o “moderno Príncipe”, no qual a elaboração madura de sua teoria do partido revolucionário seria apresentada com base no modelo de exposição adotado por Nicolau Maquiavel em *O príncipe*. A alusão a esse pretendido projeto de estudo é integrada ao primeiro parágrafo do *Caderno 13*,<sup>13</sup> redigido entre 1932-1934, segundo a proposta adotada então de sistematização e reagrupamento temático das notas presentes nos cadernos miscelâneos anteriores, iniciada com o *Caderno 10*. Entretanto, a ideia é anterior a essa fase de redação dos *Cadernos*, aparecendo já no parágrafo 21 do *Caderno 8*, escrito entre 1931-1932, cujo sugestivo título é exatamente *O moderno Príncipe*: “Sob este título poderão ser recolhidas todas as indi-

---

tificados, em função da censura carcerária, a expressão “partido revolucionário” aparece apenas uma única vez no texto dos *Cadernos do cárcere*, no parágrafo 7 do *Caderno 10* (o primeiro “caderno especial” ou temático), no qual Gramsci discute a concepção croceana de história ético-política. É bom lembrar ainda que a expressão “Partido Comunista” obviamente não consta nos *Cadernos*. Para maiores informações sobre a classificação dos diversos cadernos redigidos por Gramsci durante o encarceramento, conferir Gerratana (1997).

12. Conferir a seção 2.4.

13. Segundo a descrição fornecida pela edição crítica de Gerratana, o *Caderno 13* é composto por 40 notas, 39 delas de tipo C (extraídas dos *Cadernos 1, 4, 7, 8 e 9*) e apenas uma nota de tipo B (Gerratana, 2001, p.2.410).

cações de Ciência Política que possam contribuir para a execução de um trabalho de Ciência Política que seja concebido e organizado segundo o modelo de *O príncipe*, de Maquiavel” (Gramsci, 2001, p.951). Ou seja, tal trabalho, utilizando-se de recursos estilísticos e literários, fundindo a ideologia socialista com a Ciência Política marxista na forma dramática do “mito”, deveria indicar à classe progressista de nossa época, através da personificação das ações políticas necessárias, como construir uma nova “vontade coletiva nacional-popular no sentido da realização de uma forma superior e total de civilização moderna” (Gramsci, 2001, p.1.560).

Infelizmente, essa apresentação sistemática de sua concepção definitiva de partido não chegou a ser escrita. Tal exposição bem que poderia ter tomado o formato de um “caderno especial”, inteiramente dedicado à questão do partido revolucionário. No entanto, mesmo na sua ausência, a linha unitária de investigação que se desdobrou do hipotético trabalho planejado por Gramsci – a pesquisa sobre o jacobinismo, a inquirição histórica sobre o processo de formação da “vontade coletiva” nacional-popular e a análise minuciosa sobre a dinâmica de funcionamento da “reforma intelectual e moral” ou da afirmação “molecular” de uma nova concepção de mundo, sem contar as diversas abordagens aproximativas sobre a concepção do partido político e de sua forma progressista de organização<sup>14</sup> –, temas centrais constitutivos do que deveria ser a estrutura do trabalho conjecturado, acabou conformando de modo profundo a totalidade de sua reflexão política carcerária. Desse modo, embora fragmentária e não inteiramente explicitada, mani-

---

14. No parágrafo 34 do *Caderno 14*, intitulado de “Partidos políticos e funções de polícia”, Gramsci propõe critérios para definir a função progressiva ou regressiva dos partidos: “De resto, o funcionamento de um dado partido fornece critérios discriminantes: quando o partido é progressista, funciona ‘democraticamente’ (no sentido de um centralismo democrático); quando o partido é reacionário, funciona ‘burocraticamente’ (no sentido de um centralismo burocrático). Neste segundo caso, o partido é puro executor, não deliberante: ele, então, é tecnicamente um órgão de polícia e seu nome de Partido político é uma pura metáfora de caráter mitológico” (Gramsci, 2001, p.1.692).

festa mais na articulação de suas diversificadas notas temáticas do que numa exposição logicamente concatenada, é possível extrair do conjunto de suas referências a Nicolau Maquiavel os lineamentos essenciais – mesmo que inconclusos e difusos – da pretendida sistematização da teoria do “moderno Príncipe”.

Contudo, antes de caracterizarmos a concepção gramsciana do partido revolucionário como “moderno Príncipe”, a questão que se impõe de imediato é a de identificar as razões da referência de Gramsci à figura de Maquiavel. Por que, em suas notas mais orgânicas sobre o partido político, Gramsci se refere ao “secretário florentino”?<sup>15</sup> Porém, mais importante ainda, por que a redefinição da teoria do partido revolucionário aparece nos *Cadernos do cárcere* sob a rubrica “moderno Príncipe”, numa alusão direta ao livro do ilustre florentino? Essas questões constituem os problemas teóricos preliminares que devem ser resolvidos antes que se possa efetivamente compreender a teoria do partido presente nos *Cadernos do cárcere* (Zacheo, 1991, p.62).

Ao que tudo indica, a afinidade eletiva de Gramsci com a figura histórica de Maquiavel parece ter origens diversas e motivações variadas. Em primeiro lugar, é preciso considerar uma possível identificação subjetiva entre Gramsci e Maquiavel, motivada pelo fato de ambos partilharem do mesmo destino trágico imposto pela derrota da *virtù* diante da *fortuna*, que o levaria a fazer um paralelo entre sua situação diante do fascismo com aquela do “secretário florentino” diante de seu exílio forçado: Maquiavel como proscrito político em San Casciano, após cair em desgraça com o retorno dos Médici ao poder em Florença,<sup>16</sup> obrigado a abandonar a vida polí-

15. Alusão à função exercida por Maquiavel, que, em 1506, assumiu o cargo de secretário do Conselho dos Dez das Milícias. Além deste, Maquiavel exercia desde 1498 o cargo de chanceler da Segunda Chancelaria da República de Florença.

16. Em 1512, após a destituição do governo de Piero Soderini, Maquiavel é afastado dos cargos que exercia na República de Florença: “Então, no dia 7 de novembro, uma deliberação da Senhoria ‘cassava, privava e totalmente removía’ Nicolau Maquiavel do cargo de Chanceler da Segunda Chancelaria e do cargo

tica prática em prol da meditação sobre o processo de unificação territorial em curso na Europa renascentista (cujo resultado principal foi a redação de *O príncipe*), e Gramsci como prisioneiro do fascismo, isolado do movimento operário e condenado a continuar a luta política pelo socialismo somente através da reflexão teórica (que resultou na produção dos *Cadernos do cárcere*). A derrota política apareceria, então, como o horizonte comum a partir do qual os dois célebres italianos constroem as suas reflexões teóricas definitivas.

Em segundo lugar, é preciso lembrar ainda que a figura histórica de Maquiavel e o conteúdo de sua obra (isto é, a interpretação que se fazia de seu pensamento) foram utilizados como instrumentos de luta política e ideológica na conturbada Itália das primeiras décadas do século XX. Inicialmente, logo após o término da Primeira Guerra Mundial, diante da necessidade de reconstruir a hegemonia das classes dominantes e de frear o protagonismo das classes subalternas que insistiam em ingressar na vida política nacional, Maquiavel foi utilizado principalmente como inspirador do Estado-força (daí as inúmeras apropriações fascistas de Maquiavel). No entanto, com a consolidação definitiva do fascismo, a partir dos anos 1930, o sinal se inverte, e o recurso a Maquiavel passa a servir também à crítica do fascismo (Calabrò, 2001, p.193-203). É nesse contexto histórico especial, no qual a referência a Maquiavel significava uma tomada de posição diante da política italiana da época, que uma possível identificação de Gramsci com o “secretário florentino” pode nos ajudar a compreender a ressonância de Maquiavel nos escritos carcerários.

No entanto, existem razões muito mais essenciais que justificam e explicam a referência de Gramsci à figura histórica de Ni-

---

de secretário do Conselho dos Dez” (Ridolfi, 2003, p.155). Mas a prisão, tortura e exílio só ocorreriam no ano seguinte, em 1513, permitindo a Maquiavel o “tempo livre” para começar a escrever as suas duas obras principais (*O príncipe* e os *Discursos sobre primeira década de Tito Lívio*). É importante lembrar que a obra de Roberto Ridolfi, apesar de ser antiga, vindo a lume pela primeira vez em 1954, pela A. Belardetti Editore, continua sendo a melhor biografia disponível de Nicolau Maquiavel.

colou Maquiavel. Essas razões são sobretudo de ordem teórica e de projeto. Acima de tudo, o recurso a Maquiavel, apreendido por Gramsci como precursor do intelectual nacional-popular e como um dos primeiros difusores da concepção de mundo moderna, serve para mediar o seu acerto de contas definitivo com o pensamento político liberal, cuja forma mais desenvolvida se personificaria na filosofia de Benedetto Croce (Fontana, 1993, p.1). A mediação feita pela leitura gramsciana de Maquiavel, que identifica *O príncipe* como um “manifesto de partido” e situa o seu autor no contexto histórico da formação da “vontade coletiva” que levou à unificação política posta em marcha pela constituição das monarquias absolutistas na Europa ocidental, permite negar concretamente a distinção reivindicada por Croce entre filosofia e política, entre *essere* e *dover essere*. Todavia, a interpretação gramsciana não apenas corrige a leitura croceana de Maquiavel como mero técnico da política, como, a partir da crítica da leitura de Croce, propõe uma teoria política revolucionária que prega a superação total da distinção entre dirigentes e dirigidos própria da filosofia política liberal.

Além disso, a figura de Maquiavel fornece também a Gramsci a chave de leitura do processo de desenvolvimento histórico italiano, funcionando quase como um cânone de interpretação histórica, que lhe permite identificar os entraves que impediram a constituição de uma “vontade coletiva” nacional-popular ainda durante o Renascimento e o conseqüente predomínio do cosmopolitismo entre os seus intelectuais nas fases subseqüentes de constituição da nação italiana. Ou seja, é a partir de seu recurso à figura histórica de Maquiavel que Gramsci articula e orienta as diversas categorias historiográficas (Reforma, Renascimento, humanismo, Contrarreforma, etc.) que guiarão as suas pesquisas sobre o desenvolvimento histórico italiano e europeu. Não podemos desconsiderar a importância da identificação do cosmopolitismo dos intelectuais italianos, descoberta feita exatamente com base no contraste feito por Gramsci entre o caráter nacional-popular da obra de Maquiavel e o caráter regressivo e cosmopolita da cultura criada pelos intelectuais renascentistas vinculados aos interesses cortesãos e nobiliárquicos

(Gramsci, 2001, p.1.913), na definição de alguns dos critérios epistemológicos de sua investigação historiográfica sobre a formação do espírito público na Itália. Nesse enfoque inserem-se as diversas notas presentes nos *Cadernos do cárcere* que investigam o processo de unificação política do país, as razões do predomínio político dos moderados durante o Risorgimento, a consolidação do fascismo, etc.

Contudo, apesar disso, do reconhecimento da centralidade da interlocução com Maquiavel na definição da reflexão de maturidade de Gramsci, para além dessas motivações mais genéricas, a sua referência ao “secretário florentino” tem outra motivação bastante específica. As notas mais orgânicas dedicadas a Maquiavel, reunidas no *Caderno 13*, mas também aquelas redigidas posteriormente nos *Cadernos 14, 15 e 17*, mais as três notas retomadas do *Caderno 2* e incorporadas no caderno temático inacabado de número 18, também dedicado a Maquiavel, visam principalmente à tradução de algumas das conquistas fundamentais da “Ciência Política” maquiaveliana para a linguagem do marxismo, enriquecendo assim a “filosofia da práxis” e adequando-a para as exigências do novo contexto da luta de classes imposto pela maturação do domínio hegemônico da burguesia. A elaboração política contida nas notas presentes nesses *Cadernos* tem como objetivo central superar as deficiências ideológicas e estratégicas do movimento comunista revolucionário europeu, em particular o italiano, promovendo uma nova síntese teórica pela combinação de alguns elementos metodológicos e conceituais da “Ciência Política” maquiaveliana com a Ciência Política marxista.<sup>17</sup>

---

17. Sobre a contribuição de Maquiavel na elaboração da Ciência Política gramsciana nos *Cadernos do cárcere*, conferir o artigo de Giorgio Sola. Segundo ele, desde a redação do primeiro *Caderno* até a redação do *Caderno 13*, através da análise da obra de Maquiavel, Gramsci procura derivar uma Ciência Política capaz de interpretar as principais contradições políticas da Europa do primeiro pós-guerra (Sola, 2001, p.28). Ainda sobre a relação entre Gramsci e Maquiavel, consultar Rita Medici (1990), que fornece um abrangente painel sobre o uso da *metafora machiavelli* na Ciência Política italiana da primeira metade do século XX, abordando a sua influência sobre Mosca, Pareto, Michels e



Assim, a fusão entre Maquiavel e Marx produziu uma autêntica e sofisticada renovação da Ciência Política marxista, depurando-a de toda incrustação determinista herdada da Segunda Internacional e capacitando-a para investigar e intervir na complexa dinâmica de funcionamento das sociedades capitalistas que emergiram da crise hegemônica do capitalismo dos anos 1920. Os aportes teóricos e metodológicos da “Ciência Política” maquiaveliana à “filosofia da práxis” – a apreensão da política como “grande política”, recuperando-a para a causa revolucionária do proletariado; o reconhecimento da autonomia relativa da política diante da economia, superando completamente o imobilismo político fatalista do marxismo determinista e a introdução da “dupla perspectiva” na análise da configuração do poder na sociedade capitalista, possibilitando identificar a determinação moderna do Estado burguês, que, ao mesmo tempo que sofisticava seus instrumentos de coerção, amplia também sua base consensual com a difusão de uma rede capilar de ramificações que constitui a “sociedade civil” – transferem para o centro da reflexão gramsciana a investigação sobre as dificuldades impostas ao projeto revolucionário comunista pela extrema resistência apresentada pelo Estado às diversas investidas revolucionárias do movimento operário no Ocidente.

A singularidade da relação de Gramsci com Maquiavel nos *Cadernos do cárcere* resulta exatamente dessa complexa articulação de motivações, que integra a utilização da figura histórica do “secretário florentino” como chave de leitura do processo de desenvolvimento italiano para a modernidade à apropriação de sua obra, visando expressar as descobertas fundamentais da “Ciência Política” maquiaveliana na linguagem da “filosofia da práxis”, produ-

---

Gramsci; Benedetto Fontana (1993), que defende que a interpretação gramsciana de Maquiavel é o veículo pelo qual Gramsci faz seu acerto de contas com o liberalismo de Croce, antecipando inclusive o seu conceito de hegemonia, e Geraldo M. Neres (2009), que, recorrendo à obra do próprio Maquiavel, procura ampliar alguns elementos indicados pela interpretação gramsciana do “secretário florentino” presentes nos *Cadernos do cárcere*.

zindo assim uma das tentativas mais fecundas realizadas até hoje de traduzir o *enigma machiavelli* numa teoria política comprometedora com a constituição de uma nova “vontade coletiva” nacional-popular. Portanto, é no contexto dessa verdadeira refundação teórica da Ciência Política marxista que se condensam as indicações essenciais da redefinição da teoria gramsciana do partido revolucionário, adequando a sua conformação doutrinária e organizativa para as novas condições sociais e políticas dos anos 1930. Entretanto, como já assinalado, é preciso frisar que essa redefinição da teoria do partido não significou a negação de suas formulações anteriores, sobretudo daquelas sistematizadas nas “Teses de Lyon”, mas o seu desenvolvimento qualitativo, conservando e elevando os seus elementos constitutivos ao nível teórico-conceitual alcançado pela reflexão carcerária.

Identificadas as razões da referência de Gramsci à figura histórica e à obra de Maquiavel, resta agora explicitar os termos da superação dialética instaurada na teoria do partido revolucionário presente nos *Cadernos do cárcere*. As distinções fundamentais dessa superação resultam de dois fatores principais: 1) nos escritos carcerários, a teoria do partido é concebida no âmbito do movimento de refundação comunista iniciado por Lênin, situando-se nos marcos da criação de uma renovada Ciência Política marxista; e 2) a função do partido revolucionário é agora delimitada pelas novas imposições estratégicas oriundas da mutação histórica da “guerra de movimento” em “guerra de posição”. A confluência desses dois fatores – o primeiro deles de caráter predominantemente metodológico, pois implica situar a concepção de partido no interior de um sistema conceitual circunscrito, que tem como objetivo investigar o funcionamento do poder nas sociedades capitalistas desenvolvidas; e o segundo, de natureza essencialmente estratégica, que visa adequar o programa comunista às transformações sócio-históricas que inviabilizam a aplicação das formulações estratégicas contidas na fórmula da “revolução permanente” – conformou a elaboração definitiva da teoria gramsciana do partido, fornecendo os fundamentos da superação dialética de sua enunciação anterior.

A partir do exposto antes, podemos finalmente entender por que a redefinição da teoria do partido revolucionário aparece nos *Cadernos do cárcere* vinculada à rubrica de “moderno Príncipe”. Como o objetivo de Gramsci é investigar o partido político que tem como função a “fundação de um novo Estado”, e não o fenômeno partidário em geral, a contraposição estabelecida entre o “príncipe” e o “moderno Príncipe” pretende sobretudo destacar que o horizonte que norteia a atuação do Partido Comunista é aquele da “grande política”. Nesse sentido, a grande política, em oposição à “pequena política” ou política parlamentar cotidiana, “compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais” (Gramsci, 2001, p.1.563-4). A metáfora gramsciana do “moderno Príncipe” serve precisamente para resgatar o conceito de política de suas deformações vulgarizadas, seja na acepção reducionista e tecnicista de direita, que a limita à mera atividade parlamentar, seja na acepção antipolítica do abstencionismo de esquerda, que ora limita a política a um simples epifenômeno da infraestrutura, quando não a reduz a um trivial engodo eleitoral encenado para favorecer a manutenção do *statu quo*. Por outro lado, serve também para realçar o *pathos* grandioso e dramático que repousa na figura do partido revolucionário, encarregado de filtrar e concentrar as energias emancipatórias difusas entre as classes subalternas sem, contudo, cair na tentação do dirigismo sectário ou da manipulação politiqueria típicos das concepções esquerdistas e social-democratas de partido.

Nesse sentido, o “príncipe” está para o “moderno Príncipe” assim como a fundação do “principado inteiramente novo”<sup>18</sup> em Maquiavel está para a fundação do “novo Estado” em Gramsci. O “príncipe-*condottiere*” de Maquiavel funda a “vontade coletiva” nacional-popular em sua fase embrionária, dando início ao pro-

---

18. A referência ao “principado inteiramente novo” (*principati nuovi tutti*) aparece já no primeiro capítulo de *O príncipe*, no qual são discutidas as diversas formas de principados e os modos de adquiri-los (Machiavelli, 1998, p.7).

cesso multissecular de construção da civilização burguesa. Por isso, representa a forma política historicamente determinada de mediação da fase inicial de construção da “vontade coletiva” nacional-popular, ainda marcada pelo escasso desenvolvimento das forças produtivas e dos mecanismos institucionais de regulação da vida política e social. Com efeito, Maquiavel só pode se dirigir a um ator individual, a um *condottiere de virtù* que deve conquistar o poder a título individual, mas que mesmo assim, e certamente somente assim, pode dar início ao processo de unificação política e territorial que caracteriza a emergência da “vontade coletiva” nacional-popular por meio da constituição das monarquias absolutistas do século XVI.

Por sua vez, o “moderno Príncipe” de Gramsci, situado no alvorecer da constituição de uma civilização comunista (esse é o *ethos* político da obra de Gramsci), inicia o longo processo de libertação da “vontade coletiva” de seus estreitos limites nacionais, assentando as bases de seu novo conteúdo “internacional-popular”, já presente em germe no internacionalismo proletário e no caráter mundial da revolução comunista. Em contraste, dado o elevado grau de desenvolvimento civilizacional das sociedades modernas, marcadas pelo amplo desenvolvimento das instituições especializadas na expressão do dissenso político (sindicatos, jornais, cooperativas, etc.), as cisões antagônicas entre as classes sociais fundamentais podem se expressar legitimamente através dos partidos políticos. Por conseguinte,

O moderno príncipe, o mito-príncipe não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, só pode ser um organismo; um elemento complexo de sociedade no qual já tenha tido início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação. Este organismo já está dado pelo desenvolvimento histórico e é o partido político, a primeira célula na qual se sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais. (Gramsci, 2001, p.1.558)

Ou seja, Gramsci tinha plena consciência de que o partido político era o sujeito coletivo legitimado pela sociedade moderna para dirigir o Estado, sendo o único organismo capaz de modificar a correlação de forças entre as classes sociais, permitindo a construção de uma nova “vontade coletiva” que superasse os restritos horizontes de seu conteúdo nacional em direção à reunificação do gênero humano. Logo, a função histórica do “moderno Príncipe” pode ser equiparada àquela do “príncipe-*condottiere*”, pois ambos, apesar de suas distinções fenomênicas, são formas políticas historicamente condicionadas e transitórias de mediação do processo de construção e de superação dialética da “vontade coletiva” nacional-popular.

Por conseguinte, a elucidação da teoria do “moderno Príncipe” se identifica com a compreensão de sua função, anunciada na abertura desta seção como sendo constituída pela dupla tarefa de construção da “vontade coletiva” nacional-popular e de realização da “reforma intelectual e moral” das classes subalternas.

Devemos abordar agora duas questões teóricas fundamentais. A primeira delas refere-se à definição dos conceitos gramscianos de “vontade coletiva” e de “reforma intelectual e moral”. A segunda consiste em indicar como o partido revolucionário atua na construção dessa nova “vontade coletiva”, cujo fundamento é a própria realização da “reforma intelectual e moral” das massas proletárias e de seus grupos sociais aliados. No entanto, antes de prosseguirmos em nossa exposição, é preciso destacar que o conceito de “vontade coletiva” está inextricavelmente ligado ao de “reforma intelectual e moral”, evidenciando a sincronicidade das duas tarefas indicadas por Gramsci ao “moderno Príncipe”.

Os conceitos gramscianos de “vontade coletiva” e de “reforma intelectual e moral”, tal como a maioria dos conceitos da reflexão carcerária, não são definidos de modo preciso nos *Cadernos do cárcere*. A enunciação de seus conteúdos é apresentada de modo obliquo e fragmentado, dispersa ao longo dos *Cadernos*. A exposição mais coerente do conceito de “vontade coletiva” aparece exatamente no parágrafo 1 do *Caderno 13*, aquele que trata também da pro-

posição do “moderno Príncipe”, no qual Gramsci vincula o conteúdo da “vontade coletiva” à experiência histórica jacobina,<sup>19</sup> tida por ele como o momento de gênese da “vontade coletiva” nacional-popular: o jacobinismo produziu um comportamento de massa consciente e homogêneo, baseado em metas políticas e econômicas precisas, que ao fundir os interesses dos estratos urbanos e rurais da população francesa numa difusa concepção de mundo, produziu “[...] uma vontade coletiva que, pelo menos em alguns aspectos, foi criação *ex novo*, original” (Gramsci, 2001, p.1.559).

Pelo que podemos depreender da reflexão ali desenvolvida, o conceito de “vontade coletiva” indica a criação ou o desenvolvi-

---

19. Isso coloca uma questão muito interessante: em que momento histórico realmente Gramsci localiza a constituição da “vontade coletiva” nacional-popular? Esta surge com o aparecimento das monarquias absolutistas no século XVI? Ou muito mais tarde, com a criação dos fundamentos do Estado moderno através das revoluções burguesas do século XVIII, cujo exemplo paradigmático de sua conformação “ativa” se encarnaria no jacobinismo? Nos *Cadernos do cárcere* parece vigorar certa ambiguidade. Ora Gramsci parece defender a primeira tese, sugerindo que a unificação territorial e a centralização do poder político que marcam a construção do absolutismo nacional já significaria a emergência da “vontade coletiva” nacional-popular, ora dá a entender que a sua efetiva constituição só ocorreria com o jacobinismo, que, ao cimentar a unidade política entre as classes urbanas e rurais, permitiu criar o novo “bloco histórico” que funda o Estado moderno na França. Porém, talvez essa ambiguidade seja apenas aparente, já que é possível imaginar uma terceira opção. A pré-história da formação da nova “vontade coletiva” remete à fundação do Estado absolutista de base “nacional”, mas a sua efetiva conformação só ocorre com a unidade política realizada pelos jacobinos entre os interesses das classes populares urbanas e rurais que fornece a base para a fundação do Estado moderno. Nessa chave de leitura poderíamos entender por que Gramsci reivindica que o programa político delineado por Maquiavel em *O príncipe* no século XVI só foi efetivamente aplicado na prática – isto é, historicamente realizado – pelo jacobinismo do século XVIII. A unificação territorial e a centralização do poder político significaram tão somente a emergência dos embriões da “vontade coletiva” nacional-popular, daí Gramsci reivindicar um *jacobinismo precoce* em Maquiavel, identificado em sua defesa da substituição das milícias mercenárias pelas milícias próprias, formadas pela conscrição das populações urbana e rural, que só ocorreu *de fato* com a unificação política entre as classes urbanas e rurais realizada pelos jacobinos.

mento de um consenso tácito partilhado, se não pela totalidade da população (algo que seria utópico esperar, considerando-se a existência das profundas clivagens decorrentes dos antagonismos de classe), pelo menos pela sua maioria, da necessidade de transformação da ordem social e política estabelecida. Nesse sentido, a formação da “vontade coletiva” não ocorre num vazio histórico, já que ela é o resultado da articulação dialética entre condições objetivas e condições subjetivas: as primeiras são ditadas pelo estágio de desenvolvimento das forças produtivas da sociedade, que faz o antagonismo latente presente na estrutura aflorar à consciência das classes sociais na forma de ideologias, ao passo que as segundas são dadas pelo grau de coesão e homogeneidade alcançado pelas forças políticas organizadas que disputam a direção política e cultural na sociedade, fazendo que algumas ideologias, mesmo que vinculadas originalmente a grupos sociais específicos, sejam difundidas como representativas dos interesses “universais” da sociedade.

Podemos identificar isso muito bem no exemplo histórico do jacobinismo utilizado por Gramsci. Sem a existência das contradições econômicas que cindiam a estrutura da sociedade francesa de fins do século XVIII, sem contar a influência de inúmeros outros fatores conjunturais (crescente carestia, diminuição da safra agrícola, gastança desregrada da corte, colapso financeiro do Estado, etc.) que a sobredeterminaram, não seria possível a eclosão da revolução de 1789. Contudo, sem a profunda “reforma intelectual e moral” posta em marcha pelo iluminismo, que difundia para amplos estratos da população francesa a necessidade de combater a desigualdade e a tirania, a revolução não teria atingido a radicalidade do período jacobino. De tal modo, foi a confluência entre fatores objetivos (acirramento das contradições sociais) e fatores subjetivos (a “reforma intelectual e moral” representada pela difusão das ideias iluministas) que permitiu que os antagonismos latentes na infraestrutura pudessem se expressar no âmbito da luta política e ideológica, criando uma forte “vontade coletiva” em torno do projeto político jacobino, assegurando as condições para a

construção das bases do Estado moderno. Assim, a formação de uma “vontade coletiva” expressa exatamente a possibilidade de que determinada classe social, pela afirmação de sua práxis política e cultural, consiga costurar uma unidade orgânica entre estrutura e superestrutura, permitindo-lhe construir um novo “bloco histórico” e assumir plenamente o seu papel de sujeito histórico efetivo.

Por outro lado, o conceito de “reforma intelectual e moral” é progressivamente desenvolvido ao longo da redação dos *Cadernos do cárcere*.<sup>20</sup> No parágrafo 40 do *Caderno 3*, ao planejar recolher suas observações dispersas “sobre o diferente alcance histórico da Reforma protestante e do Renascimento italiano, da Revolução Francesa e do *Risorgimento*” (Gramsci, 2001, p.317) num ensaio intitulado “Reforma e Renascimento”, Gramsci alude – pela primeira vez – à questão da “reforma intelectual e moral”. A sua consideração é feita com base na necessidade de reexaminar a bibliografia publicada na primeira metade dos anos 1920, produzida principalmente por Gobetti, Missiroli e Dorso, que, com a crítica do caráter incompleto do *Risorgimento*, colocou a necessidade de se realizar na Itália uma “reforma intelectual e moral” através da Reforma protestante. Nesse momento, a compreensão de Gramsci da “reforma intelectual e moral” resume-se apenas ao seu conteúdo religioso: a “reforma intelectual e moral” confunde-se *tout court* com a Reforma protestante.

No entanto, já no parágrafo 3 do *Caderno 4*, Gramsci amplia o sentido do conceito de “reforma intelectual e moral”, que passa a indicar agora todo movimento sociocultural de reforma moral e ética do “homem coletivo”. A discussão de Gramsci ocorre com

---

20. O conteúdo do conceito de “reforma intelectual e moral” é gradualmente firmado entre os cadernos 3 (parágrafo 40), 4 (parágrafo 3) e 5 (parágrafo 94), quando o seu sentido mais restritivo de Reforma religiosa passa a indicar todo movimento sociocultural de reforma moral e ética do “homem coletivo”. A partir daí, mais precisamente do parágrafo 21 do *Caderno 8*, essa superação dialética do sentido anterior se mantém, permeando a sua utilização posterior nos *Cadernos do cárcere*.



base na apreensão do desenvolvimento do marxismo no período imediatamente subsequente ao desaparecimento de seus dois fundadores, sobretudo no último quartel do século XIX, que segundo ele foi acometido por um processo de dupla revisão. De um lado, o marxismo foi apropriado por algumas correntes idealistas, resultando no revisionismo de Croce, Sorel e Bergson. De outro, foi revisado pelos “marxistas oficiais”, que, diante da necessidade de afirmar a originalidade do materialismo histórico, acabaram na verdade impregnando a nova concepção dialética de mundo com os preconceitos do antigo materialismo filosófico mecanicista do século XVIII. É nesse contexto específico, ao destacar o abastardamento do marxismo operado pelo duplo revisionismo, que Gramsci assimila a “reforma intelectual e moral” aos diversos movimentos de adequação ético-moral do comportamento social – seja em sua versão de “reforma”, seja em sua versão de “renascimento”<sup>21</sup> – que contribuíram para a criação do homem típico da modernidade burguesa: Renascimento, Reforma, Revolução Francesa, filosofia idealista alemã, liberalismo, etc. foram momentos diversos da longa “reforma intelectual e moral” que constituiu a sociedade moderna ocidental. O último capítulo dessa constante “reforma moral e intelectual” seria exatamente o marxismo: “O materialismo histórico é o coroamento de todo este movimento de reforma intelectual

---

21. A contraposição entre “reforma” e “renascimento” é feita para distinguir o caráter de massa desses diversos movimentos socioculturais, identificando o grau de difusão da “reforma intelectual e moral” instaurada por cada um deles. O predomínio do elemento “reforma” indica a difusão massiva dos novos desenvolvimentos, mesmo que na forma de um movimento cultural pouco elaborado. Já o predomínio do elemento “renascimento” atesta a difusão limitada e elitista da nova cultura, destacando notadamente o seu caráter de originalidade e sofisticação cultural. Contudo, não custa chamar a atenção para o fato de que Gramsci evita qualquer maniqueísmo simplista, ressaltando a complementaridade dialética dos dois momentos. Vale a pena comparar a reformulação dessa nota, em sua segunda redação, no parágrafo 9 do *Caderno 16* (Gramsci, 2001, p.1.854-64), que desenvolve algumas questões apenas sugeridas na primeira redação.

e moral, na sua dialética cultura popular-alta cultura” (Gramsci, 2001, p.424).

É nesse sentido preciso que o conceito aparece no *Caderno 13*, retomado do parágrafo 21 do *Caderno 8*, no qual a “reforma intelectual e moral” é identificada como o reverso (isto é, como o outro lado da mesma moeda) do conceito de “vontade coletiva”. Nesse momento, o conceito de “reforma intelectual e moral” é incorporado ao novo léxico categorial da “filosofia da práxis”, passando a indicar a elevação cultural das massas que permite a formação da “vontade coletiva” necessária para assegurar a intervenção consciente dos seres humanos sobre a estrutura, transformando as massas populares no sujeito efetivo da transição socialista. Ou seja, entre a “reforma intelectual e moral” e a formação da “vontade coletiva” não existe propriamente uma relação de causa e efeito, no sentido de que uma precede cronologicamente a outra, mas sim uma conexão de congruência (isto é, de natureza dialética), na qual a primeira fornece os elementos ideológicos e culturais que permitem a conformação objetiva da segunda. A iniciativa política das massas populares, que é o resultado da constituição de uma “vontade coletiva”, exige ao mesmo tempo uma elevação do grau de sua consciência, representada pela “reforma intelectual e moral”:

O moderno Príncipe deve e não pode deixar de ser o anunciador e o organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa, de resto, criar o terreno para um novo desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular no sentido da realização de uma forma superior e total de civilização moderna. (Gramsci, 2001, p.1.560)

Com efeito, a “reforma intelectual e moral” na acepção gramsciana implica a radical transformação da difusão da cultura, indicando que os desenvolvimentos teóricos mais altos da filosofia devem ser difundidos entre as massas populares, transformando-se assim em crítica prática da ordem social estabelecida. Em outras

palavras, a “reforma intelectual e moral” aparece para Gramsci como o único veículo de elevação cultural de massa, o único expediente capaz de promover a elevação do “senso comum” partilhado pelas classes subalternas ao nível teórico da “filosofia da práxis”.

Consequentemente, a formação da “vontade coletiva” nacional-popular exige e impõe a necessidade da “reforma intelectual e moral”, indicando que o “moderno Príncipe” deve conciliar direção política e direção cultural. Quando as “premissas materiais” da atualidade da revolução socialista estiverem dadas – e Gramsci acreditava convictamente de que este era o caso também no Ocidente, ainda que se exigisse uma reformulação profunda da estratégia revolucionária adotada até então pelo movimento operário –, restava ao partido revolucionário trabalhar pela “reforma” da consciência das massas, produzindo uma nova matriz cultural que se difundisse de modo molecular pelo tecido social, fazendo que a necessidade da transformação revolucionária aparecesse como uma “necessidade histórica”. Mas a “reforma intelectual e moral” não pode ser confundida com uma mera reforma idealista das consciências, já que o seu pressuposto fundamental reside precisamente na “reforma econômica”:

É por isso que uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica; mais precisamente, o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral. (Gramsci, 2001, p.1.561)

Finalmente, após examinarmos o impacto dos conceitos gramscianos de “vontade coletiva” e de “reforma intelectual e moral” na função indicada ao “moderno Príncipe”, podemos abordar como o partido revolucionário atua na execução de sua dupla tarefa. Em primeiro lugar, ao definir o partido como “moderno Príncipe”, realçando o seu papel na construção de uma nova civilização integral, Gramsci destacou que o partido revolucionário é “a primeira

célula na qual se sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais” (Gramsci, 2001, p.1.558). Portanto, os traços embrionários da “vontade coletiva” em sua conformação moderna já existem no interior do Partido Comunista, não se tratando de uma invenção especulativa. Contudo, essa “vontade coletiva” pode permanecer latente (meramente como uma potencialidade) ou pode se desenvolver organicamente, transformando-se numa força histórica efetiva. O que vai determinar o curso de seu desenvolvimento, se ela permanece latente ou se se transforma numa força histórica efetiva, é a habilidade do partido em transformar os interesses do proletariado nos interesses universais da sociedade como um todo (Sassoon, 1987, p.152).

Se a realidade histórica é constituída pelo conjunto de relações de forças estabelecidas pelas classes sociais fundamentais entre si, cujo equilíbrio sempre cambiante é determinado pela formação/desconstrução de novas “vontades coletivas” (Frosini, 2010, p.241), então compete ao “moderno Príncipe” transformar-se no “mito” *par excellence* mobilizador da luta pela “sociedade regulada”:

O moderno Príncipe, desenvolvendo-se, subverte todo o sistema de relações intelectuais e morais, uma vez que seu desenvolvimento significa de fato que todo ato é concebido como útil ou prejudicial, como virtuoso ou criminoso, somente na medida em que tem como ponto de referência o próprio moderno Príncipe e serve ou para aumentar seu poder ou para opor-se a ele. O Príncipe toma o lugar, nas consciências, da divindade ou do imperativo categórico, torna-se a base de um laicismo moderno e de uma completa laicização de toda a vida e de todas as relações de costume. (Gramsci, 2001, p.1.561)

Portanto, isso implica o aprofundamento da aliança política entre os vários estratos das classes subalternas, notadamente do proletariado industrial e do campesinato, que é o pressuposto fundamental da construção da nova “vontade coletiva” nacional-popular,

“da qual o moderno Príncipe é ao mesmo tempo o organizador e a expressão ativa e atuante” (Gramsci, 2001, p.1.561), criando uma concentração de forças suficiente para enfrentar o Estado burguês. Consequentemente, essa “vontade coletiva” só pode ser suscitada pelo partido revolucionário por uma política de massas, capaz de fundir dialeticamente os movimentos espontâneos dos diversos estratos das classes subalternas com a direção consciente da luta política cotidiana, promovendo uma unidade orgânica entre a espontaneidade dos movimentos de massa e a direção consciente do processo de luta de classes. Então, de certa forma, o “moderno Príncipe” não é apenas um mediador da relação entre *meios e fins*, historicizando e superando o realismo político de Maquiavel, mas se apresenta também como o embrião de uma nova totalidade social orgânica, que, mesmo tendo sua origem numa classe social particular ou restrita (como é o caso do proletariado), acaba incluindo em suas fileiras o conjunto inteiro da sociedade, prefigurando o projeto de supressão da sociedade de classes.

### 3.4 A estrutura organizativa

A nova função indicada por Gramsci ao partido revolucionário determina também uma reformulação de sua estrutura organizativa. Embora não exista nos *Cadernos do cárcere* um modelo organizativo minucioso e sistemático, é possível extrair das notas dedicadas a essa temática importantes *insights* sobre o tipo de estruturação interna que deveria nortear a edificação da nova forma-partido preconizada por Gramsci por meio da fórmula do “moderno Príncipe”. A discussão sobre a questão organizativa tem seu núcleo básico fixado desde cedo, já no parágrafo 75 do *Caderno 2*, no qual Gramsci define os eixos que guiarão a sua reflexão sobre o tema. Ao eleger como problema de pesquisa a refutação teórica da tese michelsiana da inevitabilidade da oligarquização dos partidos políticos, incluindo-se o próprio partido operário, Gramsci estabe-

lece o ponto a partir do qual convergirá toda a sua reflexão sobre a organização partidária nos *Cadernos*.<sup>22</sup>

Desse modo, o ponto de partida para apreendermos a estrutura organizativa do “moderno Príncipe” consiste exatamente na identificação das hipóteses iniciais formuladas por Gramsci a partir de sua crítica à concepção oligárquica de partido proposta por Michels. Em primeiro lugar, porque é no parágrafo 75 do *Caderno 2* que pela primeira vez nos *Cadernos do cárcere*, pelo menos de modo consistente, é colocada a necessidade de aprofundar a discussão sobre a estrutura organizativa do partido revolucionário.<sup>23</sup> Em segundo lugar, mas não menos importante, porque é no mesmo parágrafo 75 do *Caderno 2* que Gramsci elabora as hipóteses fundamentais que serão desenvolvidas ao longo dos *Cadernos*, especialmente pela contraposição entre “centralismo democrático” e “centralismo burocrático”, que conformarão o modelo de organização partidária capaz de superar a famosa “lei de bronze da oligarquia” formulada por Robert Michels. É evidente que o seu confronto com a obra de Michels, apesar de mediado por fortes conotações emocionais, visíveis na forma sarcástica como Gramsci se refere ao sociólogo ítalo-germânico – afinal de contas, tratava-se

---

22. Convém ressaltar que, apesar da centralidade da interlocução com Michels para a reformulação da estrutura organizativa do partido revolucionário, sua presença nos *Cadernos do cárcere* é secundária. Na verdade, o parágrafo 75 do *Caderno 2* é aquele de maior relevância no conjunto de cerca de 14 referências ao sociólogo ítalo-germânico ao longo dos *Cadernos*.

23. A reformulação da organização do partido revolucionário, com a construção de mecanismos internos que assegurem o seu funcionamento democrático e a sua vinculação orgânica às massas proletárias, decorre sobretudo da necessidade de garantir a eficácia de sua intervenção política. Contudo, as notas carcerárias sobre essa questão podem também ser vinculadas à necessidade de combater o sectarismo organizativo que se difundia para os partidos comunistas europeus após a virada sectária da IC em 1928-1929 (estabelecida pelo VI Congresso e referendada pela Décima Conferência do Executivo Ampliado da IC), que enrijecia ainda mais o PCI e o isolava do movimento de massas de resistência ao fascismo.

de um fascista declarado, difusor dos atributos carismáticos de Benito Mussolini, que devia ser tratado à altura –, também partia do reconhecimento implícito de que a sociologia michelsiana do partido político colocava uma série nova de problemas organizativos que até então não fora inteiramente apreciada pela tradição marxista. Com efeito, a análise minuciosa dessa importante nota nos permitirá compreender melhor as outras notas dedicadas à discussão do “centralismo democrático”, ao “teorema das proporções definidas” e à composição de classe do partido revolucionário, que em seu conjunto fornecem o esboço geral do que deveria caracterizar a organização interna do “moderno Príncipe”.

O parágrafo 75 é um texto de tipo B que pode ser dividido em duas partes razoavelmente distintas. Na primeira parte, que constitui mais da metade do texto, Gramsci procede a uma acurada revisão do artigo de Michels,<sup>24</sup> transcrevendo suas ideias principais e intercalando alguns comentários críticos que apontam os limites teóricos e históricos presentes na análise michelsiana. Na conclusão dessa primeira parte, a opinião de Gramsci é bastante severa: “O artigo está cheio de palavras vazias e imprecisas” (Gramsci, 2001, p.235). Na segunda parte do parágrafo, após identificar as teses fundamentais da sociologia michelsiana do partido político, Gramsci estabelece o confronto com sua concepção oligárquica de partido, indicando os temas principais que desenvolverá em passagens ulteriores dos *Cadernos*.

Como o que nos interessa é reconstruir o confronto de Gramsci com Michels, centraremos nossa atenção na segunda parte do parágrafo 75. Contudo, antes disso, é preciso desfazer um equívoco. Algum tempo atrás, Corrado Malandrino (2001, p.115-40) sugeriu uma possível fraqueza ou deficiência da crítica gramsciana de Michels. O cerne de sua acusação é que o acerto de contas de Gramsci

---

24. Trata-se do artigo “Les partis politiques et la contrainte sociale”, publicado no *Mercure de France*, em 1º de maio de 1928.

com Michels não se deu com base numa análise criteriosa de sua obra máxima (isto é, a *Sociologia do partido político*, cuja primeira edição foi publicada na Alemanha em 1911), mas sim de um texto de qualidade inferior (o artigo de 1928, publicado no *Mercur de France*, escrito já na fase fascista de Michels), que não possuiria o mesmo rigor analítico e a qualidade científica do primeiro texto. Esta é no mínimo uma crítica descabida, pois exige que os critérios de investigação acadêmica sejam aplicados a uma reflexão como aquela feita por Gramsci, realizada nas mais duras condições carcerárias e sem as mínimas condições técnicas de organização do trabalho intelectual. É sabido há muito, pelo menos desde 1975, conforme consta no aparato crítico da edição Gerratana (§75, 3, p.2.559-60, v.IV), que, apesar de possuir duas edições da obra magna de Michels (a edição francesa de 1919 e a italiana de 1924), Gramsci não pôde consultá-la no cárcere. No entanto, tudo indica que Gramsci já havia lido o texto antes da prisão. Além do mais, as teses michelsianas sobre a sociologia do partido político sumarizadas por Gramsci no parágrafo 75, com base no artigo citado, são bastante fiéis àquelas apresentadas por Michels no seu livro de 1911 (primeira edição da obra, em alemão), o que retira qualquer fundamento da crítica de Malandrino. Portanto, trata-se de um preciosismo academicista gratuito que não merece ser levado a sério.

O que podemos deduzir das citações literais do artigo de Michels feitas por Gramsci, e das várias glosas que lhe seguem, é que, mesmo sem dispor do livro de 1911 – seja na edição francesa de 1919, seja na edição italiana de 1924 –, ele identificou de modo bastante preciso as suas principais teses. Assim, Gramsci identifica não só a proposição mais importante da sociologia do partido de Michels, aquela que lhe fornece todo arcabouço lógico-explcativo, que reivindica a existência de uma “lei de bronze da oligarquização”,<sup>25</sup> que prevê com rigor determinista a inexorável

---

25. Sobre a concepção michelsiana do partido político conferir a seção 1.2.



distinção entre os interesses da base partidária e os interesses de seus dirigentes, mas também alguns de seus desdobramentos secundários, como a constituição de diferenciações ou funções especializadas no interior do partido e a consequente burocratização na tomada de decisões.<sup>26</sup> No entanto, apesar de reconhecer as deficiências metodológicas e o esquematismo da concepção michelsiana de partido, Gramsci considera que suas ideias “[...] são interessantes como coleta de material bruto e de observações empíricas e díspares” (Gramsci, 2001, p.237).

Assim, apesar de suas insuficiências, tanto metodológicas como históricas, a sociologia michelsiana do partido político pode contribuir para iluminar a questão da relação entre democracia e oligarquia no interior do partido revolucionário, desde que sua abordagem abstrata e positivista seja substituída pela abordagem concreta e dialética da “filosofia da práxis”: 1) antes de tudo, é preciso distinguir entre democracia partidária e democracia na esfera do Estado, pois a primeira exige a salvaguarda do centralismo diretivo como fundamento da própria eficácia da intervenção política do partido, já que “para conquistar a democracia no Estado pode ser necessário – ou melhor, é quase sempre necessário – um partido fortemente centralizado” (Gramsci, 2001, p.236); e 2) o vínculo entre democracia e organização não pode ser analisado de modo abstrato, mas deve ser apreendido em suas manifestações concretas distintas, considerando-se o conteúdo de classe presente na estruturação da oposição entre líderes e seguidores (Gramsci, 2001, p.236). Assim reformulada, a relação entre democracia e oligarquia no interior do partido pode ser mais bem compreendida. Ou seja, o que vai determinar a cristalização de clivagens entre os interesses dos dirigentes e dos filiados, que no limite se traduziria na cisão entre os interesses do aparelho partidário e os interesses de

---

26. As citações literais de trechos selecionados do artigo de Michels são seguidas por comentários nos quais Gramsci assinala essas teses como sendo: 1) “tendência à oligarquia”; e 2) “complexidade progressiva da atividade política” (Gramsci, 2001, p.236).

sua própria base social de sustentação, é a composição interclassista das organizações operárias.

Se os dirigentes provêm de uma classe social diferente daquela de sua base de sustentação, a organização realmente estará condenada à oligarquização e ao burocratismo, como ficou evidente nos sindicatos e nos partidos social-democratas vinculados à Segunda Internacional. Todas as organizações operárias lideradas pela pequena-burguesia naufragaram inexoravelmente na oligarquização e na burocratização. Porém,

Se não existe diferença de classe, a questão torna-se puramente técnica – a orquestra não crê que o regente seja um patrão oligárquico – de divisão do trabalho e de educação, isto é, a centralização deve levar em conta que nos partidos populares a educação e o “aprendizado” político se verificam em grande parte pela participação ativa dos seguidores na vida intelectual – discussões – e organizativa dos partidos. (Gramsci, 2001, p.236)

Desse modo, ao situar concretamente a relação entre democracia e oligarquia, Gramsci reconhece que a sociologia michelsiana do partido contribuiu para destacar, mesmo que de modo confuso e esquemático, a até então inexplorada questão da divisão entre líderes e seguidores no interior do partido revolucionário. Mas será suficiente esperar resolver esse problema apenas através da prerrogativa da composição proletária do partido revolucionário, que desde as “Teses de Lyon” era concebido como o partido de uma única classe?<sup>27</sup> Isto é, a composição proletária do partido seria suficiente para se evitar tanto o *dirigismo* sectário quanto a cisão entre os interesses do aparelho partidário e os interesses de sua referência social, própria do reformismo social-democrático? A composição proletária do “moderno Príncipe” por si só, como um ato tauma-

---

27. Para maiores detalhes sobre a concepção de partido presente nas “Teses de Lyon”, conferir a seção 2.4.

túrgico, seria suficiente para assegurar a vigência de uma relação profundamente democrática entre dirigentes e dirigidos?

O próprio Gramsci demonstra estar insatisfeito com essa solução inicial, pois reconhece que reduzir o problema da existência da divisão entre dirigentes e dirigidos no interior do partido revolucionário a uma questão exclusivamente técnica – isto é, a uma questão de divisão interna do trabalho partidário, sem nenhum conteúdo de classe (daí a metáfora do regente e da orquestra) –, ainda que justa sob certos aspectos, significa ignorar a crescente complexificação e especialização da atividade política, sobretudo daquela envolvida na direção partidária. Esse problema adicional, que remete ao papel destacado dos intelectuais no interior do partido revolucionário, exige a construção de mecanismos organizativos inovadores, já vislumbrados nas “Teses de Lyon”, quando Gramsci defende a célula profissional como base de organização do partido, capazes de formar um amplo estrato de dirigentes intermediários, extraídos da massa e que deveriam permanecer vinculados organicamente a ela, ainda que exercendo funções dirigentes:

A solução do problema, que se complica exatamente pelo fato de que nos partidos avançados [isto é, operários] os intelectuais têm uma grande função, pode ser encontrada na formação de um estrato médio o mais numeroso possível entre os chefes e as massas, que sirva de equilíbrio para impedir os chefes de se desviarem nos momentos de crise radical e para elevar sempre mais a massa. (Gramsci, 2001, p.236-7)

O aprofundamento das hipóteses que Gramsci estabelece a partir de seu confronto com Michels – e que deveriam fornecer os fundamentos organizativos do “moderno Príncipe” – tem início no parágrafo 68 do *Caderno 9*, quando ele institui uma contraposição funcional entre “centralismo democrático” e “centralismo burocrático”. Esse é um texto de tipo A, que, com algumas modificações estilísticas e semânticas, foi incorporado, na forma de texto C, no parágrafo 36 do *Caderno 13*. Embora o texto C tenha sido me-

lhorado em sua forma expositiva, tornando muito mais claro o sentido das sentenças e dos enunciados gramscianos, a redação anterior apresenta a sutil vantagem, se considerado da perspectiva de nosso interesse específico, de relacionar de modo mais explícito a discussão sobre o centralismo à questão da organização interna do partido. Analisaremos os dois textos, realçando as modificações introduzidas na última redação.

No entanto, aqui precisamos tomar certa cautela, pois a concepção gramsciana de “centralismo democrático” é muito mais nuançada do que aquela corrente nos meios comunistas da época. Por conseguinte, precisamos primeiro indicar com exatidão o sentido que tinha tal expressão no final dos anos 1920, para depois realçar os contornos gerais da concepção gramsciana de “centralismo democrático”. O conteúdo da fórmula do “centralismo democrático” foi estabelecido por Lênin em 1902, com a publicação de seu livro *Que fazer?* No entanto, o conceito leniniano só passou a ser utilizado amplamente pelo movimento operário internacional após a vitória da Revolução Bolchevique e a fundação da Terceira Internacional. Nesse contexto político específico, a referência ao “centralismo democrático” servia para indicar uma determinada forma de estrutura organizativa dos partidos comunistas, marcada pela direção centralizada, pela homogeneidade ideológica dos militantes e pela rígida disciplina imposta pelo Comitê Central na aplicação da linha política decidida pelas instâncias deliberativas do partido. Por outro lado, nos *Cadernos do cárcere*, apesar de manter essa definição como pano de fundo, Gramsci acaba ampliando o seu conteúdo, para incluir outras realidades sociais que não constavam de sua formulação original.

Gramsci começa o parágrafo 68 do *Caderno 9* delimitando a sua concepção ampliada de “centralismo”, que passa a incluir vários campos novos, além daquele diretamente vinculado à estruturação interna do partido revolucionário. O “centralismo”, em sua dupla manifestação concreta, seja como “centralismo democrático”, seja como “centralismo burocrático” ou “orgânico”, é o mecanismo pelo qual as relações econômicas e políticas presentes na

sociedade são organizadas e configuradas no campo estatal, interestatal, partidário e sindical. Essa organização ou configuração (no sentido de dar forma) tem a finalidade de dinamizar ou neutralizar a eficácia da intervenção dessas forças na realidade social, fornecendo-lhes uma direção consciente capaz de garantir a estabilidade de sua atuação ao longo do tempo. A diferença sutil introduzida por Gramsci na transposição do texto A para o texto C é que, num dado ponto do texto, a referência explícita do “centralismo” à organização partidária é substituída pela alusão generalista às organizações políticas e culturais: “[...] na vida dos partidos políticos e das associações sindicais e econômicas” se transforma em “[...] na vida das associações políticas e culturais” (Gramsci, 2001, p.1.139 e p.1.633, respectivamente). Por que isso ocorreu? Será uma mera casualidade decorrente da revisão estilística do texto? Ou essa diluição dos contornos da precisão anterior esconde outras preocupações, vinculadas às polêmicas políticas da época? Infelizmente, não podemos fornecer uma resposta definitiva a essa questão; no máximo, só podemos conjecturar que tal reformulação respondeu a uma necessidade de melhorar a redação do texto, já que, apesar dessa ligeira variação semântica, no restante os dois parágrafos se equivalem.

Em seguida, Gramsci introduz as distinções que separam o “centralismo democrático” do “centralismo burocrático”. O primeiro tipo de centralismo, o único efetivamente capaz de criar uma articulação orgânica entre as forças econômicas e políticas que precisam ser organizadas, apresenta as características de um “‘centralismo’ em movimento”, de “uma contínua adequação da organização ao movimento real”, combinando “os impulsos oriundos de baixo com o comando pelo alto”, permitindo, assim, “uma contínua inserção dos elementos que brotam do mais fundo da massa na sólida moldura do aparelho de direção” e assegurando a “acumulação regular das experiências” (Gramsci, 2001, p.1.634). Já o “centralismo burocrático” apresenta características radicalmente opostas: constitui-se numa forma enrijecida de organização e unificação das forças econômicas e políticas, negadora do dinamismo

vitalizador que garante o afluxo regular dos elementos provenientes da base para o vértice da organização, isolando o grupo dirigente de sua referência social, criando as condições adequadas para a oligarquização e para a burocratização previstas por Michels. Em suma, podemos dizer que a distinção fundamental entre “centralismo democrático” e “centralismo burocrático” reside no tipo de relação que se estabelece entre líderes e liderados, na forma como se administra politicamente a inevitável conformação de diferenciações ou especializações técnicas que forçosamente deverão ocorrer no interior da organização em questão: se essa relação for de natureza inclusiva, se a atuação da vanguarda respeita e fortalece a ligação orgânica com a base de sua referência social, o tipo de organização dado às forças econômicas e políticas (o funcionamento do partido, do Estado, do sindicato, etc.) será o “centralismo democrático”; se essa relação for de natureza restritiva, fundada no isolamento do grupo dirigente e na aplicação burocrática da linha política, o tipo de organização erigido só poderá se basear no “centralismo burocrático”.

Contudo, a conclusão mais importante a ser destacada é que Gramsci vincula a superação dos riscos de oligarquização que ameaçam o partido revolucionário à adoção do “centralismo democrático” como forma de organização interna, pois este é a única forma de organização capaz de estimular tanto a iniciativa vinda da base como de aumentar a iniciativa política de seus membros individuais, permitindo a aplicação consciente e eficaz de uma autêntica política de massa. É também o único mecanismo organizativo capaz de elevar ideologicamente os mais amplos estratos populares, promovendo uma profunda “reforma intelectual e moral” dos grupos subalternos no sentido da difusão capilar da “filosofia da práxis”. No entanto, o “centralismo democrático” não possui um modelo fixo, um desenho rígido passível de aplicação a todas as conjunturas histórico-sociais, podendo, diante das circunstâncias, privilegiar um dos dois componentes de sua fórmula (porém, sem jamais abrir mão da organização centralizada). Assim, diante de situações de extrema violência re-

pressiva, como no caso da Itália sob o fascismo e da Rússia sob o tsarismo, o elemento “centralismo” tem de ser privilegiado, já que se constitui na única garantia de sobrevivência do núcleo dirigente e de se preservar um mínimo de capacidade de intervenção política do partido. Mas existem limites bem determinados, dados pela necessidade de salvaguardar o vínculo imprescindível com as massas, que não podem ser ultrapassados sob pena de que o “centralismo democrático” degenera em “centralismo burocrático”:

O centralismo democrático oferece uma fórmula elástica, que se presta a muitas encarnações; ela vive na medida em que é interpretada e adaptada continuamente às necessidades: ela consiste na pesquisa crítica do que é igual na aparente diversidade e, ao contrário, é diverso e até mesmo oposto na aparente uniformidade, para organizar e conectar estreitamente o que é semelhante, mas de modo que a organização e a conexão aparecem como uma necessidade prática e “indutiva”, experimental, e não como o resultado de um processo racionalista, dedutivo, abstrato, ou seja, próprio dos intelectuais puros (ou dos puros asnos). (Gramsci, 2001, p.1.635)

O complemento desse raciocínio de Gramsci sobre a necessidade de adoção do “centralismo democrático” pelo “moderno Príncipe” é desenvolvido no parágrafo 34 do *Caderno 14*. Ao abordar a função de polícia exercida pelos partidos, isto é, “de defesa de uma determinada ordem política e legal” (Gramsci, 2001, p.1.691), exercida por todos os tipos de partidos políticos, ele classifica essa função de dois modos: ela pode ser repressiva/reacionária ou expansiva/progressista. A função de defesa da ordem estabelecida é repressiva/reacionária quando impede o avanço da emancipação social dos grupos sociais subalternos e é expansiva/progressista quando a favorece, buscando “manter na órbita da legalidade as forças reacionárias alijadas do poder e a elevar ao nível da nova legalidade as massas atrasadas” (Gramsci, 2001, p.1.692). Em re-

sumo, em última instância, é a natureza da função desempenhada pelo partido que vai definir o tipo de organização a ser adotado:

quando o partido é progressista, funciona democraticamente (no sentido de um centralismo democrático); quando o partido é reacionário, funciona “burocraticamente” (no sentido de um centralismo burocrático). O partido, neste segundo caso, é puro executor, não deliberante: ele, então, é tecnicamente um órgão de polícia e seu nome de partido político é uma pura metáfora de caráter mitológico. (Gramsci, 2001, p.1.692)<sup>28</sup>

O corolário imediato da adoção do “centralismo democrático” é a introdução de um novo tipo de disciplina no interior do partido. No parágrafo 48 do mesmo *Caderno 14*, ao reverberar os ecos das advertências contidas na sociologia oligárquica do partido de Michels, Gramsci define a disciplina partidária “não como acolhimento servil e passivo de ordens, como execução mecânica de tarefas”, “mas como uma assimilação consciente e lúcida da diretriz a realizar” (Gramsci, 2001, p.1.706). A disciplina partidária é então apreendida não como uma imposição extrínseca, imposta de fora por um Comitê Central onisciente, como ocorre quando o partido é concebido como um “órgão da classe” (como no caso do bordiguismo e do stalinismo); porém como uma exemplificação concreta de liberdade, que, em vez de anular a personalidade do militante, apenas “limita o arbítrio e a impulsividade irresponsável” (Idem, p.1.706), unificando as vontades individuais numa “vontade coletiva” estável capaz de intervir conscientemente na realidade histórica, pois o partido é concebido e sentido como uma parte orgânica da classe, não como um corpo distinto e separado. Nesse caso, a disciplina adquire um forte componente de convicção, pois a autoridade que lhe requisita obediência emana legiti-

---

28. É difícil não relacionar essa nota, presente no *Caderno 14*, redigido entre 1932-1935, com o que estava acontecendo na época na União Soviética stalinizada.



mamente de uma deliberação “democrática”. Ou seja, “se a autoridade for uma função técnica especializada e não um ‘arbitrio’ ou uma imposição extrínseca e exterior, a disciplina é um elemento necessário de ordem democrática, de liberdade” (Gramsci, 2001, p.1.707). Contudo, nada impede que em situações determinadas, quando as decisões já tenham sido democraticamente tomadas, a disciplina na execução das ações planejadas não tenha que ser imposta de modo rígido pelo Comitê Central.

A discussão sobre a reestruturação organizativa do “moderno Príncipe” continua com a aplicação do “teorema das proporções definidas”<sup>29</sup> à investigação da composição ideal do partido revolucionário. A primeira menção ao “teorema das proporções definidas” aparece no parágrafo 61 do *Caderno 9*. Ali, ao comparar a situação da Inglaterra e da Alemanha diante da crise desencadeada pela depressão econômica de 1929, Gramsci lança mão dessa proposição para avaliar a profundidade da “crise orgânica” que acometera essas duas grandes economias europeias. Nesse sentido, a aplicação do “teorema das proporções definidas”, sempre a partir de uma perspectiva metafórica ou alegórica, jamais de modo mecânico e deter-

---

29. O “teorema das proporções definidas”, oriundo da Química, em que servia para explicar a combinação das diversas substâncias simples na formação dos compostos químicos, foi apropriado por Maffeo Pantaleoni e incorporado ao campo da economia pura. Pantaleoni (1857-1924) teve certa importância no contexto da economia neoclássica da virada século XIX para o século XX, tanto que alguns de seus livros chegaram a ser traduzidos para várias línguas. É a partir de seu livro *Principii di economia pura* que, por sua vez, Gramsci absorve o “teorema”. Como citado pelo próprio Gramsci no parágrafo 31 do *Caderno 13*: “A lei [ou teorema] das proporções definidas é assim sintetizada por Pantaleoni nos *Principii di economia pura*: ‘[...] Os corpos só se combinam quimicamente em proporções definidas, e cada quantidade de um elemento que supere a quantidade exigida para uma combinação com outros elementos, presentes em quantidades definidas, permanece livre; se a quantidade de um elemento é deficitária em relação à quantidade de outros elementos presentes, a combinação só se verifica na medida em que é suficiente a quantidade do elemento que está presente em *quantidade menor* do que os outros’” (Gramsci, 2001, p.1.627).

ministra, poderia contribuir – segundo Gramsci – para aferir o coeficiente ou grau de “crise orgânica” presente nas duas infraestruturas econômicas. O raciocínio de Gramsci não é muito claro, mas parece que ele acredita que a organização adequada da economia exige uma determinada proporção de distribuição da mão de obra entre os setores secundário e terciário: uma proporção maior da mão de obra deveria estar alocada na indústria e uma proporção menor no comércio (que representava o grosso do setor terciário na época). É com base nessa ponderação que ele defende que, apesar da maior taxa de desemprego verificada na economia alemã (sintoma de uma crise conjuntural mais severa), a “crise orgânica” se manifestara de modo mais incisivo na Inglaterra, em virtude do desequilíbrio existente na distribuição da mão de obra entre indústria e comércio, já que uma parcela maior (em relação à Alemanha) da população trabalhadora estava empregada nas atividades comerciais.

O “teorema das proporções definidas” aparece novamente no parágrafo 62 do *Caderno 9*, agora utilizado de modo mais específico, na explicação da proporção requerida dos diferentes estratos que compõem partidos políticos. É bom lembrar que o parágrafo 62 do *Caderno 9* é um texto de tipo A, que será integrado, com profundas modificações de redação, mas sem alterar substancialmente o seu conteúdo, na forma de texto C, na composição do parágrafo 31 do *Caderno 13*. Portanto, analisaremos o parágrafo 62 em sua segunda versão, conforme este se apresenta no *Caderno 13*, buscando destacar a contribuição da reflexão sobre o “teorema das proporções definidas” na determinação da forma de organização do “moderno Príncipe”.

Dada a sua recusa intransigente da intromissão de qualquer forma de determinismo na dinâmica do desenvolvimento histórico, Gramsci começa o parágrafo reafirmando que o recurso ao “teorema das proporções definidas” tem uma função heurística puramente metafórica, meramente de aproximação na investigação dos problemas organizativos,

[...] já que nos agregados humanos o elemento qualitativo (ou de capacidade técnica e intelectual de cada um de seus componentes) tem uma função predominante, embora não possa ser mensurado matematicamente. (Gramsci, 2001, p.1.626)

Não obstante, mesmo assim, esse teorema pode ser útil para elucidar e simplificar alguns problemas da “ciência da organização (o estudo do aparelho administrativo, da composição demográfica, etc.)” e da “política geral (nas análises das situações, das relações de força, no problema dos intelectuais, etc.)” (Gramsci, 2001, p.1.626). Embora as ideias postuladas nesse parágrafo não sejam desenvolvidas em toda a sua plenitude, o que só ocorrerá no parágrafo 70 do *Caderno 14*, é aqui que Gramsci fornece as indicações metodológicas essenciais que permitirão compreender como o “teorema das proporções definidas” pode ser aplicado para investigar os novos desafios organizativos impostos ao partido revolucionário. O ponto de partida é o reconhecimento de Gramsci de “[...] que todo aglomerado humano tem um particular princípio ótimo de proporções definidas” (Gramsci, 2001, p.1.226), inclusive os partidos políticos:

Politicamente, o teorema pode ser aplicado aos partidos, aos sindicatos, às fábricas, para ver como cada grupo social tem uma lei própria de proporções definidas, que varia de acordo com o nível de cultura, independência mental, espírito de iniciativa e senso de responsabilidade e de disciplina de seus membros mais atrasados e periféricos. (Gramsci, 2001, p.1.627)

O desdobramento mais significativo da aplicação do “teorema das proporções definidas” é a possibilidade de antever como um movimento iniciado por uma classe social fundamental pode se converter em partido, em força social homogênea e eficiente do ponto de vista da intervenção política; enfim, em perscrutar com antecedência como uma “concepção de mundo” pode se colocar, na

arena histórica concreta, como uma “vontade coletiva” portadora do embrião de um novo Estado e de uma nova civilização integral. Desde que se considere que as “premissas objetivas” necessárias para isso estejam dadas – e Gramsci defendia que esse era o caso, pois, além do desenvolvimento indispensável da produção social, já existiam os germes da nova “vontade coletiva” cristalizada no partido revolucionário –, o fator mais importante consistiria na elaboração por parte desse movimento social de seus próprios dirigentes (isto é, dos intelectuais orgânicos da classe), em quantidade e qualidade suficientes para transformar as “premissas objetivas” em *automatismo* histórico. Contudo, essa nova camada de intelectuais não pode ser formada pelos grupos subalternos, na quantidade e na qualidade necessárias, de modo aleatório e desconexo, mas somente por um processo consciente de elaboração política e ideológica, por um tipo específico de organização, isto é, dos partidos políticos:

Por isso, pode-se dizer que os partidos têm a tarefa de elaborar dirigentes capacitados; eles são a função de massa que seleciona, desenvolve, multiplica os dirigentes necessários para que um grupo social definido (que é uma quantidade “fixa”, na medida em que se pode estabelecer quantos são os componentes de cada grupo social) se articule e se transforme, de um caos tumultuoso, em exercício político organicamente preparado. (Gramsci, 2001, p.1.628)

Enfim, o desenvolvimento definitivo das hipóteses levantadas por Gramsci em seu confronto com a concepção michelsiana de partido ocorre no parágrafo 70 do *Caderno 14*, redigido entre 1932-1935. Nessa nota, o raciocínio que Gramsci vinha elaborando desde o parágrafo 75 do *Caderno 2*, quando reconhece a necessidade de criação de mecanismos organizativos capazes de evitar a oligarquização e a degeneração burocrática do partido revolucionário, chega finalmente à sua conclusão. Coincidentemente, é também nessa nota que as possibilidades heurísticas vislumbradas por Gramsci na aplicação do “teorema das proporções definidas” à

investigação dos problemas organizativos atinge o seu desfecho consequente, traduzindo as suas especulações anteriores em indicações concretas da composição adequada da estruturação do “moderno Príncipe”, considerando-se a distribuição de membros entre o grupo dirigente, o estrato intermediário e a massa de militantes diretamente envolvida no trabalho partidário. Essa convergência de raciocínios resulta numa das passagens mais significativas dos *Cadernos do cárcere* no que se refere à concepção gramsciana de partido: inserida em sua investigação sobre a afirmação histórica de um novo partido (“Quando um partido se torna historicamente ‘necessário’?”), destaca-se uma concepção historicizada do partido revolucionário e uma profunda reformulação de sua composição interna.

Gramsci começa por fornecer uma definição geral do partido político como uma “nomenclatura de classe”, como uma parte de uma determinada classe social. Desse modo, nem mesmo o “moderno Príncipe” escapa dessa definição geral, pois, como organização partidária, ele representa apenas uma parcela (a parcela mais consciente e politizada) do proletariado. Contudo, a distinção fundamental do “moderno Príncipe” diante dos demais partidos das outras classes sociais – isto é, seu caráter paradoxal e aparentemente contraditório – reside na natureza de sua função histórica: como o seu objetivo maior é a instauração de uma sociedade sem classes, o seu desenvolvimento máximo coincide com o seu próprio desaparecimento (Gramsci, 2001, p.1.732-3). Nessa concepção historicizada, o partido é apreendido de modo não fetichista, concebido não como um fim em si mesmo, como queria o esquerdismo de Bordiga ou o sectarismo militarista staliniano, mas apenas como um meio para um fim determinado.

Em seguida, buscando responder à pergunta colocada inicialmente, Gramsci desenvolve um rico raciocínio dialético, observando que a afirmação da “necessidade histórica” de um determinado partido político (e aqui muito provavelmente ele tem em mente a necessidade histórica do “moderno Príncipe”) é dada pelo fato de que “[...] as condições de seu ‘triumfo’, de seu inevitável tornar-se Estado

estão pelo menos em via de formação e deixam prever normalmente seus novos desenvolvimentos” (Gramsci, 2001, p.1.733). Mas mesmo sendo historicamente necessário, isto não significa que tal partido não possa ser destruído. Para que o “moderno Príncipe”, que é um partido constituído pela necessidade histórica de superar a divisão de classes na sociedade, possa se afirmar e evitar ser destruído pela reação da contrarrevolução, que certamente se abaterá sobre as forças proletárias tão logo se iniciem as primeiras ondas da insurreição, ele precisa adotar uma forma determinada de organização e introduzir uma proporção adequada na organização de seus elementos constitutivos.

A primeira premissa do raciocínio de Gramsci é que a existência do partido exige uma composição adequada, tanto quantitativa como qualitativa, entre seus três elementos constitutivos fundamentais. Em primeiro lugar, exige “um elemento difuso, de homens comuns, médios, cuja participação é dada pela disciplina e pela fidelidade, não pelo espírito criativo e altamente organizativo” (Gramsci, 2001, p.1.733). Em termos numéricos, esse primeiro elemento constitui a imensa maioria do partido, a massa de partido, embora não esgote o conjunto da classe que constitui a referência social do partido. Porém, essa massa de aderentes e de militantes só se transforma em força política efetiva quando organizada, disciplinada e dirigida pelo vértice partidário, já que, se abandonada a si mesma, sem uma direção consciente centralizada capaz de atualizar suas potencialidades, a sua força política se desorganiza e se anularia. Embora importantíssimo, esse elemento, por si só e deixado a si mesmo, não constituiria um partido; quando muito, poderia formar uma corrente de opinião, mesmo assim difusa e sem capacidade de intervenção política.

Em segundo lugar, exige a existência de um “elemento de coesão principal”, formado pelos dirigentes reconhecidos e legitimados pela massa partidária, que encarna em suas personalidades o “mito” aglutinador da concepção de mundo defendida pelo partido e que se encontra em via de se transformar em “vontade coletiva”. É esse segundo estrato que organiza o partido no plano nacional,

que unifica e centraliza suas organizações locais e regionais, destacando-se por sua “[...] força altamente coesiva, centralizadora e disciplinadora e também [...] inventiva, se se entende inventiva numa certa direção, segundo certas linhas de forças, certas perspectivas, certas premissas [...]” (Gramsci, 2001, p.1.733). Gramsci compara a função exercida no partido por esse núcleo diretivo com a função desempenhada pelos capitães na organização do exército, ainda que, “[...] por si só, este elemento [também] não formaria o partido, mas poderia servir para formá-lo mais do que o primeiro elemento considerado” (Gramsci, 2001, p.1.733):

Fala-se de capitães sem exército, mas, na realidade, é mais fácil formar um exército do que formar capitães. Tanto isto é verdade que um exército já existente é destruído se faltam os capitães, ao passo que a existência de um grupo de capitães, harmonizados, de acordo entre si, com objetivos comuns, não demora a formar um exército até mesmo onde ele não existe. (Gramsci, 2001, p.1.733-4)

Finalmente, como terceiro estrato constitutivo do partido, Gramsci destaca “um elemento médio, que articule o primeiro com o segundo elemento, que os ponha em contato não só ‘físico’, mas moral e intelectual” (Gramsci, 2001, p.1.734). A função do “elemento médio” consiste exatamente em fundir organicamente a massa de aderentes com a direção partidária, transformando o partido numa estrutura homogênea e “monolítica”. Além disso, não podemos esquecer que esse estrato também ocupa uma posição privilegiada na estruturação do “moderno Príncipe”, pois é o elemento que – em última instância – assegura não só a afirmação e expansão do partido, criando novos contingentes que afluirão e enriquecerão o “elemento de coesão principal”, mas, também, porque fornece o único antídoto organizativo capaz de eliminar os riscos de oligarquização e burocratização previstos por Michels. Contudo, segundo Gramsci, a persistência do partido revolucionário, a sua capacidade de resistir às investidas repressivas das classes dominantes, garantindo que “não possa ser destruído por meios nor-

mais” depende, sobretudo da existência do “segundo elemento”, que, uma vez existindo, cria as possibilidades para a formação dos “outros dois, isto é, o primeiro que necessariamente forma o terceiro como sua continuação e seu meio de expressão” (Gramsci, 2001, p.1.734). Por conseguinte, a força, o “monolitismo” e a eficácia de intervenção do “moderno Príncipe” – que, em parte, decorre da adoção do “centralismo democrático” como forma de organização –, tem a sua contrapartida assegurada pela adequação da proporção entre os três elementos constitutivos do partido.

### 3.5 A estratégia

A vigência do “Estado ampliado” no Ocidente, com a instauração do domínio hegemônico da burguesia, impõe também a renovação da estratégia revolucionária que vinha sendo utilizada pelo movimento comunista internacional desde a vitória bolchevique na Rússia, em outubro de 1917. Ao contrário do que sucedeu na Rússia, onde o “ataque frontal” desferido pelos bolcheviques levou rapidamente à conquista do aparelho de Estado tsarista, as diversas tentativas de aplicar esse modelo de insurreição na Europa ocidental e central redundaram em fracasso.

As distinções entre os dois contextos histórico-sociais e a necessidade de reformulação da estratégia revolucionária até então utilizada ficam perceptíveis para as principais lideranças da IC entre o III e o IV Congressos (1921 e 1922),<sup>30</sup> momento no qual tanto Lênin como Trótski já reconheciam que a revolução socialista nos países capitalistas desenvolvidos enfrentaria dificuldades muito diferentes do que aquelas enfrentadas pelos bolcheviques na Rússia.

---

30. Para sermos mais exatos, o debate sobre a distinção entre a revolução na Rússia e na Europa, com a contraposição entre Oriente e Ocidente, é muito anterior. Esse debate remonta à primeira revolução russa, quando os acontecimentos ocorridos em 1905 desencadearam um vivo debate no interior da social-democracia alemã sobre as diferenças da transição socialista no Oriente e no Ocidente. Cf. Catone (1999, p.50-8).



No entanto, embora o reconhecimento dessa distinção já circulasse de modo difuso no interior da IC desde os primeiros anos da década de 1920, quando Lênin propõe a adoção da política de “frente única”, foi somente a partir de 1929-1930, já como prisioneiro do regime fascista, que Antonio Gramsci procurou aprofundar a investigação teórica sobre essas especificidades, fornecendo nos *Cadernos do cárcere* uma das análises marxistas mais significativas sobre a dinâmica de funcionamento do poder nas formações sociais de capitalismo desenvolvido e a conseqüente elaboração de uma nova estratégia revolucionária imposta ao “moderno Príncipe” pelas condições objetivas próprias do Ocidente.

Como não poderia deixar de ser, essa reformulação estratégica acaba também acarretando profundas mudanças no modo de fazer política do “moderno Príncipe”. A necessidade de substituir a “guerra de movimento” ou “ataque frontal” pela “guerra de posição” exige que o partido revolucionário torne-se “dirigente” já antes do assalto ao poder de Estado, conquistando assim o apoio majoritário das classes subalternas e desarticulando as “fortalezas” avançadas da burguesia presentes na “sociedade civil”. Portanto, nosso objetivo nesta seção pode ser desdobrado em dois pontos principais, consistindo em: a) reconstruir os conceitos de “guerra de movimento” e de “guerra de posição”, tal como estes são compreendidos por Gramsci nos *Cadernos do cárcere*, apreendendo os principais momentos de sua definição; e b) com base na apreensão da estratégia da “guerra de posição”, aprofundar a discussão já anunciada anteriormente, na seção 3.3, da nova função indicada por Gramsci ao “moderno Príncipe”.

A primeira referência a essa dupla de conceitos aparece no parágrafo 133 do *Caderno 1*, escrito entre 1929 e 1930. Nessa nota, de redação única, denominada “Arte militar e arte política”, Gramsci faz seus primeiros ensaios no sentido de ampliar o conteúdo dos conceitos de “guerra de movimento” e de “guerra de posição”, transplantando-os do campo exclusivamente militar para aquele da arte política. A referência a esses conceitos contrastantes, que em sua acepção técnica do jargão militar indicam duas formas

distintas de condução da guerra (isto é, nomeiam a guerra de assalto e a guerra de trincheiras, respectivamente), aparece no contexto mais geral de discussão da viabilidade da utilização do *arditismo* como forma de luta político-militar pelas classes subalternas. Porém, Gramsci é bastante cauteloso na sua apropriação, estabelecendo ressalvas na transposição de conceitos militares para a arte política, pois, no máximo, eles só poderão fornecer imagens aproximadas e funcionar como metáforas, já que “as comparações entre a arte militar e a política devem ser sempre estabelecidas *cum grano salis*, isto é, apenas como estímulos ao pensamento e como termos simplificadores *ad absurdum* [...]” (Gramsci, 2001, p.120).

A segunda referência à nossa dupla conceitual, quase apenas incidental no que se refere ao tratamento da questão, mas, por outro lado, importante, pois contribui para esclarecer a distinção, já iniciada anteriormente, entre arte militar e arte política, ocorre logo no parágrafo seguinte, de número 134, do *Caderno 1*, intitulado “Luta política e guerra militar”. Segundo Gramsci, a principal diferença entre os dois tipos de luta reside na própria natureza intrínseca de cada uma delas: na guerra, a conquista da vitória, que impõe a derrota militar do inimigo e a ocupação ou anexação de seu território, encerra a luta, já que o inimigo foi subjugado; ao passo que, na luta política, em função de sua maior complexidade e sutileza, a vitória não leva necessariamente à cessação do conflito e das escaramuças, pois, mesmo vencido, o inimigo continua atuante. Como vimos, essas duas primeiras referências à “guerra de movimento” e à “guerra de posição” resumem-se a um tratamento introdutório da questão, fornecendo apenas o ensaio inicial de Gramsci no sentido de preparar o terreno para sua posterior apropriação dos conceitos e ampliação de seus conteúdos para além do sentido exclusivamente militar para abarcar também a acepção político-militar ou da luta política.

Uma contribuição mais incisiva no desenvolvimento dos conceitos gramscianos de “guerra de movimento” e de “guerra de posição” aparece no parágrafo 138 do *Caderno 6*, escrito entre 1930 e

1932.<sup>31</sup> Em primeiro lugar, Gramsci identifica a passagem da “guerra de movimento” à “guerra de posição” no campo político como “[...] a questão de teoria política mais importante posta pelo período do pós-guerra e a mais difícil de resolver corretamente” (Gramsci, 2001, p.801). Provavelmente, a questão que Gramsci tem em mente e que considera como a mais importante da teoria política do pós-guerra seja esta: como fazer triunfar a revolução socialista no Ocidente após tantos reveses do movimento operário nos anos que sucederam o término da Primeira Guerra Mundial? Qual seria a estratégia revolucionária adequada para evitar que se repitam as derrotas do movimento operário ocorridas entre 1919-1920 na Itália, na Hungria e na Alemanha?

Em seguida, prosseguindo em sua argumentação, Gramsci identifica a defesa da “guerra de movimento”, que em política significa a justificativa da luta imediata pela conquista do poder de Estado ou a continuidade da ofensiva do movimento operário iniciada em 1917, à figura de Trótski,<sup>32</sup> “[...] que, de um modo ou de outro, pode ser considerado o teórico político do ataque frontal num período em que este é apenas causa de derrotas” (Gramsci, 2001, p.801-2). Gramsci sugere que só indiretamente, de modo mediado, a passagem da “guerra de movimento” para a “guerra de posição” no campo político tem origem nos desenvolvimentos da técnica militar, “[...] se bem que, certamente, exista uma relação, e essencial” (Gramsci, 2001, p.802). Nessa passagem em questão, com um raciocínio bastante sibilino,<sup>33</sup> Gramsci localiza as razões

---

31. Trata-se de um texto de tipo B, cujo sugestivo título é “Passado e presente. Passagem da guerra manobrada (e do ataque frontal) à guerra de posição no campo político”.

32. Para uma análise aprofundada da posição ambígua de Gramsci em relação a Trótski, destacando-se sobretudo a injustiça de algumas de suas críticas ao dirigente bolchevique, consultar Bianchi (2008, p.216-51).

33. Dada a necessidade de burlar a censura carcerária e à sua perplexidade diante da política sectária da IC, que se refletia diretamente no PCI, nessa nota Gramsci parece escrever para si mesmo, tornando impossível saber exatamente o que ele queria dizer.

dessa transformação, que inviabilizariam a permanência do ataque frontal defendido por Trótski, sobretudo na profunda mutação política do pós-guerra. Essa situação teria levado à formação de governos mais “intervencionistas” e a um controle maior sobre a possibilidade de desagregação interna das formações sociais europeias, indicando “[...] que se entrou numa fase culminante da situação político-histórica, porque na política a ‘guerra de posição’, uma vez vencida, é definitivamente decisiva” (Gramsci, 2001, p.802). O que Gramsci quer dizer com esta elucubração tão obscura, que em seguida se torna ainda mais enigmática, quando ele vincula a “guerra de movimento” na política à conquista de posições não decisivas, enquanto a “guerra de posição” se vincularia à conquista de posições decisivas?

Ou seja, na política subsiste a guerra de movimento enquanto se trata de conquistar posições não decisivas e, portanto, não são mobilizados todos os recursos de hegemonia e do Estado; mas quando, por uma razão ou por outra, essas posições perderam seu valor e só aquelas decisivas têm importância, então se passa à guerra de assédio, tensa, difícil, em que se exigem qualidades excepcionais de paciência e espírito inventivo. Na política, o assédio é recíproco, apesar de todas as aparências, e o simples fato de que o dominante deva ostentar todos os seus recursos demonstra o cálculo que ele faz do adversário. (Gramsci, 2001, p.802)

O que significa tudo isto? O que são posições decisivas e não decisivas? A conquista do poder de Estado, que exige explicitamente o emprego da guerra manobrada, não representa a conquista de uma posição decisiva na luta entre as classes sociais? No mínimo, essa é uma passagem polêmica, que, se não for lida no contexto geral da obra gramsciana e sobretudo de suas formulações mais conclusivas sobre a estratégia da “guerra de posição”, elaboradas posteriormente, pode dar margem – e tem dado desde sempre – a leituras equivocadas da concepção gramsciana de transição ao socialismo.

Esse trecho obscuro do parágrafo 138 do *Caderno 6* começa a ser mais bem esclarecido no parágrafo 7 do *Caderno 13*. Trata-se da segunda redação do parágrafo 52 do *Caderno 8*, retomado e dobrado nos parágrafos 6 e 7 do *Caderno 13*. No parágrafo 7 – portanto, um texto de tipo C –, ao refletir sobre o papel pedagógico do Estado na conformação do “homem coletivo”, Gramsci volta a abordar a relação entre “guerra de movimento” e “guerra de posição”, acrescentando novos desenvolvimentos à sua reflexão. A identificação de Trótski com a defesa da validade do “ataque frontal” é então aprofundada. O primeiro passo de Gramsci é circunscrever a teoria de Trótski da “revolução permanente” ao contexto histórico de sua origem: essa formulação foi construída originalmente por Marx & Engels “[...] como expressão cientificamente elaborada das experiências jacobinas de 1789 ao Termidor” (Gramsci, 2001, p.1.566), servindo para identificar o progressivo aprofundamento do processo revolucionário, até o ponto de se reivindicar o programa político de transformação da revolução burguesa em revolução social:

A fórmula é própria de um período histórico em que não existiam ainda os grandes partidos de massa e os grandes sindicatos econômicos, e a sociedade ainda estava sob muitos aspectos, por assim dizer, no estado de fluidez [...]. (Gramsci, 2001, p.1.566)

Logo, a sua validade supõe a existência de determinadas condições históricas bastante precisas:<sup>34</sup> 1) ausência de democracia política: partidos de massa, sindicatos, sufrágio ampliado, etc.;

---

34. É curioso observar a extrema semelhança desses pontos destacados por Gramsci e aqueles já sublinhados por Engels em sua famosa “Introdução à edição de 1895” de *As lutas de classes na França de 1848 a 1850* (Marx, 2008, p.37-62), que impunham a necessidade da reformulação da estratégia revolucionária até então utilizada pelo proletariado europeu. Mais curioso ainda, como já registrado por Jacques Texier (1999, p.3-22), é o intrigante silêncio de Gramsci nos *Cadernos do cárcere* com relação ao texto de Engels, que ele provavelmente conhecia.

2) predominância das cidades sobre o campo, com o monopólio de poucas cidades sobre o país; 3) inexistência ou pouco desenvolvimento do domínio hegemônico da burguesia, que acarretaria uma maior autonomia da “sociedade civil” diante da “sociedade política”; 4) pouco desenvolvimento da técnica militar e da organização dos exércitos e, por último, 5) escasso desenvolvimento da integração das economias nacionais no mercado mundial (Gramsci, 2001, p.1.566). Portanto, o erro de Trótski, segundo Gramsci, consistiria em defender a validade da “revolução permanente” para uma época histórica em que ela perdeu a sua funcionalidade. Pois, a partir de 1870, com a expansão colonial europeia, todas essas condições assinaladas por Gramsci, e que viabilizavam o programa político contido na fórmula da “revolução permanente”, deixaram de existir, exigindo que a fórmula de 1848 seja substituída pela “fórmula da ‘hegemonia civil’” (Gramsci, 2001, p.1.566).

A partir desse momento, Gramsci passa a relacionar a necessidade de substituição da estratégia do “ataque frontal” pela estratégia da “guerra de posição” em razão da complexa morfologia do Estado moderno presente nas sociedades capitalistas desenvolvidas. A obscura argumentação apresentada no parágrafo 138 do *Caderno 6* começa finalmente a ser esclarecida. Ou seja, o desenvolvimento do domínio hegemônico da burguesia, através da ampliação do Estado no Ocidente, fortaleceu muito a “sociedade política”, que se tornou muito mais eficiente no controle da vida social; quanto à “sociedade civil”, que se tornou mais estreitamente vinculada ao Estado político, passando a difundir o consentimento ativo entre as massas populares, legitimando assim a ordem social estabelecida e funcionando como “trincheira” ou “fortificação” na preservação do aparelho estatal nos momentos mais graves de crises ou depressões econômicas. Além disso, mesmo que considerado como um fator secundário na avaliação gramsciana, não podemos esquecer que o amplo desenvolvimento da técnica militar no fim do século XIX, e mais notadamente no início do século XX, também contribuiu para inviabilizar o modelo insurrecional clássico, que após o Outubro russo se tornara anacrônico. É com base

na identificação dessa nova determinação histórica do Estado burguês que Gramsci reivindica a substituição da estratégia da “revolução permanente” (entendida como sinônimo de “ataque frontal”) pela estratégia da conquista da “hegemonia civil” (identificada por Gramsci como “guerra de posição”). No entanto, a mudança verificada na arte política, com a subordinação expressa da “guerra de movimento” à estratégia da “guerra de posição”, não elimina, em hipótese alguma, a necessidade da guerra manobrada, mas somente “[...] faz com que seja apenas ‘parcial’ o elemento do movimento que antes constituía ‘toda’ a guerra, etc.” (Gramsci, 2001, p.1.567).

Sem antecipar conclusões prematuras, que deverão decorrer da reconstrução desses conceitos conforme tomem forma no pensamento de Gramsci, é importante destacar que já ficou evidente nesse parágrafo que, não obstante serem conceitos contrastantes, “guerra de movimento” e “guerra de posição” indicam momentos complementares (isto é, não excludentes) de uma concepção estratégica mais ampla da luta de classes, elaborada em função da imposição objetiva de determinações históricas precisas da vigência do “Estado ampliado”. A “guerra de movimento” é então concebida como uma possível tática – como um momento importante, mas subordinado – da estratégia da “guerra de posição”. Como os dois termos, “tática” e “estratégia”,<sup>35</sup> nem sempre são utilizados de

---

35. Sobre a apropriação das contribuições da teoria militar pelo pensamento marxista, iniciada já pelos seus fundadores, conferir o ilustrativo capítulo presente em Gallie, 1979, p.71-99. É sabido que a partir de 1850, como parte do acordo de divisão do trabalho intelectual entre Marx e Engels, o segundo inicia um estudo sistemático dos principais teóricos militares (Clausewitz, Jomini, Wilmisen, etc.), tornando-se um dos mais argutos especialistas em questões militares do século XIX. Esse movimento continua ao longo do século XX, quando Lênin, a partir de 1915, busca traduzir as ideias militares de Clausewitz para a insurreição revolucionária do proletariado russo. Para maiores informações sobre a teoria militar marxista, conferir ainda, Neumann & Hagen, 2001, p.351-75; Semmel, 1981. Para uma análise detalhada dos fundamentos da guerra revolucionária, reconstruindo como o antagonismo político latente nas sociedades divididas em classes pode se transformar em guerra revolucionária aberta, consultar, também, Saint-Pierre, 2000.

modo preciso, seja no discurso militar, seja no discurso político, sendo frequentemente confundidos um com o outro, torna-se necessário esclarecer o significado preciso de cada um deles. Desse modo, a estratégia indica o planejamento e a preparação político-militar de longo alcance, visando alcançar o objetivo político final, ao passo que a tática, que comporta objetivos mais limitados no tempo e no espaço, indica o movimento localizado, realizado em função de se alcançarem metas políticas intermediárias. A estratégia forneceria o plano geral de ação e a tática conformaria os momentos parciais da ação. Em resumo, a estratégia comporta o uso de diferentes táticas, subordinando-as à realização do objetivo final visado pela luta de classes do proletariado.

Novos esclarecimentos são fornecidos por Gramsci no parágrafo 24 do *Caderno 13*.<sup>36</sup> Nessa nota, ao estabelecer uma interlocução crítica com Rosa Luxemburgo, Gramsci proporciona novos elementos sobre a sua concepção estratégica em construção. Sua crítica é dirigida ao livro *Greve de massas, partido e sindicatos*, no qual Rosa Luxemburgo analisa os eventos revolucionários ocorridos na Rússia em 1905. Além de acusar Rosa, de certo modo injustamente, de economicismo e espontaneísmo, por negligenciar os “elementos ‘voluntários’ e organizativos” presentes na primeira revolução russa mas ignorados pela revolucionária polonesa, Gramsci ainda identifica seu livro com a defesa da guerra manobrada ou de movimento: “esse opúsculo (e outros ensaios do mesmo autor) é um dos documentos mais significativos da teorização da guerra manobrada aplicada à arte política” (Gramsci, 2001, p.1.613). É aqui que Gramsci conclui um raciocínio que, da mesma forma, havia iniciado no parágrafo 7 desse mesmo *Caderno*, segundo o qual, também no terreno exclusivamente militar, da guerra entre os Estados modernos, o recurso à guerra manobrada

---

36. Trata-se da reescritura (texto C) do parágrafo 10 do *Caderno 7*, que em sua primeira versão, como seu título (“Estrutura e superestrutura”) indica, foi concebido originalmente no contexto de preocupações teórico-metodológicas, mas que é aqui retomado com objetivos mais diretamente políticos.



não seria inteiramente cancelado, mas sim que esta “[...] deva ser considerada como reduzida mais a funções táticas do que estratégicas, deva ser considerada na mesma posição em que antes estava a guerra de assédio em relação à guerra manobrada” (Gramsci, 2001, p.1.615). Consequentemente,

A mesma transformação deve ocorrer na arte e na Ciência Política [isto é, na estratégia utilizada pelo movimento operário], pelo menos no que se refere aos Estados mais avançados, onde a “sociedade civil” tornou-se uma estrutura muito complexa e resistente às “irrupções” catastróficas do elemento econômico imediato (crises, depressões, etc.); as superestruturas da sociedade civil são como o sistema das trincheiras na guerra moderna. (Gramsci, 2001, p.1.615)

Nesse sentido, segundo Gramsci, o último exemplo histórico de aplicação consequente da estratégia da “guerra de movimento” – ou de guerra manobrada ou ainda do programa estratégico da antiga fórmula da “revolução permanente” – teria sido a Revolução Russa de outubro de 1917, que representaria um divisor de águas na história moderna da luta de classes. O desenvolvimento político especial da Europa ocidental e central, que resultara da introdução do sufrágio ampliado e da consolidação dos partidos de massa e dos grandes sindicatos operários, com a consequente legitimação da ordem social estabelecida, exigia também uma mutação profunda na teoria da revolução. Paradoxalmente, demonstrando a ambiguidade de sua relação para com Trótski, no final desse mesmo parágrafo, Gramsci o reconhece como aquele que antecipou, pelo menos de forma especulativa, a distinção das condições presentes no Ocidente e a consequente necessidade de reformulação da estratégia revolucionária na Europa ocidental e central:

Uma tentativa de dar início à revisão dos métodos táticos deveria ter sido aquela exposta por L. Davidovitch Bronstein na quarta reunião [IV Congresso da IC], quando fez um paralelo entre a

frente oriental e a frente ocidental: enquanto aquela caiu imediatamente, mas foi seguida por intensas lutas, nesta última as lutas teriam lugar “antes”. Ou seja, tratar-se-ia de saber se a sociedade civil resiste antes ou depois do assalto, onde este tem lugar, etc. Contudo, a questão foi exposta apenas em forma literária brilhante, mas sem indicações de caráter prático. (Gramsci, 2001, p.1.616)

No entanto, a conformação definitiva do conceito de “guerra de posição”, em seu sentido estratégico e político-militar, só se completa no parágrafo 16 do *Caderno 7*, escrito entre 1930-1932. Nesse texto de tipo B, intitulado “Guerra de posição e guerra manobrada ou frontal”, Gramsci volta à carga em sua crítica à “revolução permanente” de Trótski. O mote inicial de Gramsci é vincular a defesa da permanência do movimento feita por Trótski ao contexto histórico da formação social pouco desenvolvida da Rússia:

Deve-se examinar se a famosa teoria de Bronstein sobre a *permanência* do movimento não é o reflexo da teoria da guerra manobrada [...]; em última análise, o reflexo das condições gerais – econômicas, culturais, sociais – de um país em que os quadros da vida nacional são embrionários e frouxos e não podem se tornar “trincheira ou fortaleza”. (Gramsci, 2001, p.865)

Com efeito, Gramsci endurece sua crítica a Trótski, acusando-o de cosmopolitismo, em oposição a Lênin, que sempre tivera em conta em suas intervenções políticas a relação dialética entre o elemento nacional e o elemento internacional. Na impossibilidade de apreender a distinção entre as condições presentes na Rússia e aquelas presentes na Europa ocidental, Trótski acabou refém da permanência do movimento, mesmo tendo sido um dos primeiros dirigentes bolcheviques a perceber que havia diferenças entre a “frente oriental” e a “frente ocidental”. Por essa razão, “sua teoria, como tal, não era boa nem

15 anos antes<sup>37</sup> nem 15 anos depois”, pois “ele adivinhou no atacado, isto é, teve razão na previsão prática mais geral [...]” (Gramsci, 2001, p.866). Por outro lado, por ser “profundamente nacional e profundamente europeu”, conseguindo assim uma apreensão dialética da luta revolucionária na Europa, Lênin percebeu a necessidade de se passar da “guerra de movimento” à “guerra de posição”:

Parece-me que Ilich [Lênin] havia compreendido a necessidade de uma mudança da guerra manobrada, aplicada vitoriosamente no Oriente em 1917, para a guerra de posição, que era a única possível no Ocidente [...]. Parece-me este o significado da fórmula da “frente única” [...]. (Gramsci, 2001, p.866)

Após introduzir pela primeira vez a contraposição entre Oriente e Ocidente, Gramsci consolida a sua nova elaboração estratégica. É o reconhecimento da ampliação do Estado na Europa ocidental e central que exige a reformulação da estratégia da guerra manobrada aplicada na Rússia. O pouco desenvolvimento da “sociedade civil” na Rússia, que era “primitiva e gelatinosa”, fez que o ataque frontal ao aparelho de Estado fosse suficiente para assegurar a vitória da revolução. Mas, no Ocidente, onde “entre o Estado e a sociedade civil” existe “uma justa relação”, o ataque frontal, sem uma prévia luta pela conquista da hegemonia, faz a “sociedade civil” se levantar em defesa do Estado, inviabilizando qualquer chance de vitória da revolução: “O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas [...]” (Gramsci, 2001, p.866). Se não for precedida por uma prepa-

---

37. A ideia da “revolução permanente” foi defendida originalmente por Trótski em 1905, quando se destacou como um dos principais líderes da primeira revolução russa. Contudo, a teoria da “revolução permanente” só fora aplicada na prática em 1917, quando os bolcheviques transformaram a revolução democrática em revolução social. A sistematização dessa teoria se deu em 1928, quando Trótski escreve o seu livro *A revolução permanente* como parte da crítica à política sectária então adotada pela Terceira Internacional.

ração política e ideológica eficiente, fundada na difusão da “filosofia da práxis” em largas parcelas das massas populares e na obtenção da direção político-cultural no âmbito da “sociedade civil”, a explosão concentrada ou o ataque frontal ao aparelho de Estado (“sociedade política”) poderá se tornar “extemporâneo”, como as revoluções socialistas fracassadas no imediato pós-guerra demonstraram na Itália, na Alemanha e na Hungria.

O que podemos concluir, após a reconstrução preliminar do conceito, é que a “guerra de posição” é muito mais uma estratégia imposta pelas condições objetivas vigentes nas formações capitalistas desenvolvidas do que uma escolha deliberada por parte das classes subalternas, já que “a verdade é que não se pode escolher a forma de guerra que se quer, a menos que se tenha uma superioridade esmagadora sobre o inimigo [...]” (Gramsci, 2001, p.1.614). E este não era o caso do proletariado europeu naquele momento, duramente castigado pela reação burguesa na forma do fascismo e do nazismo em ascensão. Nesse sentido, a “guerra de posição”, como uma estratégia imposta às classes subalternas no Ocidente, se constitui numa sucessão prolongada de enfrentamentos, abarcando primeiro a “sociedade civil” e depois a “sociedade política”. Por conseguinte, uma das mais importantes funções do “moderno Príncipe” consiste em construir a hegemonia do proletariado no processo de disputa político-cultural travado no seio da “sociedade civil”, tanto com os setores liberal-burgueses quanto com os setores reformistas e sectários do campo proletário. Essa disputa de hegemonia é a única possibilidade vislumbrada por Gramsci, dada a legitimação da ordem burguesa entre grandes parcelas da população, inclusive das classes subalternas, de ampliação das alianças entre o proletariado industrial e outros setores das classes populares, permitindo a criação de um consenso difuso em torno de seu programa político, que o transforme em “classe dirigente” antes do assalto ao poder de Estado.

Nessa fase inicial, a “guerra de posição” se daria em duas frentes principais: i) com sua intervenção político-cultural, o “moderno Príncipe” procuraria difundir um novo progresso intelectual de

massa, elevando o *sensu comum* dos estratos populares ao nível do *sensu crítico* da “filosofia da práxis”. Assim, competiria ao “moderno Príncipe”, por intermédio de sua rede de instituições colaterais, elaborar a categoria de intelectuais orgânicos à nova classe ascendente, cumprindo na “sociedade civil” o papel que o Estado executa na “sociedade política” (Gramsci, 2001, p.1.522), o de homogeneizar e unificar os grupos sociais que representa, e, paralelamente; ii) o “moderno Príncipe” deveria incentivar a construção dos novos institutos da democracia proletária no campo da produção, da cultura, das artes, etc., até a conformação definitiva de uma autêntica “sociedade civil” proletária nos interstícios do “Estado ampliado” burguês.<sup>38</sup> As inúmeras notas escritas por Gramsci sobre a questão da educação e a própria proposição da “escola unitária” são indicações que apontam nesse sentido. Se bem que, como um programa político do “moderno Príncipe”, a implantação efetiva da “escola unitária” exija a conquista do poder de Estado e a unificação também da sociedade<sup>39</sup> (isto é, a propalada “reforma econômica”, que é uma das tarefas essenciais do “moderno Príncipe”), as etapas iniciais de sua constituição ocorrem ainda durante a fase preliminar de acumulação de forças. Da mesma forma, o controle da produção por parte dos trabalhadores deve começar também nessa fase, pois tudo indica que, apesar de haver superado dialeticamente muitas posições defendidas em 1919-1920 durante o “bienio rosso”, Gramsci nunca renegou a experiência dos conselhos de fábrica, que, como já afirmamos, constituiu-se na experiência seminal que definiu toda a sua elaboração política posterior.

Em seguida, cumprida a fase inicial de acumulação de forças, diante da instauração de uma efetiva dualidade de poderes expressa na “sociedade civil”, a “guerra de posição” confluiria para uma

---

38. Para uma rica reconstrução da estratégia do “moderno Príncipe”, que supera os vieses da leitura eurocomunista de Gramsci e realça o seu *ethos* político original, conferir Secco (1996, p.81-95) e Del Roio (1998b, p.103-18).

39. “O advento da escola unitária significa o início de novas relações entre trabalho intelectual e trabalho industrial não apenas na escola, mas em toda a vida social.” (Gramsci, 2001, p.1.538)

guerra manobrada, visando à conquista do poder de Estado e o domínio efetivo da nova classe ascendente. Apesar de Gramsci nunca se referir explicitamente nos *Cadernos do cárcere* à noção de dualidade de poderes, é evidente, pelo menos de modo implícito, que a conquista da direção político-cultural no âmbito dos “aparelhos privados de hegemonia” e a construção de novos institutos proletários de autogestão da vida material e espiritual caracterizam *de fato* uma situação de dualidade de poderes, pelo menos no que se refere ao contexto da “sociedade civil”. É também evidentemente claro que a concepção gramsciana da dualidade de poderes é muito mais sofisticada do aquela desenvolvida por Marx ou mesmo Lênin, mas isto não significa afirmar, como sugere Coutinho (1996, p.13-69),<sup>40</sup> que Gramsci tenha recusado a tese marxista da dualidade de poderes. Sem a ruptura revolucionária, cujo pressuposto é a constituição de um contrapoder antagônico, como poderia ser feita a “reforma econômica”, que é o fundamento da “reforma intelectual e moral”, uma das principais tarefas indicadas por Gramsci ao “moderno Príncipe”?

Contudo, paradoxalmente, a ruptura revolucionária necessária à construção de uma nova ordem social não esgotaria a necessidade de ampliação da hegemonia por parte do “moderno Príncipe”. Pelo contrário, já que a função dirigente do proletariado sobre o conjunto das classes subalternas é também a forma mais segura de construção do “Estado integral” de transição ao socialismo, esta deve ser desenvolvida ainda mais após a ruptura institucional. Logo, a guerra manobrada no contexto da estratégia revolucionária gramsciana representa apenas um momento tático, já que a “guerra de posição” fora previamente vitoriosa, exigindo apenas um mínimo de coerção a ser aplicada contra os restritos grupos sociais contrarrevolucionários. Como muito bem caracterizou Bianchi (2008, p.209), ao apontar a indissociabilidade entre “guerra de movimento” e “guerra de posição” na estratégia gramsciana de transição ao socialismo, en-

---

40. Conferir especialmente as p.49-60.

quanto a primeira “predomina na luta *contra* a sociedade política”, isto é, contra os aparelhos repressivos das antigas classes dominantes, a segunda “afirma sua supremacia na luta *na* sociedade civil”, na ampliação e manutenção do consenso mesmo após a vitória inicial. Assim, a fim de construir um novo “Estado integral”, que ao longo do processo de transição levaria à reabsorção da “sociedade política” pela “sociedade civil”, o proletariado deveria conciliar o domínio político (coerção) com a direção político-cultural (consenso).





## CONCLUSÃO:

# A TEORIA DO "MODERNO PRÍNCIPE" NOS *CADERNOS DO CÁRCERE*

Procuramos, neste trabalho, mostrar que a teoria do “moderno Príncipe” representa o momento mais desenvolvido da teoria gramsciana do partido revolucionário. Em sua reflexão de maturidade, ao estabelecer um nexu dialético com suas formulações anteriores, Gramsci traduziu a teoria do partido sistematizada nas “Teses de Lyon” no novo quadro teórico-conceitual presente em sua “filosofia da práxis”. A teoria do “moderno Príncipe” incorporou e superou as aquisições políticas e organizativas de 1925-1926, expressando essa nova concepção no contexto da refundação da Ciência Política marxista realizada nos *Cadernos do cárcere*.

Entretanto, como é característico da escrita carcerária, não existe uma teoria sistemática do “moderno Príncipe” nos *Cadernos*. Como mostramos, a única forma possível de apreender essa teoria é pela reconstrução do desenvolvimento da elaboração política de Gramsci, que demonstra a persistência de uma determinada concepção organizativa geral de partido, a qual se mantém desde sua primeira sistematização nas “Teses de Lyon” até os escritos de maturidade do cárcere. É evidente, porém, que nos *Cadernos do cárcere* são acrescentadas inovações políticas e organizativas a essa concepção geral. Por conseguinte, como ficou manifesto após discutirmos as notas que abordam o partido como “moderno Príncipe”,

não é possível extrair delas princípios organizativos ou um modelo estruturante pronto e acabado do partido revolucionário. Explícitamente, a qualificação do partido revolucionário como “moderno Príncipe”, a contraposição entre “centralismo democrático” e “centralismo burocrático”, a aplicação do “teorema das proporções definidas” e a proposição da estratégia da “guerra de posição” não fornecem muitos detalhes precisos sobre a estrutura organizativa do “moderno Príncipe”.

Contudo, a explicação para a ausência de uma discussão sistemática sobre a forma de organização do partido revolucionário nos *Cadernos do cárcere*, para além daquela de validade geral, já indicada ao longo do trabalho, oriunda da fragmentação do texto e do estilo criptográfico adotado pelo autor, provavelmente reside numa motivação bastante prosaica: na aceitação, por parte de Gramsci, da validade e da exatidão dos princípios organizativos gerais legados por Lênin, progressivamente assimilados no curso de sua polêmica contra o sectarismo organizativo de Amadeo Bordiga e posteriormente desenvolvidos nos anos em que esteve à frente da direção do PCI, momento no qual esses princípios foram integrados na nova síntese teórica que se expressou na fórmula da “bolchevização” organizativa materializada nas “Teses de Lyon”. Consequentemente, do ponto de vista organizativo, o “moderno Príncipe” não é senão o partido revolucionário como definido nas teses do III Congresso do PCI, só que traduzido no sistema teórico-conceitual desenvolvido nos *Cadernos do cárcere*, que introduziu um salto qualitativo em sua concepção, por meio da conservação/superação de seus elementos constitutivos principais.

Então, mesmo cientes dos riscos envolvidos na reconstrução de sua teoria do partido revolucionário, que em virtude do caráter aberto dos escritos carcerários envolve uma grande dose de arbitrariedade, não nos restava alternativa senão esta, para expormos a sistematização de sua concepção do “moderno Príncipe”. Além do mais, esta é também a forma mais adequada para demonstrar as tentativas realizadas por Gramsci de responder teoricamente às objeções levantadas pela crítica liberal do partido político, especialmente em

sua formulação michelsiana. Nesse sentido, mesmo que não inteiramente imunes à possibilidade de instrumentalização interpretativa do pensamento de Gramsci, a contextualização histórica dos fundamentos de sua elaboração política de maturidade e a rigorosa apreensão filológica dos principais conceitos de sua ciência política que fizemos previamente, nos permitem reconstruir e sistematizar a teoria do “moderno Príncipe”. Dadas essas ressalvas, examinemos como a teoria do “moderno Príncipe” responde às três questões fundamentais que caracterizam a tradição marxista de estudo do partido político e, ainda, como replica às objeções levantadas pela crítica liberal do fenômeno partidário.

Nos *Cadernos do cárcere*, o desenvolvimento da consciência antagonista das classes subalternas é visto de modo muito mais nuançado do que em seus predecessores marxistas. Ao contrário de Marx e de Rosa Luxemburgo, que concebiam o desenvolvimento da consciência de classe do proletariado como o resultado imediato das contradições decorrentes das condições de vida sob o capitalismo, ou de Lênin, que acreditava que a consciência antagonista devia ser introduzida de fora no movimento proletário através de seus intelectuais, Gramsci defende uma posição dialética intermediária. Desde as “Teses de Lyon” – quando concebe o partido como “parte” da classe operária, mas, de modo ainda mais consistente nos *Cadernos do cárcere*, ao desenvolver o conceito de “intelectual orgânico” –, Gramsci defende que a formação da consciência socialista ou revolucionária é o resultado da interação dialética entre a percepção subjetiva por parte dos indivíduos dos antagonismos latentes na estrutura social e a educação política fornecida pelos intelectuais vinculados organicamente às classes subalternas, cujo representante mais destacado seria o próprio “moderno Príncipe”. Ou seja, entre as contradições originadas na estrutura e a tomada de consciência ao nível político-ideológico, existe a mediação dialética dos intelectuais orgânicos da classe ascendente. Consequentemente, a consciência socialista antagonista não é imposta de “fora” (Lênin), nem se desenvolve espontaneamente a partir das lutas econômicas (Marx e Rosa Luxemburgo),

mas é produzida pela interação político-pedagógica entre os componentes mais avançados da classe (isto é, os seus intelectuais orgânicos) e o conjunto da classe. Com efeito, nos *Cadernos do cárcere*, Gramsci parte do princípio de que a consciência antagônica já existe entre as massas operárias em sua forma primordial (como “bom senso”), cuja expressão máxima, ainda dentro de sua conformação econômico-corporativa, manifesta-se na consciência sindical ou tradeunionista. Porém, a transformação dessa consciência antagônica elementar em consciência política socialista depende da intervenção consciente e planejada do “moderno Príncipe” e de seus intelectuais, tanto por meio da difusão da “filosofia da práxis” quanto pela educação política fornecida pela eficácia de sua intervenção nas lutas cotidianas das massas trabalhadoras.

Quanto à relação entre o partido e a sua referência social, Gramsci se aproxima bastante da concepção leniniana. Ele defende que existe uma distinção entre o partido (entendido como organização formal) e o conjunto da classe (a classe operária apreendida empiricamente), já que, na verdade, todo partido, inclusive o “moderno Príncipe”, é uma “nomenclatura de classe”. Contudo, o “moderno Príncipe” não é concebido como uma vanguarda separada das classes subalternas (os revolucionários profissionais de Lênin), mas sim como um estrato mais avançado politicamente, extraído da classe e que deve se manter organicamente fundido à classe (concepção próxima daquela partilhada por Rosa Luxemburgo). Todavia, se a recusa da homologia entre classe e partido é uma constante ao longo da elaboração política de Gramsci, o mesmo não ocorre com relação à função indicada ao partido revolucionário. Nas “Teses de Lyon”, Gramsci assinalava duas funções essenciais ao partido revolucionário: desenvolver a consciência de classe do proletariado e guiar o conjunto das classes trabalhadoras (o proletariado industrial e agrícola e os camponeses) durante o processo de insurreição revolucionária. Porém, nos *Cadernos do cárcere*, essa dupla função é metamorfoseada na construção da “vontade coletiva” nacional-popular e na realização da “reforma intelectual e moral” necessárias à edificação da civilização socialista. O que

mudou de um momento para o outro? Trata-se uma simples tradução das mesmas funções do jargão do período da “bolchevização” para o léxico conceitual da “filosofia da práxis”?

Aqui, com toda certeza, trata-se de uma mudança mais profunda, relacionada à percepção da mudança da temporalidade da própria revolução socialista. Nos *Cadernos do cárcere*, o reconhecimento da vigência do “Estado ampliado” no Ocidente, com a consequente instauração do domínio hegemônico da burguesia, fez com que Gramsci reavaliasse a diferença da temporalidade da revolução entre o Oriente e o Ocidente, introduzindo assim uma profunda reformulação estratégica. Portanto, a redefinição da função do partido revolucionário expressa muito mais do que uma simples mudança linguística, indicando a necessidade de substituir a “guerra de movimento” pela “guerra de posição”.

A reformulação da função do partido revolucionário fica evidente na utilização da metáfora do “moderno Príncipe”, que em si mesma já expressa uma carga enorme de novos significados. Em primeiro lugar, destaca uma profunda renovação da Ciência Política marxista, superando a concepção teórica sectária então defendida pela IC, depurando-a de suas incrustações deterministas e voluntaristas. Os aportes teóricos e metodológicos absorvidos de Maquiavel – a apreensão da política como “grande política”, o reconhecimento da autonomia relativa da política diante da economia e a introdução da “dupla perspectiva” na análise da configuração do poder na sociedade capitalista moderna – permitiram a Gramsci resgatar o conceito de política de suas deformações vulgarizadas e conceber uma nova estratégia para viabilizar a revolução socialista no Ocidente. Em segundo lugar, permitiram a Gramsci perceber que, em suas formulações de 1925-1926, a função delegada ao partido revolucionário estava inteiramente contaminada pela perspectiva da “guerra de movimento”, sendo necessário adequá-la para as novas condições impostas pela “guerra de posição”. A formação de uma nova “vontade coletiva” impõe a necessidade da “reforma intelectual e moral”, indicando que o “moderno Príncipe” deve conciliar direção política e direção cultural. Esse é o principal

ponto de superação dialética da função do partido em relação às suas formulações pré-carcerárias.

No entanto, a definição da estrutura organizativa do “moderno Príncipe” é uma questão muito mais difícil de estabelecer. Nas “Teses de Lyon”, o partido revolucionário é definido como uma organização estruturada de modo compacto e centralizado, cujo elemento de base localizava-se nas células distribuídas pelos locais de trabalho. Nesse momento, a organização do partido em células, tendo como base o local de produção, é apresentada por Gramsci como a característica diferencial do partido revolucionário, como o traço essencial que o distingue do modelo liberal-democrático ou social-democrático de partido, organizado com base na seção territorial. Não podemos afirmar que tal tese continue a ter validade ou que tenha se modificado nos *Cadernos do cárcere*, pois lá não existe nenhuma menção sobre essa questão. Contudo, Gramsci continua reafirmando a necessidade da organização centralizada e da disciplina partidária, o que, de certa forma, validaria os princípios organizativos de 1925-1926. A única distinção importante introduzida nos escritos carcerários refere-se a mecanismos organizativos extras, visando coibir a burocratização e a oligarquização da organização partidária, que Gramsci desenvolve pelo confronto com a sociologia michelsiana do partido político. Como uma resposta à tese de Michels da inexorabilidade da oligarquização do partido proletário, Gramsci reafirma a validade do “centralismo democrático” e propõe a constituição de um estrato intermediário entre os chefes e as massas como antídoto ao processo de degeneração burocrática do partido revolucionário.

Desse modo, toma forma um modelo de partido revolucionário de massa, marcado pela relação democrática entre a base do partido e seu grupo dirigente, viabilizada pela adoção do “centralismo democrático”, pois esta é a única forma de organização capaz de estimular tanto a iniciativa vinda da base, quanto de aumentar a iniciativa política de seus membros individuais, permitindo a aplicação consciente e eficaz de uma autêntica política de massa. A adoção do “centralismo democrático” é a única salvaguarda contra a cisão dos interes-

ses entre o aparelho partidário e a referência social do partido, permitindo elevar política e culturalmente os mais amplos estratos populares vinculados ao partido, promovendo uma profunda "reforma intelectual e moral" dos grupos subalternos para a difusão da "filosofia da práxis". Quando isto ocorre, a disciplina partidária não é sentida como uma imposição extrínseca, imposta por um Comitê Central onisciente, mas sim como uma expressão concreta de liberdade, capaz de unificar as vontades individuais numa "vontade coletiva" estável pronta a intervir conscientemente na realidade histórica (transformando a estrutura em superestrutura), pois o partido é concebido e sentido como uma parte orgânica da classe, não como um corpo distinto e separado.





## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGOSTI, Aldo. *Storia del PCI*. Roma, Bari: Laterza, 1999.
- ANDERSON, Perry. As antinomias de Gramsci. In: \_\_\_\_\_. *Afinidades seletivas*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- BADALONI, Nicola. *Il marxismo di Gramsci: dal mito alla ricomposizione politica*. Turim: Einaudi, 1975.
- \_\_\_\_\_, MUSCETTA, Carlo. *Labriola, Croce, Gentile*. Roma, Bari: Laterza, 1990.
- BADIOU, Alain et al. *Sobre la idea del comunismo*. Buenos Aires: Paidós, 2010.
- BERGER, Suzanne. Politics and anti-politics in Western Europe in Seventies. *Daedalus*, v.108, p.27-50, 1979.
- BERTOLINO, Simone. *Rifondazione comunista: storia e organizzazione*. Bolonha: Il Mulino, 2004.
- BIANCHI, Álvaro. *O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*. São Paulo: Alameda, 2008.
- BIDET, Jacques, DUMÉNIL, Gerard. *Altermarxisme: un autre marxisme pour un autre monde*. Paris: PUF, 2007.
- BOBBIO, Norberto. *Atti del Convegno di Studi Gramsciani*. v.1. I.Roma: Riuniti, 1969.
- \_\_\_\_\_. *Gramsci e o conceito de sociedade civil*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

- BONOMI, Giorgio. *Partito e rivoluzione in Gramsci*. Milão: Feltrinelli, 1976.
- BORON, Atilio A. Estudo introdutório. Atualidade de *Que fazer?* In: LÊNIN, Vladimir Ilich. *Que fazer?: a organização como sujeito político*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BRAZ, Marcelo. *Partido e revolução: 1848-1989*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- BROUE, Pierre. *El Partido Bolchevique*. São Paulo: Editora Instituto José Luiz e Rosa Sundermann, s. d.
- BUCI-GLUCKMANN, Christinne. *Gramsci e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- BUEY, Francisco Fernández. *Leyendo a Gramsci*. Barcelona: El Viejo Topo, 2001.
- BURGIO, Alberto. Il problema dell'arretratezza delle masse e la teoria del partito negli scritti precarcerari. In: GIACOMINI, Ruggero et al. *Gramsci e l'Italia*. Atti del Convegno Internazionale di Urbino, 24-25 de janeiro de 1992. Nápoles: La Città del Sole, 1994. p.350-79.
- \_\_\_\_\_, SANTUCCI, Antonio A. (Org.). *Gramsci e la rivoluzione in Occidente*. Roma: Riuniti, 1999.
- BUZZI, A. R. *La teoria política de Antonio Gramsci*. Barcelona: Fontanella, 1969.
- CAFAGNA, Luciano et al. *Le tesi di Lione: riflessioni su Gramsci e la storia d'Italia*. Milão: Franco Angeli, 1990.
- CALABRÒ, Gaetano. Qualche considerazione sul problema Machiavelli. In: MASTELLONE, Salvo, SOLA, Giorgio. *Gramsci: il partito politico nei Quaderni*. Florença: Centro Editoriale Toscano, 2001.
- CALLINICOS, Alex. *An anti-capitalist manifesto*. Londres: Polity Press, 2003.
- CARAMANI, Daniele, HUG, Simon. The literature on European parties and party systems since 1945: a quantitative analysis. *European Journal of Political Research*, v.33, p.497-524, 1998.
- CARINI, Carlo. Il partito: uma reflexão tra ciência política e realidade histórica. In: MASTELLONE, Salvo, SOLA, Giorgio. *Gramsci: il*

- partito politico nei *Quaderni*. Florença: Centro Editoriale Toscano, 2001.
- CATONE, Andrea. Gramsci, la Rivoluzione Russa e la rivoluzione in Occidente. In: BURGIO, A., SANTUCCI, A. A. (Org.). *Gramsci e la rivoluzione in Occidente*. Roma: Riuniti, 1999.
- CAVALLARI, Giovanna. Gramsci e Sorel: la Scienza Politica fra "mito" e partito. In: MASTELLONE, Salvo, SOLA, Giorgio. *Gramsci: il partito politico nei Quaderni*. Florença: Centro Editoriale Toscano, 2001.
- CERRONI, Umberto. *Teoría política y socialismo*. México: Era, 1976.
- \_\_\_\_\_. *Teoria do partido político*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982.
- CHARLOT, Jean. *Os partidos políticos*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.
- CLARK, Martin. *Antonio Gramsci and the revolution that failed*. New Haven; Londres: Yale University Press, 1977.
- CLIFF, Tony et al. *Party and class*. Londres: Bookmarks, 1996.
- COELHO, M. F. P., BANDEIRA, L., MENEZES, M. L. de (Org.). *Política, ciência e cultura em Max Weber*. Brasília; São Paulo: Editora da Universidade de Brasília; Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- COUTINHO, Carlos Nelson. A dualidade de poderes: Estado e revolução no pensamento marxista. In: \_\_\_\_\_. *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- \_\_\_\_\_, TEIXEIRA, Andréa de Paula (Org.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- DAALDER, Hans. ¿Partidos negados, obviados o redundantes? Una crítica. In: MONTERO, José Ramón et al. (Org.). *Partidos políticos: viejos conceptos y nuevos retos*. Madri: Trotta, 2007.
- DE ANGELIS, Alessandro. *I comunisti e il partito: dal "partito nuovo" alla svolta dell'89*. Roma: Carocci, 2002.
- DEL ROIO, Marcos. *O império universal e seus antípodas: a ocidentalização do mundo*. São Paulo: Ícone, 1998a.

- DEL ROIO, Marcos. Gramsci contra o Ocidente. In: AGGIO, Alberto (Org.). *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: Editora UNESP, 1998b.
- \_\_\_\_\_. *Os prismas de Gramsci: a fórmula política da frente única (1919-1926)*. São Paulo: Xamã, 2005.
- DELLA PORTA, Donatella. *I partiti politici*. Bolonha: Il Mulino, 2009.
- DILIBERTO, Oliviero et al. *Ricostruire il Partito Comunista: appunti per una discussione*. Macerata: Simple, 2011.
- DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro; Brasília: Zahar; Editora da Universidade de Brasília, 1980 [1951].
- ENGELS, F. Introdução de Friedrich Engels à edição de 1895. In: MARX, Karl. *A revolução antes da revolução*. v.2. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- FEMIA, Joseph V. *Gramsci's political thought: hegemony, consciousness, and the revolutionary process*. Oxford: Clarendon Press, 1987.
- FERLISI, Frank. *Per un progetto di transizione: ovvero per una nuova identità comunista*. Milão: Punto Rosso, 2000.
- FIORI, Giuseppe. *A vida de Antonio Gramsci*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FONTANA, Benedetto. *Hegemony and power: on the relation between Gramsci and Machiavelli*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993.
- FRESU, Gianni. *"Il diavolo nell'ampolla": Antonio Gramsci, gli intellettuali e il partito*. Nápoles: La Città del Sole, 2005.
- FROSINI, Fabio. *Da Gramsci a Marx: ideologia, verità e politica*. Roma: Derive Approdi, 2009.
- \_\_\_\_\_. *La religione dell'uomo moderno: politica e verità nei Quaderni del carcere di Antonio Gramsci*. Roma: Carocci, 2010.
- \_\_\_\_\_, LIGUORI, Guido (Org.). *Le parole di Gramsci: per um lessico dei Quaderni del carcere*. Roma: Carocci, 2003.
- GALLIE, W. B. *Os filósofos da paz e da guerra*. Rio de Janeiro; Brasília: Artenova; Editora da Universidade de Brasília, 1979.
- GARCIA, Fernando Coutinho. *Partidos políticos e teoria da organização*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

- GERRATANA, Valentino. *Gramsci: problemi di metodo*. Roma: Riuniti, 1997.
- GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere*. Edizione critica dell'Istituto Gramsci. A cura di Valentino Gerratana. 4v. Turim: Einaudi Tascabili, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Escritos políticos*. v.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004a.
- \_\_\_\_\_. *Escritos políticos*. v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004b.
- \_\_\_\_\_. *Cartas do cárcere*. 1926-1930. v.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005a.
- \_\_\_\_\_. *Cartas do cárcere*. 1931-1937. v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005b.
- GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- HÁJEK, Milos. A bolchevização dos partidos comunistas. In: HOBSBAWM, Eric (Org.). *História do marxismo VI: o marxismo na época da Terceira Internacional – da Internacional Comunista de 1919 às frentes populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- HEGEL, G. W. F. *Linhas fundamentais da Filosofia do Direito, ou, Direito natural e ciência do Estado em compêndio*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2010.
- HOBSBAWM, Eric J. *Estratégias para uma esquerda racional: escritos políticos 1977-1988*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- HOLZ, Hans Heinz. *Comunisti oggi: il partito e i suoi fondamenti teorici*. Nápoles: La Città del Sole, 1999.
- IVES, Peter. *Language & hegemony in Gramsci*. Londres: Pluto Press, 2004.
- JOHNSTONE, Monty. Marx y Engels y el concepto de partido. In: CERRONI, Umberto et al. *Teoria marxista del partido político*. México: Siglo XXI, 1977.
- \_\_\_\_\_. Um instrumento político de tipo novo: o partido leninista de vanguarda. In: HOBSBAWM, Eric (Org.). *História do marxismo VI: o marxismo na época da Terceira Internacional – da Internacional Comunista de 1919 às frentes populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

- KIRCHHEIMER, Otto. The transformation of Western European party systems. In: LAPALOMBARA, Joseph, WEINER, Myrar. *Political parties and political development*. Princeton: Princeton University Press, 1966.
- LAJOLO, Laurana. *Antonio Gramsci: uma vida*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- LAWSON, Kay, MERKL, Peter H. *When parties fail: emerging alternative organizations*. Princeton: Princeton University Press, 1988.
- LE BLANC, Paul. *Lenin and the revolutionary party*. Londres: Prometheus Books, 1993.
- LÊNIN, Vladimir Ilich. *Que fazer?: a organização como sujeito político*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- LEPRE, Aurelio. *O prisioneiro: a vida de Antonio Gramsci*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- LIGUORI, Guido. *Gramsci conteso: storia di um dibattito (1922-1996)*. Roma: Editori Riuniti, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Roteiros para Gramsci*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007.
- \_\_\_\_\_, VOZA, Pasquale (Org.). *Dizionario gramsciano: 1926-1937*. Roma: Carocci, 2009.
- LIPSET, Seymour Martin. Introduction (p.IX-LXVIII). In: OSTROGORSKI, Moisei. *Democracy and the organization of political parties: the United States*. v.II. 2.ed. Nova Jersey: Transaction Publisher, 2009.
- LOSURDO, Domenico. *Gramsci, do liberalismo ao “comunismo crítico”*. Rio de Janeiro: Revan, 2006.
- LOUREIRO, Isabel Maria. Introdução. In: LUXEMBURGO, Rosa. *A Revolução Russa*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- LUKÁCS, György. *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- LUXEMBURGO, Rosa. *Greve de massas, partido e sindicatos*. São Paulo: Kairós, 1979.
- \_\_\_\_\_. Questões de organização da social-democracia russa. In: \_\_\_\_\_. *A Revolução Russa*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- MACHIAVELLI, Niccolò. *Tutte le opere: storiche, politiche e letterarie*. Florença: Newton, 1998.

- MALANDRINO, Corrado. Gramsci e sociologia del partito politico di Michels. In: MASTELLONE, Salvo, SOLA, Giorgio. *Gramsci: il partito politico nei Quaderni*. Florença: Centro Editoriale Toscano, 2001.
- MANDEL, Ernest. *A teoria leninista da organização*. São Paulo: Aparte, 1984.
- MARINO, Giuseppe Carlo. *Eclissi del principe e crisi della storia: apogeo e tramonto della democrazia rivoluzionaria nel XX secolo*. Milão: Franco Angeli, 2007.
- MARX, Karl. *A revolução antes da revolução*. v.2. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- \_\_\_\_\_, ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998.
- MASTELLONE, Salvo, SOLA, G. (Org.). *Gramsci: I "Quaderni del carcere"*. Una riflessione politica incompiuta. Turim: Utet Libreria, 1997.
- MEDICI, Rita. *La metafora Machiavelli: Mosca, Pareto, Michels, Gramsci*. Módena: Mucchi, 1990.
- MICHELS, Robert. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.
- MOLYNEUX, John. *Marxism and the party*. Londres: Pluto Press, 1978.
- MONTANARI, Marcello. La finalità etico-sociale del partito politico. In: MASTELLONE, Salvo, SOLA, Giorgio. *Gramsci: il partito politico nei Quaderni*. Florença: Centro Editoriale Toscano, 2001.
- MORDENTI, Raul. *La rivoluzione: la nuova via al comunismo italiano*. Milão: Marco Tropea Editore, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Gramsci e la rivoluzione necessaria*. Roma: Riuniti, 2007.
- MORTON, Adam David. *Unravelling Gramsci: hegemony and passive revolution in the global political economy*. Londres: Pluto Press, 2007.
- NEGT, Oskar. Rosa Luxemburgo e a renovação do marxismo. In: HOBBSAWM, Eric (Org.). *História do marxismo III: o marxismo na época da Segunda Internacional: segunda parte*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

- NERES, Geraldo Magella. *Política e hegemonia: a interpretação gramsciana de Maquiavel*. Curitiba: Ibpex, 2009.
- NEUMANN, Sigmund. *Modern political parties: approaches to comparative politics*. Chicago: University of Chicago Press, 1956.
- \_\_\_\_\_, HAGEN, Mark von. Engels e Marx: revolução, guerra e o exército na sociedade. In: PARET, Peter et al. *Construtores da estratégia moderna: de Maquiavel à era nuclear*. v.1. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.
- OFFE, Claus, KEANE, John. *Contradictions of the Welfare State*. Cambridge: MIT Press, 1984.
- OSTROGORSKI, Moisei. *Democracy and the organization of political parties*: England. v.I. Nova Jersey: Transaction Publisher, 1982.
- \_\_\_\_\_. *La democracia y los partidos políticos*. [Conclusión de 1912]. Madri: Mínima Trotta, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Democracy and the organization of political parties: the United States*. v.II. 2.ed. Nova Jersey: Transaction Publisher, 2009.
- PAGGI, Leonardo. *Le strategie del potere in Gramsci*. Roma: Riuniti, 1984.
- PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005 [1982].
- PORCARO, Mimmo. *Metamorfosi del partito politico: associarsi contro il capitale*. Milão: Punto Rosso, 2000.
- PORTANTIERO, Juan Carlos. *Los usos de Gramsci*. Buenos Aires: Grijalbo, 1999.
- PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- REES, John. *The algebra of revolution: the dialectic and the classical marxist tradition*. Londres: Routledge, 1998.
- RIDOLFI, Roberto. *Biografia de Nicolau Maquiavel*. São Paulo: Musa, 2003.
- ROSSANDA, Rossana et al. *Teoria marxista del partido político III*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1973.
- SAINT-PIERRE, Héctor Luis. *A política armada: fundamentos da guerra revolucionária*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- SALVADORI, Massimo. *Gramsci e il problema storico della democrazia*. Turim: Einaudi, 1970.



- SARTORI, Giovanni. *Partidos e sistemas partidários*. Rio de Janeiro; Brasília: Zahar; Editora da Universidade de Brasília, 1982 [1976].
- SASSOON, Anne Showstack. *Gramsci's politics*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1987.
- SCHLUCHTER, Wolfgang. Neutralidade de valor e a ética da responsabilidade. In: COELHO, M. F. P., BANDEIRA, L. et al. (Org.). *Política, ciência e cultura em Max Weber*. Brasília; São Paulo: Editora da Universidade de Brasília; Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- SCREPANTI, Ernesto. *Comunismo libertario: Marx, Engels e l'economia politica della liberazione*. Roma: Manifestolibri, 2007.
- SECCO, Lincoln. Crise e estratégia em Gramsci. In: DIAS, Edmundo Fernandes (Org.). *O outro Gramsci*. São Paulo: Xamã, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Gramsci e a revolução*. São Paulo: Alameda, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Retorno a Gramsci*. São Paulo: LCTE Editora, 2010.
- SEMMELE, Bernard (Org.). *Marxism and science of war*. Oxford: Oxford University Press, 1981.
- SÈVE, Lucien. *Começar pelos fins: a nova questão comunista*. Porto: Campo das Letras, 2001.
- SOLA, Giorgio. Scienza politica e analisi del partito in Gramsci. In: MASTELLONE, Salvo, SOLA, Giorgio. *Gramsci: il partito politico nei Quaderni*. Florença: Centro Editoriale Toscano, 2001.
- TEXIER, Jacques. La guerra de posizione in Engels e Gramsci. In: BURGIO, A., SANTUCCI, A. A. (Org.). *Gramsci e la rivoluzione in Occidente*. Roma: Riuniti, 1999.
- TRÓTSKI, Leon. *A revolução permanente*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. v.1. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. v.2. Brasília; São Paulo: Editora da Universidade de Brasília; Imprensa Oficial do Estado, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 2000.
- ZACHEO, Egidio. *Gramsci: la democrazia la cultura*. Maduria: Piero Lacaita Editore, 1991.

SOBRE O LIVRO

*Formato: 14 x 21 cm*

*Mancha: 23,7 x 42,10 paicas*

*Tipologia: Horley Old Style 10,5/14  
2012*

EQUIPE DE REALIZAÇÃO

*Coordenação Geral*

**Tulio Kawata**

